

A Estratégia de Investimento *Going Out* na sua vertente agrícola: motivações e resultados

Afonso Baptista

**Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais
Especialização em Estudos Políticos de Área**

Maio, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues e coorientação da Professora Doutora Carla Isabel Patrício Fernandes.

Le mote juste.

Flaubert

Agradecimentos

A todos os que, de algum jeito, suspeitem ou não, entre a descrença, o desânimo e o desnorteio contribuíram para que esta epopeia algum dia tivesse um fim.

Aos que acreditaram e fizeram sentir a pressão e aos que duvidaram e quis provar errados. Pertenci aos dois lados, às vezes quase em simultâneo.

À inércia, à auto-sabotagem e à procrastinação. Temporariamente derrotadas.

Aos pequenos e diferentes núcleos indispensáveis.

À professora Teresa pela amabilidade demonstrada desde que aceitou orientar esta tese.

À Professora Carla pela disponibilidade permanente, pelo incentivo inequívoco e pelas pistas que as sua perspectiva lançou.

A Estratégia de Investimento *Going Out* na sua vertente agrícola: Motivações e Resultados

Afonso Baptista

Resumo

A China tem dentro de fronteiras um quinto da população mundial, mas apenas 10% da terra arável global. Os desafios para alimentar a sua população obrigam a uma utilização eficiente e repensada dos factores produtivos que tem disponível e respectiva adaptação às vantagens comparativas que possui. Ainda que maioritariamente auto-suficiente do ponto de vista alimentar, a crescente interacção agrícola com o exterior tem alarmado muitos observadores do país. Entre as preocupações mais frequentes, contam-se o tamanho da população do país e o impacto que possa ter nos mercados internacionais de *commodities*, os objectivos políticos e diplomáticos associados à expansão global da sua presença e, ainda, o modelo de ajuda que a China promove, distanciado dos modelos ocidentais. Analisa-se e relativiza-se a plausibilidade dessas preocupações olhando para os instrumentos de investimento agrícola de que os agentes chineses fazem uso no exterior. Conclui-se que as pressões domésticas de âmbito tecnológico, industrial e económico têm um peso muito mais decisivo, do que as razões relacionadas com a segurança alimentar do país.

Palavras-chave: *Going Out*, China, agricultura, segurança alimentar, investimento estrangeiro no exterior

Abstract

China is home to one fifth of the world's population, but only home to 10% of all arable land available. The challenges that feeding its population pose, requires an efficient and well thought out use of the factors of production it has available, and in accordance with its core competitive advantages. Although largely self-sufficient from a food standpoint, growing agricultural interaction with the outside has alarmed many observers. Among the most frequent concerns are the size of China's population and the impact it may have on international commodity markets, the political and diplomatic goals associated with the global expansion of its presence and the model of aid China promotes, quite distanced from Western ones. The plausibility of those concerns is analyzed and relativized by looking at the agricultural investment instruments that chinese agents use abroad. It is concluded that technological, industrial and economic domestic pressures play a more decisive role on the *Going Out* initiative, by way of search for new export markets, than due to concerns related to the country's own food security.

Keywords: *going out*, China, agriculture, food security, outwards foreign direct investment

Índice de Figuras

Figura I. Centros de demonstração de tecnologia agrícola em África.....	80
Figura II. A presença global das infraestruturas da Nidera e da Noble Agri	97

Índice de Tabelas

Tabela I. Exportação agrícola da China: agricultura intensiva em mão-de-obra e em terra.....	51
Tabela II. Quantidade de Terra Arável Potencial em países da África Subsaariana (Mha)	59
Tabela III. Fusões e aquisições de empresas chinesas no sector agroalimentar 2006-2016.....	99

Índice de Gráficos

Gráfico I. Modelo de Transição Demográfica da China.....	34
Gráfico II. Projeção da Estrutura Populacional Chinesa: 2010 vs 2030	36
Gráfico III. Variações do Rendimento Líquido Anual per capita das famílias rurais e urbanas entre 1996-2006	44
Gráfico IV. Alterações e Tendência populacionais na China entre 1978-2050.....	44
Gráfico V. Despesas Sociais Públicas na China e outras economias Emergentes.....	46
Gráfico VI. Produção dos Principais produtos agrícolas na China.....	47
Gráfico VII. Taxa de assistência na China aos agricultores que produzem produtos importáveis, mercadorias exportáveis e para toda a agricultura (11 mercadorias), 1981-2005	50
Gráfico VIII. Participação da China no comércio mundial de bens transaccionáveis (percentagem das importações mundiais).....	56
Gráfico IX. Distribuição geográfica do OFDI chinês 2004-2013	66
Gráfico X. Distribuição por sector de actividade do OFDI chinês 2006-2015	66
Gráfico XI. Interligação dos instrumentos de investimento utilizados pela RPC no exterior	72

Lista de Acrónimos

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation
ATDC – Agricultural Technology Demonstration Centers
CAD – Comprehensive Agriculture Development
CDB – China Development Bank
CIC – China Investment Corporation
CIFUS – Committee on Foreign Investment in the United States
COFCO – China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation
COVEC – China Overseas Engineering Group Co.
DAC – Dairy Association of China
DIU – Dispositivo Intrauterino
EEC – Empresas Estatais Chinesas
EPN – Empresas de Petróleo Nacionais
EUA – Estados Unidos da América
F&A – Fusões e Aquisições
FAO – Food and Agriculture Organization
FDI – Foreign Direct Investment
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCAC - Fórum de Cooperação China-África
GO – Going Out
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IFDI – Inwards Foreign Direct Investment
MOFCOM – Ministry of Commerce
MOFTEC – Ministry of Foreign Trade and Economic Co-operation
NBS – National Bureau of Statistics of China
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OBOR – One Belt One Road
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OFDI – Outwards Foreign Direct Investment
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

PLA – People’s Liberation Army

ROC – República da China

RPC – República Popular da China

SRF – Sistema de Responsabilidade Familiar

SSCW – Shanghai Sugar, Cigarettes and Wine Group

UNCTAD – United Nations Conferance on Trade and Development

UNICEF – United Nations Children’s Fund

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de Figuras.....	iv
Índice de Tabelas.....	iv
Índice de Gráficos	iv
Lista de Acrónimos.....	v
Introdução	1
CAPÍTULO I. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	3
1.1 Objecto, Objectivos, Relevância e Delimitação do estudo	3
1.2 Metodologia	7
1.3 Análise conceptual	9
CAPÍTULO II. A POPULAÇÃO E A AGRICULTURA CHINESA.....	19
2.1 A Dimensão interna.....	19
2.2 A Era Imperial.....	21
2.3 A Era Maoísta	22
2.4 A Era Deng e a Política do Filho Único.....	25
2.5 A Era Jiang Zemin	26
2.6 A Era Hu Jintao.....	27
2.7 A distorção do rácio do sexo ao nascer.....	29
2.8 A população negra.....	32
2.9 A Pirâmide demográfica futura.....	33
2.10. O panorama agrícola chinês	39
2.11. O acentuar do fosso rural-urbano	43
2.12. A Evolução dos indicadores agrícolas	46
2.13. O novo milénio e a abertura da China.....	49
2.14. A flexibilização decorrente da integração.....	53
2.15. Mercados Internacionais: oportunidade ou vulnerabilidade?	55
2.16. Novos mercados exportadores	57
2.17. A importância geopolítica dos recursos hídricos	59
2.18. A ligação entre o crescimento populacional, o panorama agrícola e a vertente <i>Going Out</i> chinesa.....	61
CAPÍTULO III. A ESTRATÉGIA DE <i>GOING OUT</i>.....	63
3.1. A Dimensão externa.....	63
3.2. Alocação de OFDI: distribuição geográfica e sectores de actividade.....	65
3.3 O sector agrícola na estratégia <i>Going Out</i>	67
3.4 Motivação do <i>Going Out</i> agrícola.....	68
3.4.1 A Ajuda e a cooperação técnica	73
3.4.1.1. Premissas da ajuda e cooperação agrícola.....	78
3.4.1.2 Ruanda.....	82
3.4.1.3 Nigéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau	82
3.4.1.4 Tanzânia, Etiópia, Zimbabué e Moçambique	83
3.4.1.5 A componente de ajuda enquanto meio de promoção do soft-power chinês	85
3.4.1.6 Ajuda – quão desinteressada?	87
3.4.2 Controlo da cadeia de abastecimento agrícola	88
3.4.2.1 O extremo oriente russo	88
3.4.2.2. One Belt One Road (OBOR).....	91

3.4.2.3. América Latina	93
3.4.2.4 COFCO	95
3.4.2.5 Controlo da cadeia de abastecimento: sumarização	97
3.4.3 Fusões e aquisições	98
3.4.3.1. Indústria dos lacticínios.....	101
3.4.3.2 Tecnologia agroquímica.....	101
3.4.3.3. Carne de porco.....	103
3.4.3.4. Vinhos e azeite	104
3.4.3.5. Fusões e Aquisições ou a aprendizagem acelerada	105
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	107
BIBLIOGRAFIA	116

Introdução

Com o crescimento económico que a República Popular da China (RPC) registou durante as décadas de 1980 e 1990, e tendo em consideração a crescente discrepância entre recursos naturais e a dinâmica populacional observada no país, o Partido Comunista Chinês passou a incluir como vector do Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) e seguintes uma estratégia de expansão global [*go out* (走出去 *zou chuqu*)]. Destinada a que as maiores empresas nacionais garantissem linhas de fornecimento seguras e diversificadas de recursos energéticos, minerais e agrícolas necessários ao sustento dos níveis de crescimento económico do país, trata-se de uma estratégia tão económica como política, mudando apenas o horizonte temporal que preocupa cada uma delas.

A dimensão política da expansão e estreitamento de laços através de uma diplomacia económica omnipresente reside primeiramente no contrato de melhoria dos níveis de vida nacionais entre o PCC e o Povo Chinês a troco de um controlo apertado das liberdades individuais, em que parte da legitimidade governativa se mede em indicadores económicos. Contudo, as consequências políticas da expansão não se esgotam no contrato poder-povo. A presença eminentemente económica espalhada por regiões tão diversas do globo é de magnitude tal, que a reconfiguração da balança de poderes e esferas de influência entram no rol de consequências que decorrem dessa presença. O pragmatismo económico, sustentado na força do capital estatal que enforma muitos dos empreendimentos além fronteiras, e aos quais não são vinculados critérios ideológicos, permite também que não se excluam parcerias com Estados párias.

Indissociável destes acontecimentos, se não corolário disso mesmo, a adesão da RPC à Organização Mundial do Comércio (OMC), a 11 de Dezembro de 2001, veio nivelar as trocas comerciais que o país mantém com os seus parceiros e alterar a forma como a RPC se relaciona com estes.

Do ponto de vista retórico, a ideia da “ameaça chinesa”, com raízes no trabalho do professor Lester Brown sobre a capacidade de a China se alimentar a si própria, continua até aos dias de hoje a enformar o debate académico e jornalístico em volta da China e a desdobrar-se no que a preocupa. Mesmo que largamente

desvalorizada (Roy, 1996; Al-Rodhan, 2007; Jeffery, 2009; Scott & Wilkinson, 2013), seja a posição potencialmente beligerante face a Taiwan, as consequências da adesão à OMC ou a configuração menos unipolar do Sistema Internacional e consequente choque com os EUA, já várias foram as razões para que a ascensão da China espoletasse suspeição. Contrapõe-se, numa primeira instância, a reacção do Partido Comunista Chinês relativamente à capacidade da China se alimentar a si própria ao publicar o *White Paper* de 1996 em que advoga para si esse papel sem reservas. Num segundo momento, com a introdução das expressões “sociedade harmoniosa” (*hexie shehui*) e “mundo harmonioso” (*hexie shijie*) no discurso político chinês, sobre a égide de Hu Jintao, a partir de 2006 (Zheng & Tok, 2007), onde se poderá ler um subtexto apaziguador de receios como aqueles mencionados em cima. Esta interpretação é corroborada pelos professores Shih Chih-yu e Yin Jiwu, que acrescentam que a dimensão civilizacional do discurso chinês, ao não estar em conformidade com um Estado apenas mas antes o extravasa nas suas delimitações fronteiriças, mais facilmente levanta suspeitas (Chih-yu & Jiwu, 2013, p. 66). A postura do país em disputas que envolvam o Mar do Sul da China são disso exemplo. Por isso, se a influência confucionista das expressões é ou não uma instrumentalização por parte da liderança chinesa, os desafios do futuro o dirão.

Mais recentemente, Xi Jinping, ao reforçar em Davos o compromisso da China para com o processo de globalização e a importância da participação no mesmo pelo seu país (The Telegraph, 2017) oferece mais uma pista de que, mesmo não tendo sido inauguradas por si, as expressões “sociedade harmoniosa” e “mundo harmonioso” parecem continuar a nortear o posicionamento doméstico e internacional da China. Ainda que sob o mandato de Jinping se tenha assistido a um endurecimento das posições chinesas em matérias como a vigilância e a repressão da sociedade civil (Fallows, 2016), quando o debate se foca no nível sistémico, sobre se a China é uma potência a favor do *status-quo* actual ou da sua revisão, a primeira opção tende a granjear um maior número de apoiantes entre a comunidade académica (Chin & Thakur, 2010, p. 129; Ikenberry, 2008; Kleine-Ahlbrandt & Small, 2008, p. 53-54).

CAPÍTULO I. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

1.1 Objecto, Objectivos, Relevância e Delimitação do estudo

O debate em volta da estratégia de expansão global chinesa no tocante à aquisição de matérias-primas tem tendência a dar um nível de atenção desproporcional à importância económica que cada sector possui. Em 2010, do montante total de capital chinês investido fora do país, apenas 1% foi dedicado ao sector agrícola, sendo o restante distribuído pelas áreas empresarial (30%), financeira (19%), mineira (16%) e retalho (14%) (Bernasconi & Johnson, 2012).

As parcerias celebradas por actores chineses no estrangeiro estão bem documentadas na sua existência, mas a sua natureza e significado continuam a gerar debate (Smaller et al., 2012). Da mesma forma, o foco de atenção maior parece ser sobre a presença chinesa em África quando os investimentos agrícolas na Rússia, no Sudeste Asiático, na Europa e na América Latina são mais avultados (Zha e Zhang, 2013, p. 12). Nesse sentido, este trabalho pretende equilibrar a importância e centrar a atenção naquilo que os números ditam, sem contudo descurar as ramificações não quantificáveis que estão associadas à questão agrícola, como a aquisição de terrenos agrícolas por parte de intervenientes chineses e a qualidade que o Estado de Direito dos países parceiros tem na forma de estar da RPC (Weng, 2016).

A história chinesa esteve sempre associada a fome ou à ameaça de fome de forma mais ou menos constante, fazendo deste tema e da sua solução um assunto sensível e intimamente relacionado com a legitimidade política do Estado. Em particular até 1996, quando o estudo pessimista de Lester Brown, *Who Will Feed China?*, fomentou um debate aceso na comunidade académica, fora dela, e fez o próprio governo chinês responder com a elaboração de um *White Paper* sobre a questão da auto-suficiência chinesa. Assim, a auto-suficiência alimentar só muito recentemente começou a ser vista como um tópico de relativa flexibilidade quando, por exemplo, em 2013, a soja foi excluída da lista de produtos alimentares cuja auto-suficiência deveria permanecer acima dos 95% (Kuteleva, 2016). A quantidade de terra arável, adequação dos alimentos cultivados ao clima e terreno e a partilha de conhecimento técnico com agricultores chineses ao abrigo dos programas CAD (*Comprehensive Agricultural Program*), segundo Gregory Veeck, são os principais

eixos que orientam a produção interna de bens agrícolas e têm permitido olhar com optimismo para o desafio que é alimentar o país mais populoso do mundo que ainda não parou de crescer (Veeck, 2013).

Na frente doméstica, são tidas em consideração duas questões: a evolução demográfica da China e o estado do sector agrícola. Ao se escolher para análise da dimensão interna a população e agricultura chinesas, conjuga-se o lado da procura com o lado da oferta. Ilustra-se de forma mais completa as dinâmicas principais em jogo e tenta-se perceber qual a influência que estas duas variáveis têm na estratégia de investimento no exterior, nomeadamente no que concerne a preocupações sobre a segurança alimentar chinesa.

No exterior, de acordo com Steele (2013), as motivações para o envolvimento chinês no sector agrícola são: *i*) a segurança alimentar doméstica; *ii*) o investimento de reservas de moeda estrangeira em factores de produção; *iii*) transferência e troca de conhecimento e tecnologia relacionados com gestão agrícola; *iv*) aumentar a oferta internacional de comida e baixar o preço dos bens alimentar e *v*) adquirir marcas internacionais com créditos firmados para associação comercial.

A relação interconectada que as cinco motivações possuem, torna pertinente a distinção sucinta entre “motivações” (o que impele a acção) e os “instrumentos de investimento” (como se materializam as motivações). Assim, dos cinco pontos avançados por Steele (2013), a primazia da segurança alimentar doméstica é reconhecida e aceite, visto poder estar, no limite, presente em qualquer instrumento de investimento utilizado. Posto isto, é definida uma correlação forte entre (*i*) o investimento de reserva de moeda estrangeira em factores de produção e, por outro lado, a aquisição de marcas internacionais e (*ii*) a transferência e troca de conhecimento agrícola e o aumento da oferta internacional de comida com vista a uma baixa de preço dos bens alimentares.

A revisão continuada da literatura sobre o tema e a necessidade de uma operacionalização mais ajustada e fiel dos parâmetros de análise, redundaram na escolha dos três instrumentos de investimento agrícola chinês no exterior avançados por Gooch & Gale (2015): a ajuda e transferência de conhecimento técnico; o investimento directo em terrenos e na cadeia de abastecimento agrícola e, por fim, a sucessão de fusões e aquisições de empresas e marcas do ramo agroalimentar.

Por limitações de espaço, apesar dos três instrumentos de investimento poderem ser identificados em diferentes zonas do globo em simultâneo, optou-se por

centrar a componente de ajuda e cooperação técnica no continente africano (embora a mesma também ocorra no Sudeste Asiático e na América Latina em moldes diferentes) e, no caso do investimento directo ao longo da cadeia de abastecimento agrícola, tentou-se analisar os esforços da China em circunstâncias e áreas diferentes de actuação. Mais concretamente, através de exemplos relacionados com a proximidade física (no caso das relações com a Rússia, para testar a hipótese de a proximidade geográfica poder, ou não, influenciar a decisão de se transportarem os bens alimentares de volta para a China); as tentativas de compra de terrenos agrícolas de grandes dimensões no Brasil e na Argentina, enquanto paradigmas da mudança de actuação dos agentes chineses e, por fim, a actuação da COFCO e a iniciativa *One Belt One Road* como exemplos de um investimento apostado na infraestrutura e diferentes processos por que passa o abastecimento agrícola e não só. Relativamente ao último instrumento sob análise, as fusões e aquisições do segmento agroalimentar, a inexistência de informação agregada (confirmado por especialistas da área através de correspondência por *email*), limita o alcance da análise, tendo-se ainda assim conseguido apurar 20 casos diferentes.

Por necessidade de enquadramento das diferentes matérias que compõem o tema, a delimitação temporal deste trabalho estende-se de 2001 a 2016. É nesse ano que é lançada a política *Going Out* (走出去战略) chinesa. No entanto, tendo em conta que o nosso estudo interliga a população com a agricultura, remontamos historicamente à fundação da República Popular da China com Mao Zedong, para o estudo da população chinesa e dos seus efeitos na agricultura.

Na secção em que a agricultura chinesa é tratada, escolhemos olhar para a época de abertura da China ao exterior, data definidora de uma nova relação da classe política e agrícola com esse sector de actividade económica. São consideradas questões do domínio social, tecnológico e político. Social, pela importância histórica do sector para o país. Tecnológico, pela transformação operada na produtividade agrícola através da introdução de novas práticas e tecnologias. Político, pela descentralização do processo de tomada de decisão em prol dos agricultores e respectiva prossecução do interesse pessoal em vez do estatal.

O terceiro capítulo, onde é analisada a vertente agrícola da iniciativa *Going Out*, abrange o período 2001-2016, com um foco maior no decénio 2006-2016. Apesar de a oficialização da estratégia *Going Out* acontecer no ano de 2001, e esse

acontecimento ter implicações na postura comercial e diplomática da China face ao exterior, o sector agrícola só é visado formalmente pela estratégia a partir de 2006. Daí até 2016 é notória uma intensificação das relações dos agentes chineses com o exterior no domínio agrícola. Essa intensificação tem uma correspondência temporal ao longo dos três instrumentos de investimento identificados.

Este trabalho enquadra-se no âmbito dos Estudos Políticos de Área, e tem por objectivo principal investigar quais são as motivações subjacentes e os resultados alcançados pela estratégia de investimento *Going Out* chinesa na sua vertente agrícola. Procuramos contribuir para a antítese à narrativa pressentida como dominante, onde números descontextualizados ganham proporções difíceis de controlar e cujos efeitos se fazem sentir para além da sua validade e substância. Parafraseando a antropóloga Lila Buckley (2012), *“journalists, researchers and policymakers must all move from questioning what ‘China’ is doing, to asking what different Chinese actors are doing. And rather than assuming motivations, we need to start actually asking what those motivations are”*.

A articulação da problemática nos níveis interno e externo, bem como a identificação das motivações e resultados obtidos pela iniciativa de investimento no exterior, resultaram na elaboração das seguintes perguntas derivadas:

- 1 - De que forma a evolução populacional da RPC influencia a vertente agrícola da estratégia *Going Out*?
- 2 - Como é que o panorama agrícola nacional está ligado à expansão do investimento agrícola chinês no exterior?
- 3 - Qual o papel que a política sul-sul tem no cariz cooperativo da vertente agrícola da estratégia *Going Out*?
- 4 - Em que moldes é estabelecida a presença da RPC em países parceiros?
- 5 - Que benefícios retira a RPC da sua presença no estrangeiro?

Tendo em consideração os objectivos que nos propusemos e as perguntas derivadas estabelecidas, dividimos o nosso trabalho em três capítulos. O capítulo I fornece o contexto geral e introdutório que a dissertação se propõe desenvolver. Justifica as escolhas feitas na abordagem bem como os limites inerentes à mesma. Olha também para o distanciamento e incompreensão gerados pela narrativa da

“ameaça chinesa”. O capítulo II é centrado no contexto interno, onde se recolhem elementos que possibilitam responder às duas primeiras questões derivadas, maioritariamente relacionadas com as motivações que impelem o investimento no exterior. No capítulo III olha-se para a dimensão externa, onde se procura responder à terceira, quarta e quinta perguntas derivadas. Na conclusão, é feita uma síntese do percurso que nos levou à identificação dos eixos problemáticos do trabalho, reafirmam-se os resultados encontrados nos capítulos II e III, para que, depois, seja dada resposta à pergunta principal da nossa investigação: quais as motivações e os resultados obtidos pela estratégia de investimento *Going Out* na sua vertente agrícola?

1.2 Metodologia

A informação recolhida para esta dissertação foi concretizada através de análise bibliográfica qualitativa e quantitativa. Utilizaram-se fontes primárias e secundárias, embora a vasta maioria seja secundária e em formato escrito: dicionários, artigos revistos por pares, dissertações não publicadas, bases de dados, relatórios, documentação de conferências, documentos de trabalho e monografias generalistas e especializadas.

Sobre a pesquisa quantitativa, foi utilizada informação proveniente de fontes já largamente citadas e tratadas anteriormente, tendo-se tentado, no caso de estatísticas provenientes de fontes estatais chinesas, como o National Bureau of Statistics of China (NBS), corroborar as mesmas com dados originários de outras fontes. Neste caso em particular, foi possível obter acesso ao abrangente *China Statistical Yearbook*, mas não foi possível consultar publicações especificamente sobre a agricultura chinesa da mesma agência, como o *Rural Statistical Yearbook* ou o *Rural Household Survey*. As discrepâncias entre fontes de origem chinesa e não chinesa parecem ser cada vez menores, sendo difícil perceber se eventuais discrepâncias se devem a opções metodológicas diferentes ou qualquer outra razão.

Em casos pontuais, nomeadamente aquando da análise das fusões e aquisições no ramo agroalimentar por parte de agentes chineses, no terceiro capítulo, as fontes utilizadas são maioritariamente oriundas de localizações electrónicas devidamente identificadas, dada a natureza muito recente e tendencialmente “noticiável” das

mesmas. Na análise relativa ao controlo da cadeia de abastecimento agrícola, as bases de dados GRAIN e Land Matrix foram consultadas apenas como repositório extensivo de ocorrências, e não como fontes tratadas e definitivas, dado existir um crescente número de indicações ao longo da literatura especializada que apontam para muitas imprecisões constantes nas mesmas.

Foram realizadas entrevistas não estruturadas, via *email*, com investigadores especialistas nas áreas sobre as quais incide a presente dissertação. Sendo que destacamos três investigadores. O primeiro, Zhang Hongzhou, da Nanyang Technological University, em Singapura, especialista na área da segurança alimentar chinesa e restantes áreas de intersecção abordadas: recursos hídricos, política agrícola, desenvolvimento rural e a iniciativa OBOR. A sua perspectiva ajudou a delinear os instrumentos de investimento escolhidos, bem como a reforçar uma ideia ainda pouco difundida de que diferentes actores possuem diferentes motivações. Entre outras, a narrativa redutora do *Going Out* agrícola enquanto ferramenta de investimento una, ao serviço exclusivo da segurança alimentar chinesa. Em segundo lugar, Fred Gale, investigador sénior do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), cujo contributo se estende da partilha de documentos em mandarim não publicados com tradução em inglês, a clarificações inestimáveis sobre as *nuances* e imprecisões muito próprias de um certo secretismo e desarticulação entre os poderes central e local. Por fim, as pistas dadas pelo professor Gregory Veeck, da Western Michigan University, sobre a política agrícola da China e o seu extenso conhecimento sobre os cereais e grãos que a liderança chinesa considera estratégicos, como o arroz, a soja e, em menor grau, o trigo. No conjunto, estes contributos acautelaram, ou pelo menos minimizaram, eventuais imprecisões ou generalizações.

Consideramos como maior entrave à investigação o não domínio do mandarim e a análise versar exclusivamente sobre documentação em inglês. Deu-se um maior peso a artigos científicos que colmassem essa falha, ou seja, cujas fontes neles citadas proviessem tanto do inglês como do mandarim, tendo sido notada uma *nuance* e ambiguidade maiores nestas fontes em comparação com fontes bibliográficas em inglês, ocasionalmente mais taxativas. Foi adoptada a norma de Harvard Anglia para a referência bibliográfica e o acordo ortográfico de 1990.

1.3 Análise conceptual

Segurança Alimentar

O conceito de “Segurança Alimentar” é primeiro forjado aquando da *World Food Conference*, em 1974, no seguimento da crise alimentar que eclodiu em 1972 após uma súbita mudança de um cenário de excedente para um de défice, causada por uma explosão inesperada na procura e numa queda temporária da colheita cerealífera desse ano, principalmente dentro da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), elevando o preço dos cereais para novos máximos históricos (Rice-Oxley, 2008; Ganzel, 2009).

É nesse contexto que os líderes políticos presentes na *World Food Conference* de 1974 elaboram uma primeira definição do conceito de “Segurança Alimentar”. E essa primeira tentativa é espelho das preocupações dominantes da altura (e, de resto, espoletadoras da crise de 1972): preocupação em garantir uma oferta alimentar estável e em quantidade suficiente ou, como consta das considerações finais do encontro, “(...) disponibilidade a qualquer altura de provisões de géneros alimentícios básicos que garantam a expansão firme do consumo de comida e que contrabalançam as flutuações dos preços e produções mundiais” (tradução nossa) (FAO, 1975, p. 6).

Num exercício teórico grandemente dominado pelas propostas resultantes de encontros internacionais (*World Food Conference* em 1974 e *World Food Summit* 1996) ou no seio de grandes organizações (Banco Alimentar e FAO), como mais adiante se verá, Amartya Sen é o único académico cujo contributo para a definição do conceito se mostra verdadeiramente seminal, mesmo sendo o seu enfoque no fenómeno da fome e pobreza e não o da segurança alimentar. Se o conceito acordado em 1974 se centrava na gestão e garantia de que os bens alimentares eram produzidos em quantidade suficiente para satisfazer a população mundial, a vertente económica e individual ficavam de fora. Mais concretamente, a definição deixava de fora as condições em que o indivíduo se movimentava enquanto parte integrante do lado da procura. Em *Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements* – artigo que, de resto, serve como antecâmara para a tese central da obra “Pobreza e Fomes” (Sen, 1982) – Amartya Sen esclarece desde logo que a fome é um fenómeno em que as pessoas afectadas não têm o suficiente para se poderem alimentar, e não um caso em que não há comida suficiente (Sen, 1981, p. 434). O facto de haver comida

disponível numa economia (mundial, nacional ou local) não é, por si só, garante de que a fome automaticamente acabe ou que as pessoas têm o suficiente para comer (Eicher, 1990 citado em Smith, et al., 1992). Para Sen (1999, p. 71) “a abordagem da carência alimentar e das fomes em termos de concessão de direitos concentra-se na capacidade de as pessoas disporem dos alimentos através dos meios legais disponíveis na sociedade, incluindo a utilização de possibilidades de produção, de oportunidades comerciais, de direitos em relação ao Estado e de outros métodos de aquisição de alimentos (...)”. É com este contributo que, em 1983, a FAO actualiza a definição de Segurança Alimentar para incorporar nela as dimensões física e económica no acesso ao cabaz mais básico de alimentação (FAO, 2002).

Três anos depois, em 1986, o relatório do Banco Mundial sobre a fome e a pobreza delineia uma das últimas traves-mestras do conceito: a conceptualização temporal de Segurança Alimentar. Definida a partir do seu oposto, a insegurança alimentar pode ser transitória ou crónica. A primeira é maioritariamente decorrente de desastres naturais, colapsos económicos ou conflitos, o que pode comportar um decréscimo da produção nacional de bens alimentares e do poder de compra de dado indivíduo, agregado ou região. Na segunda, a pobreza e os salários baixos são fenómenos estruturais fortemente alicerçados num ciclo mais difícil de quebrar, onde consumos calórico-nutritivos baixos afectam a produtividade e disponibilidade das populações afectadas para tarefas mais exigentes (tanto físicas como psicológicas), entre as quais se encontram a prática agrícola ou o aproveitamento escolar (Banco Mundial, 1986).

Finalmente, a necessária referência à adequação dos valores nutritivos do cabaz alimentar básico sem se ficar por uma simples contagem calórica pré-estabelecida. Embora essa dimensão só adquira maior peso com os relatórios da UNICEF de início da década de 1990, no relatório final da *World Food Conference* de 1974, essa questão não é esquecida, surgindo associada a um conjunto de políticas que devem ser postas em prática por cada Governo (FAO, 1975, p. 5). Em *Strategy for Improved Nutrition of Children and Women in Developing Countries* (1990), é expressa a centralidade que uma alimentação nutritivamente equilibrada tem na prevenção de doenças e no desenvolvimento saudável das camadas mais jovens da população (UNICEF, 1990, p. 11). A ideia de uma alimentação mais nutritiva enquanto direito ganha ainda mais força aquando da realização da *International Conference on Nutrition* (ICN) em 1992, onde essa dimensão perde o foco que

possuía na origem dada a natureza da organização que elaborou o relatório, e estende-se a todas as camadas da população, contribuindo dessa forma para completar a versão amplamente aceite do termo em discussão (FAO, 1996). Reconhecida enquanto tal em 1996, durante a *World Food Summit*: “A Segurança Alimentar aos níveis individual, do agregado familiar, regional, nacional e global é alcançada quando todas as pessoas, em qualquer altura, têm acesso físico e económico a comida segura e nutricional que assegure as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares na prossecução de uma vida activa e saudável” (FAO, 1996).

Este trabalho aceita e apoia-se na definição proposta durante a *World Food Summit* em 1996. Tem, contudo, de definir o seu foco de análise sob pena de não ser uma definição funcional e, assim, escolher o nível de análise e a dimensão temporal. Quanto ao primeiro, o nível de análise escolhido foi o nacional por uma maior exequibilidade aparente associada ao acesso a dados agregados; quanto ao segundo, a dimensão transitória é a única que se enquadra na problemática, uma vez que a dimensão transitória abarca variáveis como os desastres ambientais e é o primeiro estágio de insegurança alimentar. Admitindo a actual República Popular da China (RPC) enquanto segura do ponto de vista da sua política alimentar, a dar-se uma qualquer mudança nessa condição será primeiramente para uma situação transitória e não directamente crónica, que de resto requer um conjunto de factores não verificados até agora.

Definido que está o conceito, urge esclarecer um ponto de grande importância quando se fala de segurança alimentar na China, que é o facto de a definição acima apresentada gozar de uma aceitação que, à data, a RPC não permite como plena. Isto porque, em mandarim, o termo específico de segurança alimentar não existe. Existe, isso sim, uma expressão de natureza elástica - *Anquán* - composta por dois elementos: *an* + *quan*. O primeiro, pode referir-se a um sem número de estados de entre os quais se contam a paz, a tranquilidade, a calma, a estabilidade e a segurança, mas também a uma imposição destes estados por parte do Estado - *Guojia* - o que pode ser uma contradição. O segundo elemento, *quán*, tem que ver com noções de completude ou integridade (Australian National University, 2011). *Anquán* pode assim aplicar-se a diversos domínios, como sejam o financeiro, tecnológico, humano, ambiental e, claro, o alimentar. Neste último caso, o termo *Lianqshi* refere-se à questão alimentar, sendo contudo usado de forma pouco precisa e alternada para significar a segurança cerealífera do país ou a segurança alimentar de forma mais geral, o que acarreta

dificuldades de entendimento (e consequentemente de cooperação) nesses domínios entre a RPC e os restantes países, organizações e instituições internacionais (Hongzhou, 2011).

Auto-suficiência

A auto-suficiência é um estado onde não existe necessidade de troca, ajuda ou qualquer interacção com o exterior para que se consiga sobreviver ou ser independente em dado campo. O termo, lato, pode aplicar-se a praticamente tudo, mas o seu uso é mais frequente em matéria energética, alimentar, agrícola e económica. O Dicionário Houaiss define como auto-suficiente aquele “(...) que tem capacidade de viver sem depender de outrem; ECON capaz de atender às próprias necessidades de consumo, sem necessidade de recorrer à importação de produtos” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003, p. 455).

Na fase pré-RPC (anterior a 1949), a discussão em torno da auto-suficiência do país prendia-se fundamentalmente com a necessidade de o país conseguir por si – mas sem rejeitar a ajuda que viesse do exterior – erguer-se contra as forças japonesas e produzir bens para a economia doméstica (Tung, 1945).

Na História moderna da RPC, a noção de auto-suficiência ganha especial importância a partir de 1960. No verão desse ano, a URSS, enquanto principal fornecedor de assistência técnica para o desenvolvimento da indústria, das redes de comunicação e também de energia, retira de solo chinês 1390 técnicos soviéticos que aí mantinha. Mais do que o valor da ajuda, que não representava mais que um sexagésimo dos investimentos do primeiro Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), é o *know-how* soviético que se perdia no processo que parece ser preocupante (Polaris, 1964, p. 648). Isto porque era ele que, entre outros, alimentava os 343 contratos e 257 projectos técnicos que automaticamente cessaram com a retirada dos trabalhadores soviéticos de solo chinês (Spence, 1990, p. 589). Os constantes desentendimentos entre Khrushchev e Mao Zedong relativamente à posição a adoptar face ao Ocidente, acompanhada pelas críticas do primeiro a Estaline estão na base da retirada unilateral da ajuda soviética, anunciando um futuro corte de relações entre as

duas maiores potências do bloco leste. Entre 1961 e 1964, o Partido Comunista Chinês (PCC) antevê com crescente clareza a provável cisão entre os dois gigantes, acabando por colocar a entre-ajuda dos países socialistas num plano retórico, rejeitando qualquer tipo de aposta em modelos de desenvolvimento centrados em torno da teoria da vantagem comparativa e afasta ainda qualquer possibilidade de especialização (Comité Central do Partido Comunista da China, 1963, secção XXI). A cooperação é sacrificada em prol da auto-suficiência, mas não só face ao exterior. Dentro da própria República Popular da China, ganha popularidade e efectividade a noção de auto-suficiência de cada província, comuna, fábrica e até das equipas de produção (Anon, 1964).

O debate sobre a auto-suficiência chinesa fica, durante os trinta anos seguintes, remetido para um plano secundário até 1995, ano em que o professor norte-americano Lester Brown assina uma obra intitulada *Who Will Feed China?*. Nela, o autor discorre sobre a capacidade da RPC conseguir alimentar a sua população no médio e longo prazos olhando para os vários factores que costumam ser tidos em linha de conta neste tipo de análise, como o sejam: a evolução da quantidade de terra arável; a evolução populacional chinesa; a crescente escassez de água; a produtividade agrícola e a mudança e implicações das preferências alimentares na população chinesa. O retrato alarmante de Brown suscita uma reacção por parte do governo chinês em diferentes quadrantes. Isso é comprovado tanto pela descrição que Brown faz da reacção do então embaixador chinês para a Noruega, Xie Zhenhua, que considera a análise de Lester Brown errada e enganadora, como pela publicação, no ano seguinte, de um *White Paper* relativamente à questão cerealífera (Brown, 1995, p. 16). Nesse documento encontramos o porquê de se definirem tão elevadas metas no respeitante à auto-suficiência cerealífera chinesa (95%): (i) o tamanho da população chinesa e as consequências que adveririam de a procura interna não ser satisfeita pelo governo; (ii) o impacto que a China teria no mercado internacional de cereais caso a ele tivesse de recorrer, havendo aqui uma estreita correlação com a dificuldade em os países mais pobres acederem a produtos cerealíferos no mercado internacional a preços comportáveis e, por último, (iii) a produção agrícola enquanto estímulo ao crescimento económico e grande empregador (Information Office of the State Council Of the People's Republic of China, 1996, capítulo III).

Investimento Directo Estrangeiro (IDE)

Investimento Directo Estrangeiro virado para o exterior ou *Outwards Foreign Direct Investment* (OFDI), é o acto de investir num mercado além-fronteiras, podendo esse investimento ser levado a cabo por entidades públicas ou privadas. Segundo John Dunning, é motivado por três razões possíveis: obtenção de recursos naturais, busca por novos mercados para exportação, ou, finalmente, por questões de eficiência (Dunning, 1993, citado em Al-Sadig, 2013).

Utiliza-se a sigla inglesa ao longo do trabalho pela distinção mais natural que as palavras que compõem a sigla inglesa permitem. Assim, o OFDI distingue-se do mais comumente abordado FDI (*Foreign Direct Investment*) dado que, no primeiro, o agente ser quem promove o investimento num país estrangeiro e no FDI o foco ser no país como receptor desse investimento. Visto estarem na base desta relação actores de países diferentes (com um elemento estrangeiro sempre presente), o FDI também pode ser encarado como IFDI (*Inwards Foreign Direct Investment*).

O OFDI pode ser conceptualizado como uma ferramenta de escape ao mercado ou normas institucionais em vigor num dado país, podendo esse escape ter subjacentes questões fiscais pouco favoráveis, instabilidade política ou risco económico (Boddewyn & Brewer, 1994; Caves, 1996; Le & Zak, 2006, compilados em Witt & Lewin, 2007).

A teoria geral que se reporta ao FDI e ao OFDI assenta, contudo, na perspectiva do investimento por parte de economias desenvolvidas, podendo essa perspectiva excluir algumas das razões pelas quais economias em desenvolvimento investem no exterior, entre elas a economia chinesa (Zhang & Daly, 2011, p. 392). Algumas das potenciais motivações da China em se virar para o exterior podem, assim, ter também que ver com (i) o facto de empresas estatais terem acesso a financiamento abaixo dos valores de mercado normais; (ii) com a concessão de *soft loans* a agentes com interesse em investir no exterior; (iii) com a possibilidade de conglomerados nacionais subsidiarem FDI devido a ineficiências do mercado interno e (iv) com a hipótese de empresas familiares terem acesso a capital barato de membros da família (Zhang & Daly, 2011, p.392). O facto de os investimentos chineses no exterior não parecerem avessos a países ou regiões onde o grau de risco político é maior, é uma das características que diferenciam os investimentos chineses no estrangeiro daqueles que são levados a cabo por países desenvolvidos,

possivelmente explicado (i) pelo imperativo de assegurar o fornecimento de matérias-primas independentemente do local onde as mesmas se encontram, (ii) pelo baixo custo de financiamento de que as Empresas Estatais Chinesas (EECs) desfrutam, (iii) pela influência e primazia do *guanxi* – enquanto rede sólida de relações interpessoais – enquanto factor de mitigação de risco envolvido e (iv) por o investimento não levar em linha de conta as questões que eticamente retiram actores de economias mais desenvolvidas de alguns países (Buckley et al., 2007). Esta última característica pode ajudar a RPC a compensar parcialmente o facto de ter iniciado a sua viragem para o exterior mais tarde que a maioria das economias desenvolvidas.

Chunlai Chen sugere que os factores determinantes para que o investimento no exterior aconteça dependem do actor: o investimento por parte de EECs é motivado primeiro que tudo pelo fornecimento de recursos naturais, pela penetração em novos mercados, pela aquisição de tecnologia mais avançada e experiência em gestão. No caso do investimento por parte de firmas locais e sem laços estatais o principal motivo da ida para o exterior está relacionada com a busca de novos mercados em face da competição e o aumento dos custos de produção domésticos (Chen, 2015, p. 22).

Ainda que a primazia seja eminentemente económica, considerando o peso que as EECs têm no conjunto total de actores envolvidos em investimento no exterior e a correspondente influência do Estado naquelas, a escolha relativa ao tipo e localização dos mercados para onde são dirigidos os investimentos tem subjacentes considerações políticas (Cai, 1999, p. 867; Wu & Chen, 2001, p. 1235).

No período pré-reforma (anterior a 1978) e respectiva liberalização económica, a política governamental assentava largamente num foco interno, isolado e auto-suficiente. Desde o início da política da porta aberta no final da década de 1970, ao ser aprovada na Segunda Sessão do Quinto Congresso Nacional do Povo, a 1 de Julho de 1979, a Lei da Parcerias Conjuntas entre Empresas Estrangeiras e Chinesas (Anon., 1980; Wu & Chen, 2001), o país tem sido francamente bem-sucedido a atrair investimento estrangeiro para o país. Em 1993 a RPC era já o segundo maior recipiente de investimento estrangeiro mundial, atrás dos Estados Unidos da América (Cai, 1999, p. 856). A RPC no papel de investidora no exterior (quer seja através de representação estatal ou privada), por outro lado, começou de forma algo tímida, visto as atenções do governo estarem centradas no desenvolvimento doméstico e, por conseguinte, na captação de investimento estrangeiro para o país. No exterior, de 1979 a 1985, a RPC estabeleceu 185 parcerias

conjuntas não comerciais, abrangendo um total de 45 países, com um foco em áreas como engenharia, finanças e consultoria, sendo os actores chineses maioritariamente estatais. Em termos absolutos, no período 1979-1993, Hong Kong e Macau contabilizavam 61% do total de investimento da RPC no exterior, sugerindo que numa fase inicial da abertura ao exterior, similaridades culturais e étnicas, bem como a proximidade geográfica, eram factores que pareciam ter um peso considerável na tomada de decisão (Cai, 1999, p. 856).

Em 1985, o Ministério das Relações Económicas e Comércio Exterior publica o documento que delineia o quadro regulamentar e as prioridades do investimento chinês no estrangeiro (*Provisions Governing Control and Approval Procedures for Opening Non-Trade Enterprises Overseas*), de onde constam o investimento em tecnologia e equipamento, o assegurar de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento da RPC e a capacidade de gerar retorno em moeda estrangeira para a RPC aplicar depois na exportação de maquinaria e serviços (Zhang & Daly, 2011). No tocante ao processo de aprovação das empresas elegíveis para investirem no exterior, antes de 1983 o processo era altamente centralizado, tendo após essa data vindo a ser gradualmente descentralizado (Cai, 1999, p. 872).

Em Setembro de 1992, escassos meses após a excursão de Deng Xiaoping pelo sul da China, onde este reitera a importância da abertura ao exterior numa sucessão de discursos por Wuchang, Shenzhen, Zhuhai e Shanghai (china.org.cn, 2011), o governo chinês começa formalmente a encorajar empresas nacionais a expandirem os seus investimentos e operações no exterior (Shambaugh, 2013, p. 175). Entre 1993 e 1996, Jiang Zemin continuou a dar força à ideia de expansão para o exterior em vários discursos feitos durante esse período, com um enfoque nas economias em desenvolvimento, tendo sido num discurso em Tangshan, a 26 de Julho de 1996, que se anunciou pela primeira vez a política *Go Out* (Shambaugh, 2013, p. 175).

Going Out

A estratégia de expansão e integração económica *Going Out* começou a marcar presença nos discursos do então presidente Jiang Zemin em 1996. Com o espoletar da Crise Asiática, um ano depois (e apesar de não ter sido directamente

atingida), a economia chinesa, enquanto economia amplamente assente no seu sector exportador, ressentiu-se da redução da procura por importações chinesas por parte dos países vizinhos afectados pela crise, como foram os casos da Malásia, Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul (Hai & Zhong, 1999; Wang, 1999, p. 538). A manutenção do crescimento da economia chinesa passaria, então, pela busca por mercados alternativos, não só para escoamento da produção chinesa, como para o fabrico de bens chineses, alterando o Estado chinês a dinâmica, até aí, de receptor de investimento estrangeiro (FDI) para investidor de capital no estrangeiro (OFDI), de *please come in* (请进来, *qing jinlai*) para *going out* (走出去, *zou chuqu*) (Yelery, 2014).

A procura por novos mercados para exportação visa parte do problema, já que reduz a dependência comercial do país. A competitividade do sector exportador chinês reduz custos ao deslocalizar alguma da sua produção industrial para os países vizinhos, onde os salários, em média, são mais baixos. Mas em paralelo com a expansão fora de portas, Jiang Zemin sugere – em discurso no Décimo Sexto Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, a 8 de Novembro de 2002 – que seja implementada uma política de captação de talento estrangeiro para o país, de forma a tornar a economia chinesa mais competitiva globalmente e em face da entrada recente para a Organização Mundial do Comércio (People's Daily, 2002).

A política *Going Out* aparece formalmente no Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) da RPC, ficando o Ministério do Comércio (MOFCOM) responsável pela aprovação dos investimentos no exterior, passando essa função para a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacionais (sob tutela do Conselho de Estado) caso os valores envolvidos excedam os 200 milhões de dólares para projectos relacionados com recursos naturais ou 50 milhões de dólares para qualquer outra área (Shambaugh, 2013, p. 176). No Plano Quinquenal Seguinte (2006-2010), é feito o apelo a que os esforços de expansão sejam mais aprofundados ainda (*jinyibu zouchuqu*), passando o foco dos investimentos no estrangeiro a visarem agora fusões e aquisições (M&A na sigla inglesa) para obtenção mais rápida de experiência, tecnologia e propriedade intelectual (Nash, 2012). No Plano Quinquenal que cobre o arco temporal 2011-2015, a diversificação dos investimentos volta a estar em cima da mesa, extendendo-se a indústrias como as telecomunicações, automóvel, agrícola, electrónica, investigação e

desenvolvimento (I&D), e sector dos serviços (finanças, seguros, logística e turismo) (Shambaugh, 2013, p. 176).

CAPÍTULO II. A POPULAÇÃO E A AGRICULTURA CHINESA

2.1 A Dimensão interna

A distribuição desigual de factores de produção em geral e da população mundial em particular está bem patente no seguinte dado: vivem mais pessoas no território que engloba o sudeste asiático, a Índia, o Japão e a zona costeira chinesa que no resto do mundo. E dos cerca de 7 mil milhões de habitantes que a Terra tem, um quinto reside na República Popular da China (Schiavenza, 2013). Mesmo que exista uma tendência para que a médio e longo prazo a importância relativa da população chinesa venha a reduzir-se ligeiramente, falar do rumo da população mundial é uma discussão que passa inevitavelmente pelas pistas que o povo chinês e a região do sudeste asiático nos dão.

Uma das primeiras pessoas a conseguir atenção considerável no relacionamento do fenómeno do crescimento populacional mundial com a produção alimentar total e a degradação ambiental foi o economista Thomas Malthus. Em 1798, quando a população mundial rondava os mil milhões de habitantes, Malthus publica *An Essay on the Principle of Population*, onde defendia que o crescimento populacional mundial acontece de forma geométrica enquanto que a produção mundial de bens alimentares se dá de forma aritmética, o que no longo prazo resultaria num empobrecimento mais ou menos generalizado e, no extremo, na incapacidade da espécie humana se alimentar a si própria (Malthus, 1798, p. 48). Dois séculos e sete mil milhões de pessoas têm tratado de refutar as previsões de Malthus, que não deixam de ter mérito, uma vez que lhe seria difícil antecipar a evolução tecnológica de que a produção agrícola e a medicina beneficiaram nas décadas posteriores à sua morte.

Já mais perto dos dias de hoje, em 1994, o professor Lester Brown empresta um tom alarmista ao trabalho que publica através do – por si fundado - *World Watch Institute* e que no ano seguinte transforma em monografia, intitulando ambos os trabalhos *Who Will Feed China?*. Consegue a atenção que procurava, incluindo a do Governo chinês, como comprova a publicação pelo mesmo de um *White Paper* sobre o tema pouco depois.

A variável “População”, subordinada ao tema da segurança e auto-suficiência alimentar, é francamente sensível por ser decisiva e, à escala chinesa, menos fácil de controlar. É a evolução (e perspectivas de evolução) dessa variável que pode influenciar radicalmente quaisquer cenários futuros que se tracem. Indicadores que versem sobre (i) a quantidade óptima de comida produzida e armazenada num ano; (ii) a taxa de urbanização de cada província e (iii) a evolução da quantidade de terra arável disponível, entre tantos outros indicadores, estão directamente dependentes da evolução que a variável “População” registe. Qualquer um dos indicadores acima mencionados não é, por si só, um instrumento de análise útil. É a sua relação com o número de pessoas que influencia e pelas quais é influenciada que, em termos relativos, dita a qualidade e preocupação que cada indicador tem e merece, respectivamente.

Assim, este capítulo olha numa primeira parte para a importância conferida ao tamanho e composição da população chinesa por alguns dos seus Imperadores e, mais recentemente, por Mao Tse Tung. Neste último período (1949-1976) olhando também para a divergência de Ma Yinchu e parte da comunidade científica e intelectual chinesa relativa à sustentabilidade de uma população que cresce a um ritmo acelerado durante o terceiro quartel do século XX. Em segundo lugar, cobrindo o arco temporal de 1978 até à actualidade, olhar-se-á para a evolução da política nacional de controlo de natalidade que entra em vigor quando Deng Xiaoping regressa ao poder. Que especificidades a caracterizaram, que mutações sofreu, como é que se adaptou a hábitos e concepções de valor milenares relativas ao núcleo familiar e de que forma diferentes factores externos alteraram a percepção da Política do Filho Único de um gesto intrusivo à gradual aceitação da política enquanto preferível e inevitável. Por último, reflecte-se sobre as distorções sociais e demográficas que a política causou e continuará a causar na composição da população chinesa, de onde se destaca o rácio desequilibrado entre o sexo masculino e feminino, a *população negra*, a pirâmide demográfica futura e que estimativas de estabilização do crescimento populacional são razoáveis fazer.

2.2 A Era Imperial

Durante o período imperial chinês até ao fim da era Maoísta, a questão da população foi uma dimensão relativamente consensual da vida pública e privada. O consenso, esse, ia no sentido de uma população numerosa. Os benefícios que daí se podiam extrair do ponto de vista fiscal e militar suplantavam largamente quaisquer preocupações de sustentabilidade ambiental ou da própria vida humana que o aumento descontrolado da população pudessem trazer (Hu e Zou, 1991 citados em Economy, 2010, p.41). Com um historial de disputas milenares contínuas e sem a necessidade do poder central e local em provirem, a vantagem em incentivar a natalidade era clara.

Durante a Era Pré Qin (2205 A.C. – 221 A.C.), a população chinesa passou de dez para vinte milhões. Posto em perspectiva, esse crescimento populacional de dez milhões de habitantes que à data levou cerca de dois mil anos a concretizar-se, actualmente (de acordo com os últimos Censos de 2010) necessita de apenas um ano para acontecer (Jiantang, 2011). Do ponto de vista da relação da população com o meio ambiente, a baixa produtividade agrícola, consequência parcial do fraco desenvolvimento tecnológico, teve um impacto ambiental mínimo. O período que compreendeu as dinastias Qin até à Han ocidental (221 A.C. – 57 D.C.), já trouxe um crescimento populacional mais acelerado, fruto dos incentivos exactamente opostos aos que estão hoje em vigor: eram aplicadas multas às mulheres que não tivessem filhos. É também nesta fase que se dão as primeiras conversões de terrenos baldios em terra arável. Contudo, o período dinástico que trouxe, simultaneamente, maior degradação ambiental e crescimento populacional foi o período Ming (1368 – 1644). Com terras a serem distribuídas de acordo com o tamanho do agregado familiar, a população quebrou a barreira dos cem milhões de habitantes a um ritmo sem precedentes. O Imperador Yongzheng, preocupado com esse acréscimo e potencial de desemprego que representava, por sua vez catalisador de instabilidades políticas e sociais várias, ordenou a expansão da quantidade de terra arável pelo país. Com tecnologia ineficiente, essa expansão tornou-se sinónimo de desflorestação, cheias e erosão de solos outrora ricos em nutrientes (Geping e Jinchang, 1994, pp.13-26).

2.3 A Era Maoísta

A posição de Mao Tse Tung relativamente à população chinesa pode ser descrita como uma gestão do choque entre o que preconiza a ideologia e o que dita a realidade. Marx olha para o excesso de população como uma reserva de trabalhadores. Valiosa num modelo de produção colectiva, onde a quantidade produzida seria superior ao crescimento da população; prejudicial num sistema capitalista, onde o excesso de trabalhadores equivale a desemprego e à possibilidade do detentor dos meios de produção explorar esse excesso em benefício próprio ao manter os salários baixos (Findlay, 1995, pp. 167-168). O fim da guerra civil e a fundação da República Popular da China ofereceram a estabilidade e a possibilidade de desenvolvimento económico necessários para que o crescimento populacional retomasse a sua trajectória ascendente. Por princípio, existiu sempre uma recusa do cenário pessimista malthusiano, nunca concedendo frontalmente a ideia de haver um excesso de população no país, mas na prática os anos de Mao à frente do país acabaram por assistir a uma mudança do optimismo para o pessimismo. Mesmo que essa mudança se tenha dado maioritariamente no tom ambíguo do discurso, que apelava a algum tipo de planeamento familiar sem se alongar sobre os organismos e regras que orientariam a execução desse plano (Greenhalgh & Winckler, 2005, pp. 59-61).

Historicamente, a questão do crescimento populacional chinês beneficiou mais vezes de incentivos à natalidade que o contrário. Contudo, existiram também algumas vozes dissonantes, ou não tão complacentes com o crescimento desregrado. Uma das mais precoces foi a do político Guan Zhong, da Era Pré Qin. Zhong era favorável ao crescimento populacional que respeitasse dois rácios, sob pena de originar desastres ecológicos e instabilidade política. O primeiro era respeitante ao rácio entre número de pessoas, quantidade de terra arável e a distribuição e gestão desses dois factores. Segundo Zhong, grandes quantidades de terra distribuídas por poucas pessoas seria sinónimo de ineficiência no uso dessas terras. Pouca terra distribuída por um grande número de pessoas originaria uma actividade agrícola ineficiente e falta de comida. A respeito do primeiro rácio, sentenciava a necessidade de cada governante saber sob quantas pessoas reinava de forma a saber como distribuir as terras existentes. O segundo rácio versava sobre a composição da população. A quantidade de população urbana *versus* quantidade de população rural e a quantidade de população civil *versus*

quantidade de população militar. No primeiro caso, Zhong sustentava que uma população urbana excessiva arruinaria a qualidade de vida da população rural e não haveria terra arável suficiente para sustentar a população, o que no limite levaria à pobreza e à fome. No segundo caso, uma população militar excessiva deixaria uma quantidade demasiado grande de terra por cultivar, o que também poderia resultar em pobreza e fome generalizadas (Geping & Jinchang, 1994, p. 16).

A segunda voz, já na era maoísta, foi a do professor e economista Ma Yinchu, presidente da Universidade de Pequim. Utilizando os dados dos primeiros censos conduzidos na China moderna em 1953, Ma publica, em 1957, um relatório que afirmava que a população chinesa estava a crescer demasiado rápido. Com a Campanha das Cem Flores em curso (1956-57), a crítica construtiva passou a ser aceite e incentivada pelo regime. Num discurso em Fevereiro de 1957, escassos cinco meses antes da publicação do relatório de Yinchu, Mao antecipa a abertura à discussão pública, ainda que de forma responsável e construtiva, de assuntos anteriormente considerados tabu. *“Letting a hundred flowers blossom and a hundred schools of thought contend is the policy for promoting progress in the arts and the sciences and a flourishing socialist culture in our land.”* (King, 2012)

É neste contexto, de aparente abertura e flexibilidade do regime, que o relatório de Ma Yinchu, intitulado *New Demography* [*Xin Renkoulun*], é publicado no jornal *People’s Daily*, garantindo a Yinchu alcunhas como *“Chinese Malthus”* ou *“killer of our revolutionary new blood”* (Hongnan & Rosenberg, 1998, p. 5). Apesar de se considerar Marxista e subjazer à publicação do trabalho uma preocupação genuína pelo rumo do seu país, o seu silenciamento e destituição de cargo acabaram por chegar, fruto da inversão de sentido abrupta que Mao operou na Campanha das Cem Flores quando a situação começou a ficar fora de controlo. Para isso poderá também ter contribuído a crítica que, nesta altura, Nikita Khrushchev dirigia ao recém-falecido Estaline e a Revolução Húngara de 1956. A reabilitação de Ma Yinchu só chegou aos 98 anos de idade, em Setembro de 1979, quando a população chinesa era já a materialização das suas previsões e conduzida sob a aura de Deng Xiaoping, a mesma pessoa que, curiosamente, tinha sido incumbida por Mao de liderar a Campanha anti-Direitista. Como nota Judith Shapiro *“The silencing of Ma Yinchu was one of the great mistakes of the Mao years. Had Ma continued to warn of the dangers of unchecked population growth, China might have engaged in wide public debate about the issue. The country might have adopted vigorous family*

planning programs in time to head off the population crisis” (Shapiro, 2001, p. 22). Chengli Shi vai ainda mais longe ao estimar em 300 milhões o número de nascimentos passíveis de ser evitados caso Ma Yinchu não tivesse sido silenciado (Shi, 1988 citado em Greenhalgh & Winckler, 2005).

Ainda que a efectivação de uma política de controlo anti-natalista forte só tenha entrado em vigor quando Deng Xiaoping toma as rédeas do poder em 1978, foi em meados da década de 1950 que Mao Tse Tung e Zhou En Lai começaram a fazer as primeiras declarações públicas no sentido de favorecerem um controlo do crescimento populacional do país. Em Novembro de 1956, ainda antes de Ma Yinchu ser silenciado, Mao terá dito a uma delegação de mulheres jugoslavas que “In the past some people criticized us for advocating birth control, but now the number of people who approve has increased (...) Society’s production has already become planned, but humankind’s own reproduction remains in a state of anarchy, unplanned. Why can’t we also implement planned reproduction of mankind itself? I think that is possible (keyide).” (Greenhalgh & Winckler, 2005, pp. 71-72). Já no início da década de 1960, Zhu En Lai volta a dar mais força à ideia de controlo da natalidade ao acrescentar que “ter um país com muita gente é algo bom, mas que, na qualidade de país mais povoado do mundo, já existem pessoas em número suficiente (tradução nossa)” (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 78). A evolução do discurso começa a perder alguma ambiguidade no decorrer da década de 1960 para se aproximar cada vez mais da posição que advoga o controlo da natalidade e metas concretas começam a ser pensadas. Uma dessas metas aparece no Terceiro Plano Quinquenal (1966-1970), onde se estabelece uma população total de 800 milhões a atingir em 1970.

A primeira tentativa de elaborar um plano de acção por parte do PCC demonstra a pouca premência de que a questão populacional gozava junto do regime. Pessoalmente, Zhou En Lai defendia um total de dois filhos por casal, após os quais o elemento feminino seria esterilizado. Mas na prática, a execução da política resultava de uma formulação complexa, onde não deveria haver coacção directa sobre os não cumpridores, sendo o cumprimento da política feita de forma voluntária, com os indivíduos a pôr em prática uma “restrição consciente” [*zijue yueshu*]. Estabeleciam-se benefícios para quem cumprisse com o disposto, mas ainda não haviam desincentivos que afastassem um número significativo de pessoas de ter apenas dois filhos (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 79). A primeira conferência oficial de âmbito nacional sobre natalidade dá-se em Dezembro de 1973, onde o *slogan*

casamento tardio [*wan*], maior espaçamento (entre o nascimento de cada filho) [*xi*] e menos filhos [*shao*] é estreado. (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 88). É neste ano que a RPC começa um período de abrandamento, entre 1973 e 1984, em que a população chinesa aumenta em mais 140 milhões de indivíduos, o ritmo mais baixo desde 1949 (Geping & Jinchang, 1994, p. 29). Mas é também neste período que a fase mais violenta da política anti-natalista chinesa é desenhada e posta em curso.

2.4 A Era Deng e a Política do Filho Único

Após a morte de Mao Tse Tung, o Partido Comunista Chinês viu chegar ao poder Deng Xiaoping juntamente com uma linha de líderes apologista de uma posição menos permissiva em matéria de natalidade. O enfoque das políticas de natalidade era agora não apenas na quantidade de filhos por casal, mas na qualidade dos mesmos. Ao mesmo tempo, começava-se a passar de um cenário em que se recomendava um filho e se permitiam dois, para um outro em que se permitia um e muito excepcionalmente esse número poderia ser maior (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 105). A carta enviada pelo Comité Central do PCC aos seus membros, a 25 de Setembro de 1980, é considerada por muitos como a data oficial de início da Política do Filho Único na RPC (Pletcher, 2010).

Se em 1979 foram praticados 7,9 milhões de abortos, se procedeu à inserção de 13,5 milhões de Dispositivos Intra-Uterinos (DIUs) e se realizaram 7 milhões de esterilizações, quatro anos depois (1983), o número de abortos subiu para 14 milhões, a inserção de DIUs para 18 milhões e 16 milhões de mulheres e 4 milhões de homens foram esterilizados (Connelly, 2008, p. 348). Os métodos encontrados para se alcançarem metas que pouco ou nenhum fundamento científico tinham resultaram em práticas coercivas violentas quer física quer psicologicamente, deixando o povo chinês com um controlo reduzido sobre o destino do seu corpo ou, como nota Ed Rosenberg, “The Chinese womb is indeed State-owned” (Hongnan & Rosenberg, 1998, p. 6).

A codificação da Lei do Casamento de 1980 dava continuidade à devassa da vida privada ao prever novos limites legais para a consumação do matrimónio: 22 anos de idade para os homens, 20 para as mulheres, sendo que casamentos mais tardios eram encorajados na própria lei (The National People's Congress of the

People's Republic of China, 1980). O factor qualitativo que a era Deng fomentava estava também presente na lei, mais concretamente no artigo 7.º, ao proibir o casamento entre primos ou outros membros chegados da família de forma a prevenir o nascimento de crianças com deficiência.

Todas as medidas acima descritas colheram frutos durante a primeira metade da década de 1980, quando a taxa de fecundidade chinesa alcança as 2,20 crianças por mulher em 1985. Dois anos depois, ao constatar-se um aumento da taxa de fecundidade para 2,59 crianças por mulher, dá-se novo endurecimento das políticas anti-natalistas (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 119). Desta feita, criam-se mecanismos institucionais que garantam que os quadros subnacionais e locais tenham os incentivos certos para privilegiar o controlo da natalidade e respectivos desvios. Nesta fase, a medida mais importante tem que ver com a relação de dependência directa que se estabelece entre o sucesso de implementação das políticas anti-natalistas dos diferentes quadros e a avaliação de desempenho feita aos próprios (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 124).

Por volta de 1993, com o fim da era de Deng Xiaoping à frente da RPC, a questão do controlo populacional parecia produzir os resultados previstos. Há contudo a referir que o sistema de associação da performance dos líderes subnacionais e locais ao número de nascimentos registados nas áreas de competência respectiva, originou alguns comportamentos que poderiam colocar em causa a veracidade dos números reportados. Os incentivos podiam ter um lado perverso, como o comprovam os desvios de fundos e a publicação de resultados que não correspondiam a nenhuma tendência demográfica plausível; ou inadvertidamente positivo, como sejam os resultados obtidos pela dinâmica de implementação criada pelos incentivos e não pela política em si, também aqui validando a eficácia da obrigatoriedade e coerção em detrimento do espírito voluntário que En Lai anteriormente havia advogado (Greenhalgh & Winckler, 2005, pp. 128-129).

2.5 A Era Jiang Zemin

A era Jiang Zemin compreende, sensivelmente, o arco temporal 1993-2003. Nestes dez anos, assiste-se a uma humanização das medidas de controlo de natalidade de forma a colmatar a violência e intransigência da era Deng, ao mesmo tempo que se chega a uma conclusão seminal: a de que o crescimento e desenvolvimento

económico chineses contribuíam muito mais para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* que um simples delimitar do número de nascimentos no mesmo espaço de tempo. Se no período 1952-1978 o PIB chinês aumentou 4,7 vezes mas o PIB *per capita* apenas aumentou 2,8 vezes, no período de 1978 a 1994 – a acusar a abertura chinesa ao investimento estrangeiro e a política de natalidade mais restrita – o PIB chinês aumentou 4,2 vezes, mas o PIB *per capita* aumentou 3,4 vezes (Information Office of the State Council Of the People's Republic of China, 1995). É também nesta altura que se reconhecem – e tentam emendar – algumas das distorções que a implementação da Política do Filho Único causaram: um rácio desproporcional entre sexos e uma população envelhecida sem muitas vezes ter o apoio de um filho, e se ignora outra: a dos filhos nascidos fora dos limites permitidos à data do nascimento (*população negra*), escondidos por receio das multas a que seriam sujeitos e que foram crescendo sem poder usufruir dos benefícios que quem nasceu dentro dos limites previstos gozava (Greenhalgh & Winckler, 2005, pp. 156-157).

2.6 A Era Hu Jintao

O feito maior da era de Hu Jintao em matéria populacional foi fazer avançar uma reforma abrangente, de âmbito nacional, na forma como a política de controlo de natalidade ocorria. Isto ao mesmo tempo que dava continuidade e aprofundava esforços no sentido de corrigir os efeitos colaterais que o controlo da natalidade tinha criado. Pode-se afirmar que a preocupação excede a questão da natalidade – embora lhe continue a ser dada primazia – para se alargar ao espectro demográfico.

A *Comprehensive Reform* que Hu Jintao procurou operacionalizar no país ia beber à literatura ocidental respeitante aos modelos de gestão de organizações de grande escala onde, em conformidade com os seus objectivos de longo prazo, os diferentes responsáveis pela implementação do programa procurariam fazer cumprir objectivos específicos, fazendo do alcançar desses objectivos a base de avaliação e recompensa do programa (Greenhalgh & Winckler, 2005, pp. 178-179). Ainda que a reforma em curso tivesse um cariz nacional, o enfoque seria dado às regiões do centro e oeste chinês (possivelmente por corresponderem a zonas rurais com mais propensão para altas taxas de natalidade) e às populações migrantes chinesas, que Michael

Palmer acredita serem responsáveis por cerca de 10% do total de nascimentos não declarados todos os anos (Palmer, 1996, p. 127).

É neste contexto que a cidade de Mudanjiang, situada na província de Heilongjiang (nordeste chinês), ganha relevância, ao ser escolhida como prova da aplicação bem sucedida da reforma em curso. Anteriormente, os responsáveis pela implementação das políticas de controlo de natalidade tinham como função exclusiva a limitação da população sem terem formação adequada. Agora entravam também na equação a qualidade do serviço prestado pelos responsáveis e administravam-se inquéritos de satisfação pública (Winckler, 2005, p. 205). E este tipo de incentivos, enquanto esboço experimental de um sistema com pesos e medidas, obrigavam a uma nova postura dos oficiais.

A ideia de um esforço nacional cuja exigência e coordenação são de uma complexidade enormes e de onde se destaca uma cidade ou vila enquanto modelo a emular, é uma situação que tem um correspondente na era de Mao Tsé Tung. Aquando da retirada de ajuda soviética de território chinês e consequente isolamento da RPC em Julho de 1960, foi pedido a cada localidade que se tornasse auto-suficiente [*zili gengsheng*]. Em consequência disso, em Junho de 1964, a localidade de Dazhai foi considerada o modelo a seguir em termos agrícolas e o *slogan* “Na agricultura aprendam com Dazhai” (农业学大寨) tornou-se uma obsessão cega, uma vez que Mao julgava ser possível replicar os resultados de Dazhai em qualquer local do país, daí resultando consequências humanas e ambientais desastrosas, muitas das quais irreversíveis. Para além de, posteriormente, se ter provado que Dazhai tinha recebido ajuda externa e os números que apresentava como modelo tinham sido muito exagerados (Shapiro, 2001, pp. 95-100), provava que parte da complexidade da implementação de uma política de cariz nacional na RPC reside na necessidade de avaliação das circunstâncias locais (humanas, ambientais, geográficas, sociais e económicas) e consequente adequação ao contexto local.

Mudanjiang surge como exemplo a seguir na área do controlo de natalidade e na prestação de serviços de saúde numa época de maior abertura e tacto político. Contudo, sendo uma província fronteiriça, oferece a possibilidade aos seus habitantes de terem dois filhos sem que nada de negativo daí advenha. Este pormenor confere um carácter de excepionalidade que não entra na equação de um controlo populacional mais alargado, o que deturpa muito do seu mérito. A permissão de dois

filhos por casal alivia as tensões entre os líderes locais, os quadros e o público por ser uma aplicação da política de controlo de natalidade mais moderada e reduz grandemente o choque cultural da aplicação da política mais intransigente de um filho por casal (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 181). Mudanjiang é, no máximo, um espelho daquilo que o controlo de natalidade e as relações entre as massas e o poder local e Governo na RPC seriam se fosse permitido a todos os casais ter dois filhos. Mas, como explica o demógrafo Wu Cangping, permitir que todos os casais tenham dois filhos faria com que a população chinesa atingisse os 1,6 mil milhões de pessoas em 2045, uma década antes do projectado, daí a política de controlo da natalidade, pelo menos até 2020, não ponderar fazer da excepção de Mudanjaing a regra (Greenhalgh & Winckler, 2005, p. 168).

2.7 A distorção do rácio do sexo ao nascer

De entre os vários ideais progressistas que presidiram à fundação do Partido Comunista Chinês em 1921, contava-se o papel da mulher na sociedade chinesa. Nomeadamente a sua emancipação face ao patriarcalismo confucionista e nivelamento de direitos em relação ao homem chinês.

A preferência da sociedade chinesa por filhos do sexo masculino deve a sua inclinação, em diferente grau, às circunstâncias históricas, práticas e culturais que a envolvem. Antes da fundação da China moderna, quando as preocupações demográficas não eram tópico de debate entre a elite política decisora, as vertentes prática e cultural eram aquelas que mais contribuíam para enformar a preferência por filhos do sexo masculino. A distinção valorativa de que cada um dos sexos era alvo por parte da filosofia confucionista garantia aos homens um papel preponderante na sociedade chinesa. Não só enquanto elemento capaz de suportar melhor os pais envelhecidos, mas também como o único que tinha a possibilidade de dar continuidade à linhagem familiar. Isto porque a mulher é um componente móvel da dinâmica que compõem a organização social à qual pertence. O benefício económico que se retira de uma filha é limitado pelo facto de as mesmas – na maior parte dos casos - saírem de casa dos pais quando se casam e pela desigualdade de oportunidades e vencimentos da mulher face ao homem no mercado de trabalho (Gupta et al., 2002, p. 7). Exceptuando o valor do dote que algumas famílias recebem aquando do casamento da filha, ter um filho é garante de uma fonte de rendimento contínua, o que

explica também o favorecimento do investimento que nele é feito do ponto de vista educacional em detrimento da filha quando os recursos financeiros dos pais são limitados. Por outro lado, em termos práticos, a dependência da China do seu sector primário acabava por, inadvertidamente, acentuar a preferência que culturalmente estava já estabelecida pela filosofia confucionista, uma vez que filhos do sexo masculino estariam mais aptos para trabalhar os campos dada a maior capacidade física quando comparados com o sexo feminino (Zhang, 2013, p. 2).

Dada a inexistência natural de registos, é difícil comparar o desequilíbrio do rácio do sexo ao nascer na China ao longo dos séculos com os valores actuais. Contudo, há suporte para admitir que a discriminação a que o sexo feminino esteve sujeito ao longo dos tempos resultou em grande parte da preferência societal e cultural por filhos do sexo masculino (Smolin, 2011, p. 12). E essa preferência enforma a prática disseminada de um infanticídio com características muito próprias, visto os recém-nascidos serem considerados “animais jovens” e não totalmente humanos. A sua morte é vista não como infanticídio mas como um “aborto pós-natal”, como notam Lee e Wang (Lee e Wang, 1999 citado em Smolin, 2011). *Nuances* – inclusive semânticas – como aquela acima descrita deixam o debate, nas palavras de Smolin, aberto a duas categorizações distintas: ou como uma patologia profundamente arraigada na sociedade chinesa, ou como uma prática altamente racional que procura a maximização da utilidade de um conjunto de práticas demográficas (Smolin, 2011, p. 13).

Assim, até Mao Tse Tung chegar ao poder em 1949, o legado confucionista milenar marcadamente patriarcal, aliado à distorção biológica natural que também favorece o nascimento de crianças do sexo masculino numa relação de 105 por cada 100 crianças do sexo feminino, encarregou-se de acentuar ainda mais essa desnaturação (UNFPA Asia and Pacific Regional Office, 2012, p. 17). Durante o terceiro quartel do século XX, uma combinação de altas taxas de fecundidade, reformas agrícolas e forte intervenção estatal permitiram aos Maoístas clamar para si o feito de ter equilibrado pela primeira vez em muitos séculos o rácio do sexo ao nascer e durante a infância (Wexler, 2006). Com o findar dessa época e entrada em vigor da Política do Filho Único, o rácio voltou à tendência histórica de desequilíbrio crónico que preserva até hoje.

A Lei do Casamento de 1950, ao considerar ilegal o infanticídio no 13º artigo do capítulo IV, passa a conferir a essa prática uma aura de imoralidade (People's

Republic of China, 200?). Só quando a tecnologia dos ultrassons se começa a espalhar pela RPC, trinta anos mais tarde, é que o conflito entre lei e costumes encontra no aborto um escape socialmente aceite porque legalmente permitido. A facilidade de acesso a máquinas de ultrassons durante a segunda metade da década de 1980, para determinação do sexo do feto durante a gravidez, é o exemplo mais recente e importante da adaptação da prática e retórica associada aos métodos empregues no controlo demográfico na RPC. Chegados ao ano de 1995, por cada 100 nascimentos do sexo feminino, registavam-se 117 do sexo masculino (Connelly, 2008, p. 357). Já em termos absolutos, em 2012 existiam na RPC mais 40 milhões de rapazes que raparigas (CIA World Factbook, 2014). Se esse ritmo se mantiver inalterado, em 2020 o Professor Dudley Poston estima que esses 40 milhões subam para 55 milhões. Havendo uma correção do número de nascimentos para o rácio natural de 105:100, o número de rapazes chineses em excesso subirá ainda assim até aos 51 milhões (Poston, 2011).

O facto de nascerem sistematicamente, em território chinês, mais rapazes que raparigas dá origem a um problema com ramificações várias. De entre a multiplicidade de consequências, aquelas que mais se destacam são as que têm que ver com a saúde pública e o aumento da taxa de criminalidade. Ambos os eixos grandemente influenciados pelo ênfase que a cultura chinesa dá àquilo que deve ser o curso normal da vida privada do homem chinês, criando um conjunto de expectativas rígidas que são, contudo, humanamente impossíveis de corresponder na sua plenitude. Uma vez que o casamento é uma expectativa de praticamente todas as mulheres na RPC, como já o comprovavam os resultados dos censos nacionais de 1982 (Spence, 1990, p. 687; Aird, 1983), o fardo que se abate sobre o homem chinês tem tendência a agravar-se mais ainda. Estima-se que, em 2013, um em cada dez homens chineses não tivesse companheira feminina disponível e que, no final da década de 2020, essa relação de grandeza duplique para um em cada cinco (Hvistendahl, 2011, p. 165).

Do ponto de vista da saúde pública, o desequilíbrio do rácio entre sexos origina uma maior procura por prostitutas. Fenómeno que por sua vez está intimamente associado à proliferação de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de onde se destaca o vírus da SIDA que em 2008 ultrapassou a tuberculose e a raiva enquanto doença infecciosa mais letal a nível nacional (People's Daily, 2009).

Sobre os efeitos do rácio desequilibrado de sexos na esfera criminal, há a referir dois pontos. O primeiro, relacionado com o fenómeno da prostituição, é o

tráfico humano intra e transfronteiriço. O propósito maior sendo o tráfico de mulheres para redes de prostituição ou enquanto noivas de encomenda. Dois dos países mais afectados pela vertente transfronteiriça deste crime são o Mianmar e o Vietname que fazem fronteira com o sul da China (UNIAP, 2009). O segundo ponto prende-se com a violência e potencial de desestabilização social que um número excessivo de homens juntos pode originar (Hesketh & Xing, 2006). Lena Edlund e os seus colegas chegaram à conclusão de que o aumento em 1 ponto percentual na discrepância entre sexos na faixa etária que compreende as idades 16-25 anos fez aumentar em 3% o número de crimes violentos e contra a propriedade. Tomando a população masculina como um todo essa discrepância pode ter sido responsável por um sétimo (1/7) do aumento da criminalidade durante o período 1988-2004 (Edlund et al., 2007), sendo também de salientar que existem bases para afirmar que o casamento reduz os níveis de criminalidade registados (Mazur & Michalek, 1998; Sampson & Laub, 1990).

2.8 A população negra

O conjunto de políticas postas em curso em matéria de controlo demográfico após a morte de Mao Tsé Tung tinham, como já vimos, uma taxa de natalidade a atingir (*jihua shengyülü*). Esses números foram-se prestando a adaptações impostas por constrangimentos temporais, espaciais e étnicos, mas acompanharam sempre as políticas de controlo demográfico. O desrespeito para com os limites impostos pelo poder local tinha consequências mais ou menos graves, dependendo maioritariamente do poder económico do casal prevaricador. Na maior parte dos casos as famílias abastadas pagavam as multas sem dificuldade. Já quando essa multa representava uma soma considerável no orçamento de um agregado, as opções economicamente viáveis eram uma de duas possíveis: ou abandonando o recém-nascido ou criando um filho à revelia da sociedade, na qualidade de um não-cidadão. Os responsáveis pela idealização e implementação das políticas de controlo de fecundidade, ao não aprovisionarem uma certa margem de erro inerente às políticas em questão (quer pelos valores culturais a que faziam frente, quer pela forma como a sociedade chinesa estava organizada), acabaram por criar um novo problema. Como refere a professora Susan Greenhalgh:

“With its gargantuan population and fearsome birth planning program, China offers striking evidence of the social power of governmental projects of population control – to create new classifications of social life, new types of personhood, and new forms of social and political exclusion (Greenhalgh, 2003)”

Dada a natureza das condições em que este segmento populacional surge, números concretos e fiáveis sobre o impacto do mesmo são impossíveis de obter. A *população negra* (*hei haiji*) é uma fatia da população incontável. O que existem são aproximações conservadoras da fatia que este segmento representa em relação ao número total de nascimentos. Durante o período 1979-1999, Greenhalgh estima que entre 112 e 157 milhões de nascimentos não tenham sido planeados. Isto apoiando-se nas percentagens avançadas pelos demógrafos chineses que entrevistou (de 20-25% do total de nascimentos no final da década de 1980 e 30-35% do total de nascimentos na década de 1990 não terem sido planeados). Assumindo que sobreviveram até hoje, podem representar até 10% da população total chinesa (Greenhalgh, 2003, p. 207).

Importa também sublinhar que a marginalização a que este segmento da população está devotado abrange os domínios da saúde e da educação, mas acabando por se estender naturalmente aos domínios social, psicológico, económico e do mercado de trabalho. A título de exemplo, à *população negra* não é permitido o acesso a cargos no sector público. Embora o Estado enquanto empregador tenha cada vez menos preponderância - em 1999 a função pública absorvia 13,6% da população activa do país e em 2009 esse valor não foi além dos 10,2%, sendo que a tendência é para que esta evolução negativa prossiga (Ruthkowski, 2013) – não deixa de ser mais um obstáculo de entre os muitos que este grupo enigmático enfrenta para ter uma vida mais próxima da normalidade.

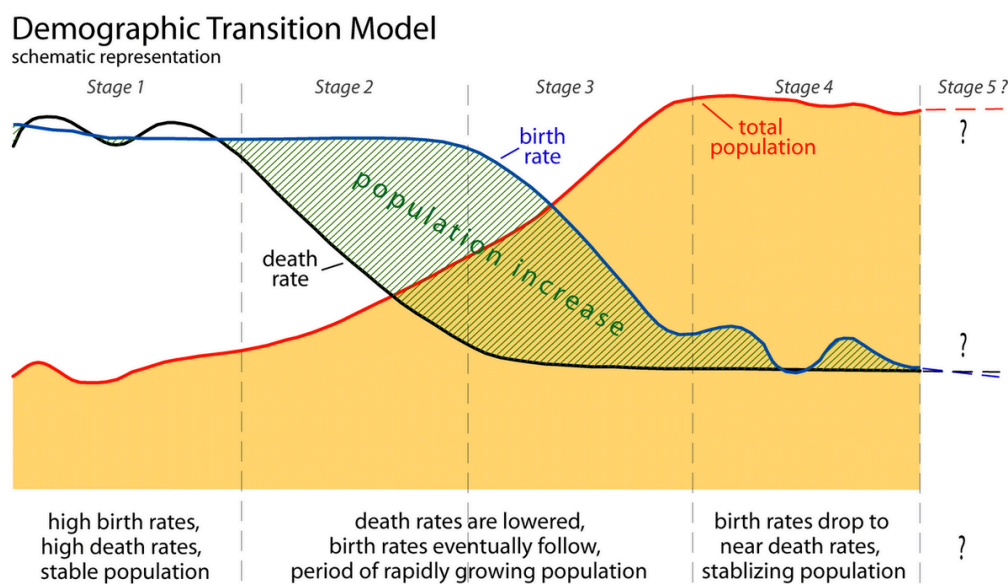
2.9 A Pirâmide demográfica futura

As mudanças observadas no comportamento da fecundidade da população chinesa são influenciadas por duas realidades distintas. As que decorrem de uma intervenção consertada por parte do Estado e as que são consequência indirecta de transições socioeconómicas que se dão ao longo dos tempos. A Política do Filho Único é o exemplo mais sonante de uma mudança induzida. A influência do aumento generalizado do rendimento e nível de educação da população nos comportamentos e

intenções reprodutivas da população ilustra dois tipos de consequências inadvertidas na fecundidade da população da RPC (Gui-Ying, 2001, p. 3).

Como pode ser observado no Gráfico I, o modelo de transição demográfica por que cada país passa durante o seu desenvolvimento tem na RPC um dos exemplos mais vertiginosos. No início da década de 1980, o país estava na segunda fase do modelo de transição demográfica, dando forma a uma pirâmide demográfica digna desse nome: uma base preponderante e crescente típica de um país jovem, onde a média de idades nacional (22,1 anos) se encontrava abaixo da média de idades mundial (22,6 anos) e onde a taxa de fecundidade nacional (3,01 filhos por mulher) ainda estava confortavelmente acima da de reposição populacional (2,1) apesar de nos centros urbanos o valor já se encontrar abaixo da taxa de reposição (Nações Unidas, 2013, pp. 93 e 98, respectivamente).

Gráfico I. Modelo de Transição Demográfica da China



Fonte: UNEP, 2011 - <http://tinyurl.com/ncjth4k>

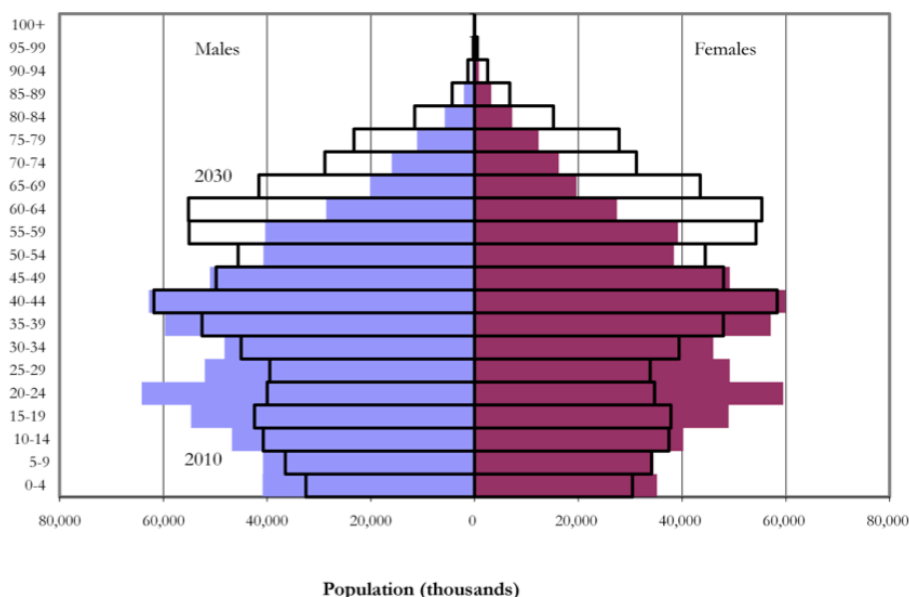
Em 2010, a RPC já se encontrava na quarta fase do modelo de transição demográfico. As diferenças mais notórias face à estrutura etária da população chinesa em 1980 estão no encolher das faixas etárias 0-4 anos e 5-9 anos e no alargar das faixas etárias que compõem não só a camada activa da população (15-64 anos) como as faixas etárias acima dos 65 anos de idade. É razoável admitir como actuais as tendências demográficas acima expostas pelo menos até 2016, visto a RPC estar a atravessar um momento de dividendo demográfico. Isto é, a composição da população

chinesa encontra-se no ponto em que a percentagem de pessoas elegíveis para trabalhar (15-64 anos) suplanta largamente aquelas que estão em situação de dependência (representados pelas faixas etárias abaixo dos 15 anos de idade e dos 65 anos de idade para cima). Em 2013, o grupo que compreendia as idades 15-59 representava 68,1% do total da população do país (Nações Unidas, 2013) e por cada dois trabalhadores em final de vida activa (55-64) existiam três trabalhadores jovens (20-29 anos de idade). Daqui a vinte anos essa proporção inverter-se-á (Eberstadt, 2011). Isso é especialmente preocupante quando se sabe que, numa economia moderna, as gerações mais jovens são as mais bem preparadas e as que possuem um corpo de conhecimentos mais actualizado, que por sua vez se traduz em melhorias substantivas na eficiência dos processos produtivos (Eberstadt, 2011).

A próxima geração de trabalhadores chineses será a que beneficiou mais amplamente dos esforços provenientes das “Quatro Modernizações”. Mais concretamente, da lei de 1986 que previa a obrigatoriedade de nove anos de escolaridade (UNIAP, n.d.). Por um lado, a transição demográfica rápida e comprimida – se tivermos em conta países com o mesmo nível de rendimento – foi responsável, algumas estimativas indicam, por 26,8% do PIB *per capita* durante o período de 1982-2000 (Zhu & Cai, 2012) ou um terço do PIB *per capita* durante o período 1970-1995 (Fang & Wang, 2005, p. 35). Por outro lado, a RPC está a beneficiar do seu dividendo demográfico através de uma população activa que teve a sua formação numa época em que a percentagem total da população que concluiu o ensino secundário estava abaixo dos 50% (Gui-Ying, 2001, p. 5).

Contando que (i) a fatia da população chinesa em idade activa (15-59) passará de 68,1% do total da população para 52,5% em 2050 (Nações Unidas, 2013, p. 89); (ii) a faixa etária mais jovem da população activa (15-24) assistirá a um declínio de mais de 80 milhões de trabalhadores até 2050; (iii) o segmento populacional acima dos 65 anos passará a representar 23% da população total daqui a menos de quarenta anos (111 milhões em 2010 vs 331 milhões em 2050) (Zhao, 2011, p. 293) e que (iv) nem no final do século XXI a taxa de fecundidade da RPC atingirá níveis de reposição (1,88) (Nações Unidas, 2013), é razoável inferir que a magnitude do envelhecimento da população chinesa pede soluções que não o tentem contrariar, mas antes o acomodem.

Gráfico II. Projeção da Estrutura Populacional Chinesa: 2010 vs 2030



Fonte: Eberstadt (2011), disponível em <http://tinyurl.com/ndodxlu>

A comparação presente no Gráfico II ilustra bem o processo acelerado de envelhecimento por que a RPC irá passar ao longo das próximas décadas. A força de trabalho chinesa alcançará o seu pico durante o período 2010-2015, altura em que contará com uma população activa de mil milhões de pessoas face a um total de 1,37 milhões de habitantes (Zhao, 2011, p. 293). Dez ou quinze anos depois (dependendo das fontes), será a vez da população total atingir o pico de 1,46 mil milhões de pessoas após vários séculos de crescimento constante (Eberstadt, 2011; Zhao, 2011).

Com o findar do período de dividendo demográfico que permitiu à China ser a fábrica do mundo – ao conjugar uma imensa quantidade de mão-de-obra com salários baixos – o modo de desenvolvimento económico do país terá de passar por uma readaptação estrutural. O aumento dos salários nas zonas costeiras do país ao longo dos últimos anos têm tornado as indústrias locais menos competitivas, e a transferência de factores de produção para regiões onde é possível pagar menos a cada trabalhador é cada vez mais uma tentação (Bloomberg, 2014). O destino dessa realocação de factores produtivos tanto podem ser províncias chinesas do interior ou países vizinhos que ofereçam as mesmas condições, como é o caso do Vietname e do Bangladesh, onde o valor dos salários é cerca de metade daqueles que são praticados

na RPC (China Daily, 2010). As deslocalizações que aconteçam internamente, contudo, permitirão diminuir o fosso que existe entre a China costeira e a China interior.

Relembrando que o pico da força de trabalho chinesa será sido alcançado algures entre 2010 e 2015, daí resultará que o excedente de capital humano chinês que alimentou a indústria e o crescimento económico do país ao longo das últimas décadas, eventualmente, desapareça. Se a isso juntarmos a subida consistente dos salários dos trabalhadores migrantes desde 2003 (Fang & Meiyang, 2011; The Wall Street Journal, 2013), parecem estar reunidas cada vez mais condições para que a China transponha o ponto de viragem de Lewis.

Devendo o seu nome ao economista inglês Sir Arthur Lewis que o formulou, o ponto de viragem de Lewis é atingido quando um país deixa de ter um excedente de capital humano capaz de sustentar o crescimento expansivo da economia. Lewis admite a existência de uma economia dual num país pobre, sendo o crescimento económico alimentado através da transferência de trabalhadores da economia tradicional agrícola (onde a força de trabalho é subaproveitada) para a secção da economia do país de molde capitalista (The Concise Encyclopedia of Economics, 2008). Quando o excedente de mão-de-obra acaba, com ele acaba também a possibilidade de se manter um tecto salarial mais baixo (Wolf, 2012).

Actualmente, o ponto de viragem de Lewis é discutido tendo quase sempre as transformações da economia chinesa em consideração. Os dois pontos onde o debate se divide são os seguintes. Primeiramente, se é ou não correto encarar a teoria de Lewis de forma literal, em que devemos encontrar um ponto específico e inequívoco que é atingido algures no tempo, ou se faz mais sentido pensar as mudanças estruturais preconizadas por Lewis como um período de tempo que não pode ser reduzido a um ponto apenas (Zhu & Cai, 2012, pp. 3-5). Depois, se a RPC já atingiu ou não o ponto de viragem de Lewis (podendo haver a hipótese do tempo presente caso se olhe para a teoria de Sir Arthur Lewis como um arco temporal e não como um ponto específico no tempo). Cai Fang (2010 e 2011), da Academia Chinesa de Ciência Sociais, defende que a transposição do ponto de viragem de Lewis está eminente; Zhu e Cai (2012) da Universidade de Tsinghua, Pequim, defendem que a RPC está a atravessar o ponto de viragem de Lewis e, por fim, Das e N'Diaye (2013), economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), referem o período de 2020 – 2025 como data mais provável para que essa transposição se dê.

A evolução do mercado de trabalho chinês de um cenário em que há sistematicamente um excedente de trabalhadores para uma nova realidade onde começam a existir dificuldades de contratação (Muhiudeen, 2013) vai obrigar o Estado a apostar na formação do capital humano de que dispõe. Isto para que os efeitos que decorrem da transição de uma economia assente numa mão-de-obra intensiva e pouco qualificada para uma economia qualificada não se façam sentir com tanta intensidade. O Plano de Médio e Longo Prazo para Desenvolvimento de Talento (2010 – 2020) definido pelo PCC, é um exemplo de uma estratégia do poder central que visa responder à falta de qualificação de uma grande parte dos quadros superiores do governo, estipulando como meta para 2020 que 20% dos quadros superiores tenham completado algum tipo de educação superior face aos 9.2% registados em 2008 (China Daily, 2010). E ainda que o grupo visado por este Plano sejam quadros superiores do governo, existem indicações de que os trâmites gerais do mesmo já vão sendo emulados a nível municipal (Huiyao, 2013). Por fim, a adequação dos conteúdos leccionados no ensino superior às necessidades reais do mercado de trabalho em mudança também é um factor a ter em conta, visto parte da razão para os estudantes chineses do ensino superior enfrentarem algumas dificuldades em encontrar emprego se dever a essa desadequação, segundo Pan Chenguang, especialista em recursos humanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais (Zhu, 2010).

Em termos de distribuição espacial da população à data dos últimos censos (2010), a população rural prefazia 53% do total nacional, estando previsto que esse equilíbrio se venha a perder ao longo das próximas décadas, com mais de 70% da população a habitar centros urbanos em 2050 (Zhao, 2011, p. 295). Os mesmos censos apuraram uma população de 1,370,536,875 habitantes com a ajuda de 10 milhões de colaboradores (Haub, 2011). Isso quer dizer que para cada 137 habitantes havia um colaborador. Para efeitos de comparação, nos mais recentes censos portugueses (2011) haviam 350 pessoas para cada colaborador (Diário de Notícias, 2011). É uma incógnita até que ponto a relação de grandeza mais favorável que os censos chineses apresentam é uma mais-valia, considerando, entre outras, as vantagens que um agregado tem em apenas reportar um número de elementos que se coadune com o estipulado pelas políticas de controlo de natalidade em vigor em cada local (ver sub-capítulo sobre a *população* negra discutido acima) e a fatia considerável de população migratória que trabalha e vive nas cidades mas está

registada nas zonas rurais devido ao sistema *hukou*. À escala nacional, são apenas dois factores que podem aumentar ainda mais a margem de erro inerente a um estudo de tal magnitude. Zhongwei Zhao (2011) dá o exemplo dos diferentes resultados a que as Nações Unidas e o governo chinês chegaram quando estimaram o tamanho da população chinesa no futuro: as divergências entre cada uma das entidades no tocante à taxa de fecundidade e tamanho da população actuais, no limite, traduziram-se numa discrepância de cerca de 100 milhões de pessoas. Grande parte da população que constituirá as projecções que olham para meio do século já nasceu, mas uma resposta adequada aos desafios que o crescimento populacional chinês representa tem de passar por um melhoramento continuado da recolha e tratamento de informação relativa à população chinesa bem como pelo eliminar dos incentivos que convidem à subdeclaração de qualquer tipo de dado estatístico.

2.10. O panorama agrícola chinês

Se a variável “População” representa o lado final (e maior) da procura, o presente capítulo olhará para o lado da oferta nas diferentes fatias em que a mesma se divide. Quer isso dizer que não se consegue retratar de forma competente esta variável se não se tiver em igual consideração tanto o fluxo de produção agrícola que chega ao mercado interno como os constrangimentos associados ao produto final consumido internamente. Assim, é necessário olhar não só para a quantidade total de bens agrícolas produzidos mas também para a adequação das práticas agrícolas utilizadas, os níveis de produtividade agrícola, a escala e burocracia do aparato legal, a tipologia das propriedades agrícolas, as limitações de terra arável e a degradação ambiental a que os terrenos agrícolas têm sido sujeitos.

Freeman, Holslag e Weil sugerem que a China tem cinco formas possíveis para assegurar o fornecimento adequado de bens alimentares internamente: (i) o investimento do desenvolvimento da produção agrícola; (ii) a redução dos custos de importação de bens agrícolas; (iii) a protecção da produção doméstica através da restrição das exportações; (iv) o uso de mecanismos de ajuda e cooperação para aumento da produção agrícola no exterior e (v) a adopção de políticas que encorajem o investimento externo chinês no sector agrícola (Freeman et al., 2008).

Ao longo do próximo capítulo irá ser feita uma análise dos cinco pontos enunciados em cima por se reconhecer que, tomados na sua globalidade,

compreendem em si o leque de possibilidades que a China tem ao seu dispor. Primeiro, contudo, far-se-á uma caracterização e contextualização do panorama agrícola chinês tendo por base a questão *sangong*, ou as três (*san*) problemáticas que constituem a questão rural: a agricultura (*nongye*), as questões rurais (*nongcun*) e os agricultores (*nongmin*) (Shuli, 2009).

Como em outras áreas da vida chinesa, o ano de 1978 delimita duas concepções de China muito diferentes. Foi em Dezembro desse ano que o Terceiro Plenário do Décimo Primeiro Congresso do Partido Comunista Chinês teve lugar e onde a narrativa nacional se começou a afastar da ideia de luta de classes e, ao invés, redireccionou o seu foco para o desenvolvimento económico (Qian, 1999). Sobreposse o pragmatismo encabeçado por Deng Xiaoping e Chen Yun à leitura Maoísta do Marxismo-Leninismo de Hua Guofeng e, assim, nos cinco anos subsequentes operaram-se cinco reformas importantes onde, para além da abertura da economia, da descentralização fiscal e da reforma de empresas estatais e das comunas populares se contava também a reforma do sector agrícola. Reformas inter-relacionadas, visto os princípios que as motivam assentarem num tronco comum: a criação das condições necessárias para a prossecução do lucro através de uma iniciativa mais privada que ditada. No sector agrícola em particular, isso traduziu-se na descolectivização das comunas de produção e respectivas quotas de produção, na especialização de produtos e na selecção de colheitas olhando para as vantagens comparativas de cada região (Lin, 1988, pp. 200-201).

O resultado mais sonante deste período conturbado da História chinesa - no que toca à agricultura - foi a instituição do Sistema de Responsabilidade Familiar (SRF) (家庭承包责任制, *Jiātíng chéngbāo zérènzhi*), visto ser a materialização da ruptura que Xiaoping e Yun conduziam. Este Sistema, ao fazer corresponder a quantidade produzida ao rendimento auferido (*lian chao dao lao*), alterava por completo a lógica de recompensa e esforço que norteava as tarefas das comunas de produção (regidas por quotas impostas centralmente). Estas quotas, sendo definidas por defeito e ao não incentivarem a sua superação, visto premiarem muito pouco os trabalhadores que as superassem, deixavam subexploradas a maioria das propriedades agrícolas. Com o SRF, o excedente agrícola podia ser vendido nos mercados locais.

O outro aspecto revolucionário deste sistema tinha que ver com o vínculo estabelecido entre a população agricultora e a porção de terra que lhes era dada para

exploração. Agora começavam a existir garantias temporais que permitiam olhar para a actividade agrícola a médio e longo prazo.

No plano ideológico, o Sistema de Responsabilidade Familiar, ao redireccionar o foco da comuna para o agregado, punha em causa noções de igualdade que permeavam as políticas Maoístas acima de tudo o resto, inclusivamente de resultados concretos. É devido à magnitude desse abalo que o processo de mudança se fez não só de avanços mas também com alguns recuos. Pelo conflito permanente entre garantir o igual acesso à terra de toda a população rural enquanto meio de subsistência e o delinear de um sistema estável de direitos associados a essa ferramenta sem que isso pusesse em risco a exploração produtiva desses mesmos terrenos (Li, n.d.).

Durante o período Maoísta, variações deste sistema já haviam sido sugeridas, como aconteceu logo nos anos 50 do século XX pela mão de Deng Zihui, responsável pelo Departamento do Trabalho Rural, e também no rescaldo do fracasso que o Grande Salto em Frente (1958-1961) provou ser (Zweig, 1983, p. 880). Mesmo após a morte de Mao, e numa linha de continuidade dirigida por Hua Guofeng, o Quarto Plenário do Décimo Primeiro Congresso, em Setembro de 1979, proíbe o Sistema de Responsabilidade Familiar, precisamente por questões de natureza ideológica, já que minava princípios elementares do socialismo (Lin, 1988, p. 201).

Contudo, as ideias lançadas pelo Terceiro Plenário um ano antes mostraram-se demasiado oportunas para que houvesse espaço para uma reversão total do sentido de marcha. Em 1978 já estavam em curso reformas agrícolas muito bem-sucedidas nas províncias de Anhui, Guizhou e Gansu com base no Sistema de Responsabilidade Familiar, sendo o caso de Anhui o mais emblemático. Contando com a benção do Secretário Provincial do PCC Wan Li, permanece como mais um exemplo onde a semântica ambígua das instruções centrais servia de socorro à legitimização de práticas contrárias ao *status quo*: “*I myself support baochan daohu and think it can be fully experimented with. Some are worried that this might violate the center's decision, but in fact it is in line with the center's 'spirit' that stresses practice as the only criterion of truth*” (Huang, 2013, p. 24). O trabalho de Haifeng Huang a este respeito (*Signal Left, Turn Right: Central Rhetoric and Local Reform in China*) ilustra bem o clima de experimentação e o ritmo gradual presentes neste momento histórico de transição, onde a falta de sintonia entre o poder central e o local era a espaços consciente, ignorada ou benignamente negligenciada, ilustrada na máxima estratégica de “Cruzar o mar enganando o céu” (*man tian guo hai*). Sobre políticas postas em

curso, Haifeng vê na expressão “Atravessar o rio apalpando as pedras” (*mozhe shitou guo he*) o espelho mais fiel desse nível de experimentação e incerteza inerentes ao processo de transição (Huang, 2013, p. 31).

No final de 1980, com a ratificação do Documento Central Nº 75 fora do Politburo - para não encontrar a oposição de Guofeng – o Sistema de Responsabilidade Familiar é finalmente oficializado (Zweig, 1983, p. 888). A partir de 1982, o Sistema começa a ser activamente promovido pelo Partido Comunista e no final desse ano 80% dos agregados tinha aderido ao Sistema. Em 1984, já virtualmente todos os agregados tinham aderido (Qian, 1999, p. 5).

A efectivação legal, contudo, foi um processo que se arrastou durante mais de duas décadas até 1 de Março de 2003. É nesse dia que é aprovada pelo Comité Permanente do Congresso da RPC a Lei do Contrato da Terra Agrícola, a primeira lei na China moderna a lidar exclusivamente com as condições específicas em que a detenção de porções de terra para exploração seria feita. De um dia para o outro, 210 milhões de explorações agrícolas passaram a contar com a protecção de alguma lei concreta que fosse além da mera pista ou intenção (Li, n.d.). Um ano antes da lei ser passada, Jacoby, Li e Rozelle demonstravam o impacto que a iminência de expropriação tinham no (des)investimento feito nas parcelas agrícolas dadas para exploração, visto ser característica de cerca de 80% das vilas chinesas até aí fazerem um reajuste regular do tamanho dos terrenos agrícolas para que reflectissem o melhor possível as alterações populacionais ao longo do tempo (Jacoby et al., 2002).

Mesmo que o direito de propriedade dos terrenos agrícolas seja das comunidades rurais, os agricultores que os exploram têm a possibilidade de ceder o uso dos seus terrenos a terceiros, mas no máximo até ao fim do contrato celebrado pelo arrendatário original, o que volta a limitar eventuais intenções que o subarrendatário tenha de expansão da sua actividade (Tan et al., 2013, p. 614).

Casos há em que a fragmentação dos terrenos agrícolas é preterida, nomeadamente quando existe um número alto de trabalhadores para a quantidade de terra disponível (Li *et al.*, 2007, citados em Lu et al., 2013, p. 347). Nestes casos verifica-se uma maior produtividade por unidade de terra, apesar de existirem desvantagens neste tipo de estruturação da paisagem rural. Estas vão do desperdício de terra arável, à impossibilidade de concretização de economias de escala, ao aumento do custo de infraestruturas agrícolas, passando pelo desencorajamento à adopção de maquinaria agrícola. Fleisher e Liu (1992), analisando dados de pesquisa

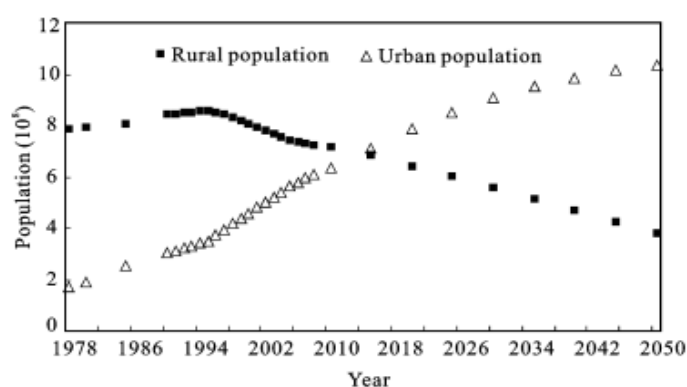
do período 1987-1988, concluíram que se cada quatro parcelas agrícolas fossem reduzidas para uma apenas, a produtividade aumentaria 8%. Os obstáculos para que essa consolidação de parcelas agrícolas aconteça, contudo, obrigariam a uma quase total reordenação da paisagem rural, dado o cariz não contíguo de muitos dos terrenos agrícolas, podendo uma única consolidação de quatro parcelas envolver quatro agregados diferentes, com tudo o que isso implica de negociação, cedência e indemnizações apropriadas a cada caso. Li et al. (2013) fazem uma análise mais detalhada das vantagens que existem entre explorações agrícolas grandes e pequenas, concluindo que a alta produtividade verificada nas explorações pequenas tem associada a si um subaproveitamento do factor trabalho, por muitas vezes este provir do próprio agregado e não ser contabilizado na mesma medida em que os restantes factores produtivos o são. Se a análise da produtividade agrícola não se cingir à quantidade produzida por *mu* (unidade de medida chinesa correspondente sensivelmente a 1/15 da área de um hectare), mas abarcar a totalidade dos factores de produção (capital e trabalho), parece já existir uma relação positiva entre a produtividade agrícola registada e o tamanho das propriedades agrícolas. Os autores sugerem assim que em zonas costeiras onde fontes alternativas de rendimento existem e onde o factor trabalho seja uma vantagem comparativa menor, que a consolidação de pequenas parcelas de exploração agrícola deve acontecer primeiro.

2.11. O acentuar do fosso rural-urbano

A reforma iniciada a partir de 1978 trouxe vários benefícios para a vida dos camponeses chineses, a fatia da população chinesa mais representada nas centenas de milhões levantados da pobreza pelo avanço económico. Ainda assim, os frutos do crescimento económico das últimas três décadas foi ainda maior nos sectores secundário e terciário, tendencialmente localizados em zonas urbanas. Os rendimentos rurais *per capita* eram 6 vezes mais altos em 2000 do que em 1978, mas estes, em 2000, correspondiam a apenas 36% da média de rendimentos em zonas urbanas (Gale & Park, 2002, p. 47). Tendo em conta que em 2000 cerca de 282 milhões de pessoas trabalhavam em explorações agrícolas e 218 milhões em zonas rurais mas fora do sector primário, mesmo com o gradual (porque controlado) êxodo rural, o potencial de desestabilização é considerável (Huang et al., 2012). Como é possível verificar na imagem à direita, no virar do milénio o fosso entre rendimentos *per capita* rurais e

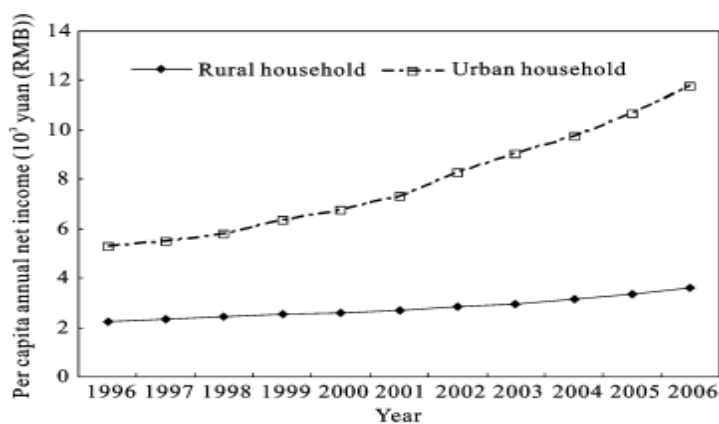
urbanos começou a aumentar. Esse fenómeno deveu-se em parte à estagnação generalizada dos rendimentos dos agricultores chineses. Em 2008, ao figurar como tópico principal do Documento Central Nº 1, a protecção dos direitos das propriedades agrícolas mostra ser ainda uma preocupação para o PCC. Ajuda a explicar essa proeminência o facto dos 17.000 incidentes rurais registados nos primeiros nove meses de 2006 envolvendo no total 400.000 agricultores, a causa maior desses incidentes ser relativa a queixas sobre as suas terras (Ping, 2008). Goebel & Ong (2012, p. 37) apontam para que 65% do total de sublevações registadas anualmente estejam relacionadas com disputada de terras, expropriação ilegal e compensações inadequadas.

Gráfico III. Variações do Rendimento Líquido Anual per capita das famílias rurais e urbanas entre 1996-2006



Fonte: Tan et al., 2013.

Gráfico IV. Alterações e Tendência populacionais na China entre 1978-2050



Fonte: Tan et al., 2013.

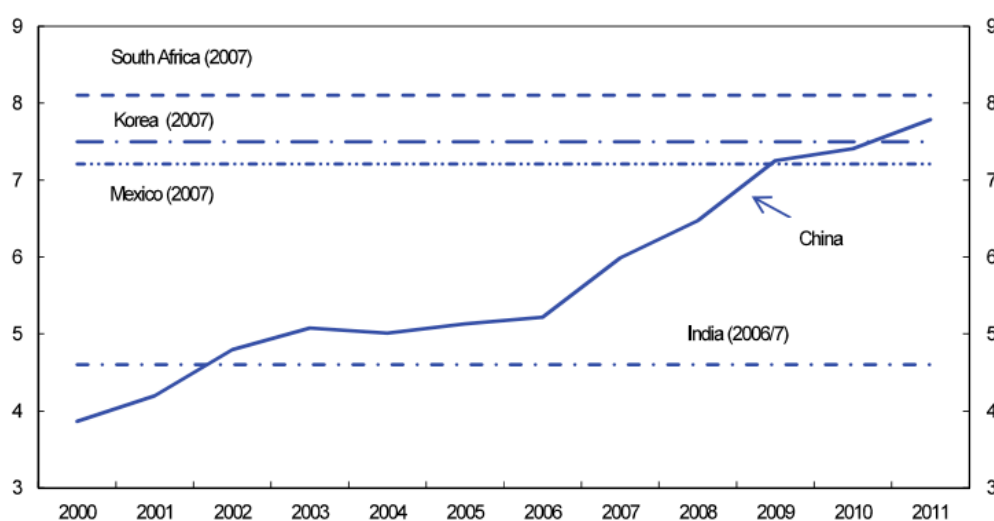
A política de “deixar alguns enriquecer primeiro” (*xianfu lun*) que Deng Xiaoping colocou em prática no início da década de 1980 favoreceu desproporcionalmente as classes média e alta e, regionalmente, os habitantes de cidades costeiras. Essa clivagem é ainda mais pronunciada pela manutenção do sistema de registo doméstico, também conhecido como *hukuo* (户口) ou *huji* (户籍). Ao dividir a população chinesa entre rural e urbana, o Governo institucionaliza um tipo de discriminação que condiciona seriamente a vida dos migrantes que chegam às cidades chinesas. Entre tantas outras questões, a privação do direito a instalarem-se permanentemente em cidades e os benefícios daí decorrentes relativamente a serviços de segurança social ou acesso a trabalhos mais bem remunerados dificultam bastante a acomodação desta fatia larga da população chinesa (Chan & Buckingham, 2008, pp. 582-583).

O fosso que se criou entre a maioria dos habitantes da China rural e os das zonas costeiras começou a receber alguma atenção quando Hu Jintao chega ao poder e introduz no 11º Plano Quinquenal (2006-2010) a ideia de que os frutos do desenvolvimento fossem mais equitativamente partilhados numa prosperidade conjunta (*gongtong fuyu*) (Chan, 2010).

A crescente maquinização da actividade agrícola libertou mão de obra para sectores que não o primário, que viu a sua importância enquanto percentagem total do Produto Interno Bruto decrescer de 15 para 10% ao longo do período 2000-2011, acompanhado por outro lado de um crescimento do sector terciário de 39 para 43.3% durante o mesmo período de tempo (FAO, 2014, p. 8). Nem mesmo a intenção declarada na Terceira Sessão Plenária do Décimo Sétimo Comité Central do PCC, em 2008, de duplicar os rendimentos dos trabalhadores agrícolas até 2020 parece ter sido medida suficiente para amenizar o êxodo rural verificado (China Daily, 2008).

No que concerne ao gasto público com questões sociais, o gráfico V mostra como o novo milénio trouxe uma nova postura, traduzida num enorme investimento, em parte porque partia de uma base reduzida.

Gráfico V. Despesas Sociais Públicas na China e outras economias Emergentes



Fonte: OCDE, 2012, p. 21.

De notar que a maior parte deste investimento tem como foco populações e questões maioritariamente rurais materializado num subsídio de subsistência mínimo aos habitantes rurais, passando por novos planos de seguro médico para pessoas com registo *hukuo* rural, à introdução de um regime de pensões para quem viva no campo e outro para migrantes. Persistem, contudo, muitos problemas por resolver, visto os pagamentos médios serem baixos e muitas empresas não pagarem as contribuições sociais devidas uma vez que as consequências por não o fazerem serem quase nulas (OCDE, 2012).

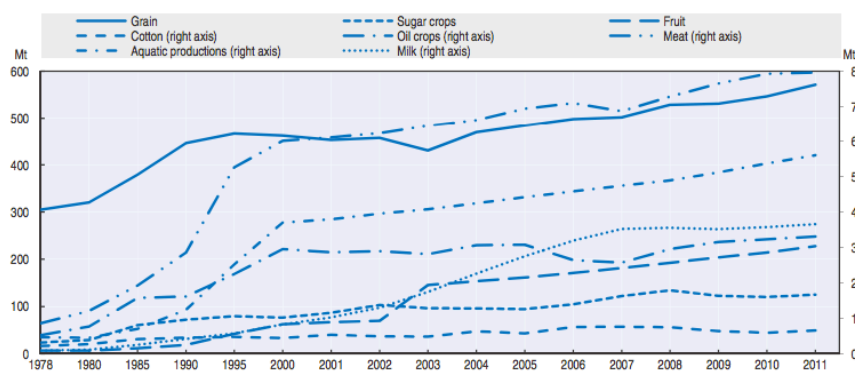
2.12. A Evolução dos indicadores agrícolas

Apesar de todos os desincentivos enumerados em cima, a evolução de diferentes indicadores agrícolas ao longo das últimas seis décadas é muito positiva. Entre 1949 e 2008, a população chinesa cresceu de 450 milhões de pessoas para 1.33 mil milhões, tendo nesse espaço de tempo a quantidade de terra arável *per capita* decrescido de 0.18 ha para 0.10 ha (Veeck, 2013, p. 43). A tecnologia limitada, o fraco serviço de transporte e infraestruturas para processamento de produtos agrícolas pós-colheita e a inadequação de diferentes práticas e tipos de culturas às condições locais são outros dos aspectos que dificultaram ainda mais o trabalho dos agricultores chineses (Veeck, 2013, p. 43). Ainda assim, face a este cenário, a RPC conseguiu aumentar em 4.7 vezes a produção agrícola de cereais *per capita* apoiada nos ganhos

de produtividade por hectare e pela aposta na expansão das áreas de cultivo a que se alia o uso de fertilizantes, químicos agrícolas e irrigação mais alargados (Veeck, 2013, p. 44) A área total irrigada passou dos 18% em 1952 para os 70% actuais. Relativamente ao uso de fertilizantes sintéticos à base de nitrogénio enquanto *input* agrícola, a partir de meados da década de 1970, foram responsáveis pelo crescimento da produção agrícola em 50 a 60%, tendo contudo a eficiência desse *input* vindo a decrescer, maioritadamente relacionado com o uso excessivo do mesmo (Norse et al., 2014, pp. 258-260). A quantidade de electricidade consumida em áreas agrícolas também aumentou de 822 milhões de kW para 571 mil milhões de kW (FAO, 2013, p. 122). A crescente maquinização da exploração agrícola é visível no rácio de distribuição do trabalho rural: da relação 100:18:4.6 (manual, animal, mecânica) em 1965 para 100:16:47 em 1980 (FAO, 2013, p. 126).

Durante o período 1978-2012, a quantidade produzida de cereais considerados estratégicos do ponto de vista da autosuficiência chinesa aumentou constantemente: o trigo aumentou a um ritmo de 2.3% ao ano, o milho a 1.7%, o arroz e a soja a 1.2%. Durante o mesmo período de tempo, a exploração pecuária registou ganhos ainda maiores liderados, nomeadamente, por três razões: o maior lucro associado à exploração pecuária; a alteração dos hábitos de consumo motivados por rendimentos disponíveis cada vez mais altos e uma ligeira flexibilização das metas de autosuficiência do Governo chinês relativamente à importância dos cereais (o que permite que o primeiro motivo enunciado aconteça). A produção de carne aumentou por um factor de 8 vezes, a produção de leite por 16 e as espécies aquáticas por 11 vezes, sendo que no caso do cultivo em aquacultura o aumento é na ordem das 31 vezes (OCDE/FAO, 2013, p. 68).

Gráfico VI. Produção dos Principais produtos agrícolas na China



Fonte: OCDE/FAO, 2013, p. 68

À quantidade produzida deve, contudo, ser subtraído o desperdício decorrente da inadequação das técnicas usadas em colheita, da qualidade insuficiente do armazenamento, do transporte e empacotamento. Ao longo de todas as etapas por onde tem de passar um produto até ser consumido, 8 a 10% dos cereais é perdido, estando o valor do desperdício das frutas e vegetais na ordem dos 25-30% (Hongzhou, 2012, p. 2).

No final do milénio, o início dos programas CAD (*Comprehensive Agricultural Development*) corrigiram algumas ineficiências – até aí crónicas – da agricultura chinesa, ao fornecer equipamento adequado e ao transmitir conhecimento técnico inacessível à maioria dos agricultores. Desde sementes apropriadas à região de semeio, fertilizantes de maior qualidade, equipamento de cultivo e irrigação, infraestruturas de armazenamento e distribuição, passando por oportunidades educacionais para os agricultores aprenderem mais sobre aquilo que desejassem (Veeck, 2013, p. 44). Do tipo de sementes fornecidas, ao método usado na reconversão ou recuperação de terrenos agrícolas de baixa qualidade para média qualidade, os programas CAD parecem ter na sua abordagem caso a caso um dos seus maiores trunfos, acautelando especificidades e condicionantes locais. Fan e Zhang estimaram em 6.5% o crescimento anual da produção agrícola chinesa no período 1979-1997 (Fan & Zhang, 2006). De 1997 (ano em que os programas CAD entram em vigor) até 2012, esse valor subiu para os 17.27% anuais (National Bureau of Statistics citado em Veeck, 2013, p. 45). Parte do sucesso poderá ser atribuído aos programas CAD, não devendo contudo ser ignoradas as várias medidas de apoio lançadas pelo governo chinês a partir de 2004 após a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Do início do período da reforma até 2012, o contributo do progresso científico e tecnológico em relação ao total da produção agrícola duplicou de 27% para 54.5% (OCDE/FAO, 2013, p. 69; Jin et al., 2001, p. 11). Embora até ao início da década de 1990 o investimento em Investigação e Desenvolvimento fosse reduzido, em meados da década de 1990 até 2005 esse investimento quase triplicou (uma vez mais, há a considerar a base baixa de partida), mantendo-se a China hoje como um dos poucos países no mundo em que a percentagem de I&D enquanto percentagem total do PIB agrícola continua a aumentar (Huang & Ma, 2010). Existem, ainda assim, vários problemas a corrigir, como a falta de coordenação entre institutos de investigação, o

que origina uma duplicação de trabalhos e desperdício de recursos; a baixa formação dos investigadores envolvidos no trabalho de investigação, onde apenas 10% dos investigadores possuía educação superior no início do milénio e o facto do envelhecimento da população se reflectir também no peso que os investigadores reformados têm nos centros de investigação a que pertencem, visto estes estarem encarregues de providenciar serviços de ajuda àqueles (entre as décadas de 1980 e 1990, o número de investigadores activos para o de investigadores reformados passou da relação 4:1 para 2:1) (Sonntag et al., 2005, pp. 280-284).

2.13. O novo milénio e a abertura da China

No início do milénio, com a entrada iminente da China para a Organização Mundial do Comércio e consequente liberalização do mercado interno chinês com a abolição de tarifas aduaneiras, o sector agrícola chinês ficaria aparentemente desprotegido por precisar de competir com produtos importados mais baratos. Se antes da adesão à OMC a tarifa média para produtos agrícolas se situava nos 54%, em 2006 esse valor tinha caído para 15.3% (Chan, 2006). A este cenário somava-se a estagnação generalizada dos salários auferidos pelos agricultores chineses e uma taxa de desemprego rural perto dos 20% (Gale & Park 2002; Lum, 2006). Potencialmente influenciado por este contexto, o Documento Central Nº 1 (documento redigido pelas autoridades centrais para dar a conhecer os desafios mais prementes no início de cada ano) tem-se focado ininterruptamente nas questões *sangong*.

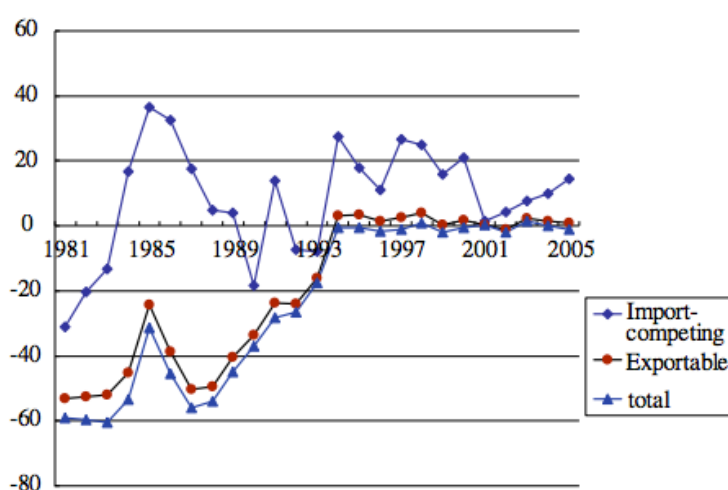
No primeiro Documento centrado nas questões *sangong* (2004), são enunciadas medidas que invertem a relação entre o Estado e a classe agrícola. De uma lógica milenar de taxação de serviços básicos passa-se para uma relação de apoio e subsidiação aos agricultores chineses (OCDE/FAO, 2013, p. 69). O Documento Central Nº 1 de 2016, ao manter o foco na agricultura e na questão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), faz com que este documento se centre pela 13ª vez consecutiva em questões agrícolas (Zhang, 2016), o que atesta a importância que o Governo continua a atribuir à disparidade existente entre a China rural e a China urbana.

Entre 2004 e 2009, o valor total de subsídios alocados ao sector agrícola subiu de 14.520 para 123.000 milhões de *yuan*s (Huang & Ma, 2010, p. 8). E desse aumento, a maior parte foi canalizado para (i) a melhoria da qualidade das sementes

utilizadas, (ii) para os programas CAD e (iii) para a compra de equipamentos agrícolas (Veeck & Shui, 2011, p. 247).

O crescimento positivo e consistente obtido pelo sector agrícola a partir do final da década de 1970 foi, como já vimos, maioritariamente impelido por uma combinação de inovações institucionais e pela adopção de novas tecnologias dentro do sector. Contudo, o efeito da abertura do sector agrícola após a adesão da China à OMC não se fez sentir com excessiva intensidade uma vez que durante o período pré-adesão as distorções do mercado interno agrícola tendiam já a prejudicar os agricultores e não a beneficiá-los. Isso tanto acontecia devido às políticas em actividade no mercado interno como pelas pesadas taxas que os produtos para exportação enfrentavam, como o arroz, os produtos hortícolas e o gado (Huang et al., 2009, pp. 413-414). Como é possível constatar no gráfico VII, durante o período inicial da reforma (década de 1980), os produtos para exportação eram taxados entre 40 a 60%, pelo que a distorção do período pré-adesão está mais relacionada com a desconexão entre o mercado interno chinês e os mercados internacionais que com políticas de protecção positivas que, de resto, não existiam.

Gráfico VII. Taxa de assistência na China aos agricultores que produzem produtos importáveis, mercadorias exportáveis e para toda a agricultura (11 mercadorias), 1981-2005



Fonte: Huang et al., 2009, p. 413.

De um mercado interno isolado das oscilações dos mercados internacionais de *commodities* (o que permitia que produtores e consumidores não fossem afectados por eventuais choques mas ao mesmo tempo impossibilitava que se exportassem produtos

e se aproveitassem as vantagens comparativas associadas a produtos que fazem uso intensivo do factor trabalho, como os produtos hortícolas e a exploração pecuária), passou-se para uma integração forte entre ambos os mercados (Huang & Rozelle, 2006), sendo que uma parte considerável das distorções entre ambos começou a ser corrigida em meados da década de 1990 (Huang & Rozelle, 2006, p. 414). Assim, a mudança de uma relação negativa (taxação) para uma positiva (protecção); o impacto retardado da competição trazida pela adesão à OMC e a flutuação de preços nos mercados internacional e chinês durante este período e respectiva amenização da pressão das importações, ajudaram a que os efeitos da adesão à Organização Mundial do Comércio fossem mais suaves do que inicialmente previstos (Cheng, 2007).

A contínua eliminação das distorções com que os agricultores chineses se deparavam, resultantes em parte da imposição central para que se produzissem colheitas cerealíferas de menor valor acrescentado subjugadas a uma lógica de auto-suficiência e segurança alimentar (que, como vimos, só contemplava a segurança do provisionamento interno de cereais), fez com que os agricultores tendessem gradualmente para uma exploração agrícola assente nas vantagens comparativas características da economia agrícola chinesa (Huang et al., 2009, p. 415). Mesmo sem os subsídios que são concedidos a quem produz cereais, a produção de borracha, fruta, açúcar e vegetais garante um retorno financeiro duas a três vezes superior (Veeck, 2013, p. 51). Como pode ser observado na tabela I, o sector das exportações agrícolas tem vindo a pender cada vez mais para a exploração de produtos que fazem um uso maior do factor de produção trabalho, que existe em grandes quantidades, e a apoiar-se cada vez menos nas culturas que fazem um uso intensivo do factor terra.

Tabela I. Exportação agrícola da China: agricultura intensiva em mão-de-obra e em terra

Year	Total agricultural exports	Labor-intensive products *	agriculturalLand-intensive products **		agricultural
	US\$ million	US\$ million	Share (%)	US\$ million	Share (%)
1998	13258.0	9223.4	69.6	2065.3	15.6
1999	12895.0	9409.6	73.0	1969.7	15.3
2000	15035.6	10970.9	73.0	2533.2	16.8
2001	15975.1	12589.6	78.8	1716.3	10.7
2002	18019.0	13755.4	76.3	2495.1	13.8
2003	21243.4	16005.8	75.3	3198.2	15.1
2004	23216.2	20295.0	87.4	2314.9	10.0
2005	27234.5	23249.6	85.4	3264.6	12.0
2006	31167.8	27384.8	87.9	2968.0	9.5

Fonte: Cheng, 2007, p. 90.

As colheitas cerealíferas continuam, ainda assim, a ter uma importância cimeira. A forma como são consumidas, contudo, tem vindo a mudar, fruto do maior poder de compra dos consumidores tanto rurais como urbanos, mesmo que em proporções diferentes. Um bom indicador dessa alteração é o coeficiente de Engel, que mede a percentagem de rendimento despendido em bens alimentares. No que respeita aos agregados familiares rurais, caiu de 68% em 1978 para 40% em 2011 (OCDE/FAO, 2013, p. 71). Contudo, este grau de alocação de recursos para bens alimentares, ainda que vá registando uma evolução positiva, mostra a vulnerabilidade de uma grande parte da população chinesa a qualquer aumento do preço de bens alimentares, nomeadamente de vegetais e carne de porco, dadas as quantidades consumidas serem altas bem como pela volatilidade dos preços entre épocas do ano (Norse et al., 2014, p. 255).

O maior rendimento disponível afecta também as escolhas alimentares dos consumidores e não apenas o valor absoluto adjudicado à sua compra, como notou Merrill K. Bennett na sua obra *Wheat in National Diets* (Bennett, 1941). De uma dieta à base de cereais, amidos, vegetais e frutas, com o aumento do rendimento disponível estes produtos deixam de ser consumidos com tanta frequência e passa a haver um consumo crescente de produtos de origem animal, nomeadamente de carne, ovos, leite e peixe (PwC, 2015, p. 3). No caso particular do consumo generalizado de carne de porco na China, estão associadas também noções de demonstração de riqueza e de corte com um passado marcado pela escassez de comida no geral e de carne em particular (Schneider & Sharma, 2014, p. 21).

O rápido aumento da taxa de urbanização acarreta uma alteração nos hábitos de consumo. Se em 1950 apenas 13% da população chinesa vivia em cidades, em 2010 esse valor já se situava nos 45%, sendo estimado que em 2030 esse valor chegue aos 60% (Seto, 2013). Os hábitos de consumo alimentares alteram-se não afectando apenas o tipo de comida consumida, mas a forma como é consumida, nomeadamente a quantidade de comida consumida fora de casa. Huang et al. (2012) apontam para que em Pequim, 45% da quantidade de carne consumida aconteça fora de casa, sendo semelhantes as quantidades de peixe consumidas desse modo. Contudo, uma vez que comida consumida fora de casa não é uma forma de consumo incluída nos levantamentos levados a cabo pelo governo, existe uma grande probabilidade de este tipo de consumo de comida estar subestimado (Qiu & Veen, 2014). De qualquer

forma, a agricultura chinesa tem-se adaptado bem às mudanças do consumo interno, visto essas alterações coadunarem-se com as vantagens comparativas do sector agrícola.

Assim, aliado a uma crescimento populacional que, apesar de se situar nos 0.5% anuais, se reporta a 1.3 milhões de pessoas (NBSC, 2016), o consumo cerealífero continua (e continuará) muito presente na dieta chinesa, embora crescentemente de forma indirecta (enquanto ração animal). Isto porque são necessários cerca de 7kg de ração à base de cereais para a produção de 1kg de carne de vaca; 4kg para 1kg de carne de porco e 2kg de ração para se obter 1kg de carne de aves (PwC, 2015, p. 7). Do ponto de vista calórico, em 2011 o consumo de produtos de origem animal passou a representar 22% do total de calorias consumidas face aos 6% que representava em 1971 (PwC, 2015, p. 4). Olhando para o *China Agricultural Supply and Demand Estimates* (CASDE) de Dezembro de 2016, é possível observar que das 210.000 toneladas métricas de milho consumidas dentro da RPC, mais de metade (133.000) estavam destinadas à alimentação animal e apenas 7.000 ao consumo humano, sendo que a quantidade restante distribui-se entre uso industrial, perda, exportação e excedente armazenado (Dimsums, 2016).

2.14. A flexibilização decorrente da integração

Numa óptica de maximização das vantagens comparativas que a China possui, existem várias pistas de que a insistência por parte do governo em manterem-se níveis de auto-suficiência cerealíferos acima dos 95% representa um custo de oportunidade para os agricultores chineses altíssimo (mesmo que aliviado pelos subsídios atribuídos pelo Estado) (Zha & Zhang, 2013, p. 456). Quantificado, em 2012 esse apoio ascendia, segundo a OCDE, a 165 mil milhões de dólares americanos (Economist, 2015). De resto, o cultivo de arroz de alta qualidade do tipo japónica, ao solicitar simultaneamente um grande número de trabalhadores e de quantidade de terra, é das poucas culturas em que a China possui uma clara vantagem comparativa (Fang & Beghin, 2000, pp. 22-23). A realocação espacial da produção de arroz das zonas sul, sudeste e este para o norte e nordeste do país deve-se ao preço mais alto dos factores terra e trabalho naquelas zonas (Huang et al., 2012) e não a vantagens comparativas puras, visto as zonas que passam a receber a produção de arroz serem tipicamente áridas, reflectindo isso o baixo preço da água cobrado aos agricultores da região

(Veeck, 2013, p. 51). A concentração da produção de carne de porco e de aves na região mais industrializada do sudeste do país, ao estar mais próxima dos mercados, reduz os custos de transporte (Garnett & Wilkes, 2014, p. 34).

Se de um ponto de visto estritamente económico faz pouco sentido o enfoque dado à produção de culturas onde não existe uma vantagem comparativa clara, do ponto de vista político e social torna-se mais perceptível a insistência em garantir uma produção interna consistente desse tipo de culturas. Zha e Zhang (2013) enumeram diferentes razões para que a ideia de auto-suficiência alimentar enquanto “construção doméstica” persista como prioridade estatal. Internamente destacam-se (i) a carga histórica milenar que a fome tem na *psyche* chinesa; (ii) a legitimidade política e orgulho nacional que advêm da manutenção da auto-suficiência alimentar e (iii) a necessidade do Estado em proteger a classe agrícola que, deixada ao abandono, teria de competir com importações vindas de países com uma vantagem comparativa relativa a colheitas cerealíferas muito maior que aquela que a RPC tem, o que ameaçaria a ordem social e a estabilidade política.

O professor Zhang Hongzhou acrescenta também o facto de o sector agrícola não contribuir para a receita fiscal dos governos locais (receita essa usada no sistema de segurança social rural), o que não cria incentivos a que a produção cerealífera seja protegida pelos governos locais mas tenha antes de o ser pelo governo central (Hongzhou, 2012). Por outro lado, a conversão de terra agrícola para uso imobiliário ou de infraestruturas industriais pode contribuir entre 30-50% do total da receita fiscal dos governos locais e ser um contributo muito mais significativo para o crescimento económico registado. Estando o sistema de evolução de carreira dos quadros locais directamente relacionada com o crescimento económico registado, os incentivos a que esta prática cesse são praticamente nulos (Holdaway, 2015, p. 27).

O objecto delineado no *Medium and Long-Term Food Security Plan (2008-2020)* e no *Twelfth Five-Year Plan for National Economic and Social Development (2011-2015)* para que o limite inferior de 120 milhões de hectares de terra arável não seja ultrapassado parece, assim, cada vez mais difícil de cumprir. Durante o período 2001-2008, dois terços da terra disponível para construção imobiliária ou de infraestruturas foi transferida de terra para fins originalmente agrícolas, sendo que 67% das conversões levadas a cabo entre 1989 e 2006 não eram justificadas (Norse et al., 2014, p. 280). De acordo com académicos chineses, por cada aumento de 1% da taxa de urbanização, 127.000 hectares de terra arável (muito fértil, na maioria) são

perdidos para fins urbanos (Zhang & Mingjiang, 2014, p. 51). Não é por isso de estranhar que, entre 1995 e 2012, a substituição da utilização doméstica de terra arável pela importação de produtos agrícolas que consumam esse recurso de forma intensiva tenha triplicado: em 1995 o recurso à importação preveniu o uso de 20 milhões de hectares de terra arável e em 2012 foram poupados 66.7 milhões de hectares (Guoqiang & Hongzhou, 2014, p. 5).

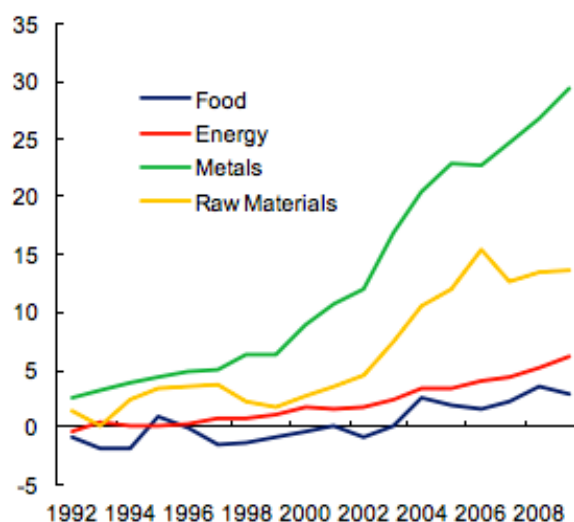
Embora já existissem várias pistas de que os objectivos de auto-suficiência cerealífera estavam a ser abandonados aos poucos (o volume de exportações agrícolas em relação ao volume de importações agrícolas é negativo desde 2004 e em 2013 essa diferença já se traduzia num défice de 50 mil milhões de dólares americanos) (MAC, 2012 e MCC, 2014 citados em Zhang & Mingjiang, 2014, p. 51), a oficialização dessa mudança de política acontece em Dezembro de 2013 na *Central Rural Work Conference*, onde é definida a nova estratégia de segurança alimentar para o país. Aí é definido que a mesma passa a assentar na produção doméstica e em “importações moderadas”, sendo as importações obtidas através de trocas comerciais mais intensas, da compra ou arrendamento de terrenos agrícolas no exterior do país e de fusões e aquisições de empresas agrícolas (Zhang & Mingjiang, 2014, p. 47). Qian Keming, Economista Chefe do Ministério da Agricultura, referia aquando do *China Development Forum*, em 2015, que o país devia apostar numa meta mais próxima dos 85% de auto-suficiência cerealífera para 2020, ao passo que Han Jun, director do *Office of Central Rural Work Leading Group* (o organismo mais importante no delinear de políticas rurais do país), mencionava a necessidade de uma aposta mais completa na obtenção dos cereais estratégicos, olhando além da quantidade mas preocupando-se também com a qualidade, eficiência e o impacto e protecção ambientais decorrentes do cultivo (Reuters, 2015).

2.15. Mercados Internacionais: oportunidade ou vulnerabilidade?

Do ponto de vista externo, a aparente incapacidade dos mercados internacionais de *commodities* darem resposta à procura chinesa de cereais e a forma como a ascensão da RPC é encarada e, consequentemente, a forma como esta se vê dentro do Sistema Internacional, também é reflectida na demanda por um nível de auto-suficiência pouco viável. De um ponto de vista logístico, a dimensão actual do mercado interno chinês faz com que não seja possível ao país apoiar-se

significativamente nos (actuais) mercados internacionais cerealíferos. Deixando de lado o encarecimento e volatilidade deste tipo de solução, o facto de o valor total de cereais comercializado nos mercados internacionais (250 milhões de toneladas) corresponder a menos de metade da quantidade produzida pela RPC indica que esta é uma solução, à primeira vista, pouco indicada para as necessidades do país (Zha & Zhang, 2013, p. 466). O gráfico VIII mostra a baixa dependência que a China actualmente tem face a este tipo de solução.

Gráfico VIII. Participação da China no comércio mundial de bens transaccionáveis (percentagem das importações mundiais)



Fonte: Roache, 2012, p. 5.

Existem opiniões divergentes relativamente à possibilidade da China se apoiar nos mercados internacionais de *commodities* para satisfazer a sua procura por cereais. Zhang Hongzhou, por exemplo, olha para os mercados internacionais não como instrumentos estáticos, mas que se moldam à procura mundial, dando o exemplo da soja. Até 1996, a quantidade total transaccionada nos mercados internacionais rondava as 30 milhões de toneladas, sendo que a China não importava qualquer percentagem desse volume (Zhang & Mingjiang, 2014, p. 50) Quando a China começou a apoiar-se neste mecanismo para satisfazer a sua procura interna por soja, os mercados internacionais responderam a essa solicitação, sendo que em 2009, passados 13 anos, a quantidade de soja transaccionada já se encontrava acima das 80 milhões de toneladas, com a China a ser responsável pela compra de 75% da

quantidade total transaccionada (Hongzhou, 2012, pp. 30-33). A adesão da China à OMC em 2002 e a redução da tarifa aduaneira sobre a soja de 114% para 3%, ajudou a que a procura aumentasse significativamente (Smaller et al., 2012, p. 3).

A questão da dependência que decorre de uma maior integração da China no mercado global pode ser vista simultaneamente como uma vulnerabilidade (volatilidade de preços; potencial de embargo) ou como uma oportunidade (mais libertação de recursos; foco interno em vantagens comparativas). Desde a entrada da China para a OMC, a dependência comercial do sector agrícola chinês (valor comercial por unidade de PIB agrícola) passou de 15% em 2001 para 21% em 2011 e a dependência de importações subiu de 6% para 13% (OCDE/FAO, 2013, p. 71). Ceder parte da necessidade por colheitas cerealíferas aos mercados internacionais aumentaria essa dependência mas, por sua vez, libertaria grandes quantidades de terra arável que, se colocadas à disposição da produção de colheitas onde o país possui uma vantagem comparativa *de facto*, não enfraqueceria a sua posição numa situação de crise ou conflito (Hongzhou, 2012, p. 31). Contudo, o facto de os EUA, relativamente à RPC, terem um sector agrícola dotado do factor terra em abundância e escasso em número de trabalhadores disponíveis (exactamente o contrário daquilo que se verifica na China), torna os dois países parceiros naturais, algo que a China poderá não querer aprofundar em demasia. Por outro lado, em relação a outros países, não competem directamente pelo mesmo espaço, visto complementarem-se (U.S. International Trade Commission, 2011, pp. 2-17).

2.16. Novos mercados exportadores

As desvantagens comparativas do sector agrícola chinês e a maior aceitação e liberalização do comércio internacional agrícola por parte do governo chinês são sinónimo de oportunidade para países dotados de grandes extensões de terra arável exportarem e expandirem a sua produção agrícola para a China. Os exemplos mais sonantes são os mercados da soja e do milho, estando previsto que a China venha a necessitar na próxima década de 60% e 14 a 16%, respectivamente, do volume total transaccionado globalmente destes dois tipos de culturas cerealíferas (CCAP, USDA e OCDE citados em Norse et al., 2014, p. 284).

Em termos absolutos, a China deverá necessitar para consumo em 2020/21 entre 21 a 35 milhões de toneladas (Mt) de soja. Os EUA podem expandir a sua

produção desse grão em mais 2 a 3Mt; o Brasil em mais 40Mt (sem que isso cause desflorestação); a Argentina outras 7 milhões e o Uruguai, Paraguai e Bolívia mais 12 milhões de toneladas. Relativamente ao milho, a procura chinesa por esta cultura deverá ascender às 18 ou 20 milhões de toneladas. Os EUA podem produzir 15 milhões de toneladas face à quantidade produzida actualmente; a Ucrânia e outras repúblicas soviéticas outras 17 milhões de toneladas, a Argentina 23Mt e o Brasil 14Mt (Norse et al., 2014, p. 285).

No sudeste asiático, em particular no Laos, em Mianmar e no Camboja, a produção de arroz medida em kg por *mu* é de cerca de 231, 198 e 275 kg/*mu*, respectivamente, comparado com os 437kg na China. A quase total dependência das águas das chuvas em vez de um sistema de irrigação; a inexistência de fertilizantes; a ausência de maquinaria agrícola e de selecção de sementes mostram bem como o potencial de produtividade agrícola se encontra subexplorado (Guoqiang & Hongzhou, 2014, p. 11).

No continente africano, embora o investimento seja mais avultado devido à má qualidade ou total inexistência de infraestruturas, a quantidade total de terra arável potencial é enorme: em comparação com a China, o continente africano utiliza mais 18% de terra para fins agrícolas mas obtendo apenas ¼ da quantidade produzida quando medida em kilo por hectare, o que demonstra o potencial da região para se especializar em colheitas cerealíferas (Hongzhou, 2012, p. 34).

Como mostra a tabela II, Angola utiliza actualmente para fins agrícolas menos de um quinto (18%) da sua potencial terra arável e a República Democrática do Congo 7% apenas, sendo que neste caso a exploração de toda a terra arável tida como potencial corresponderia a 102Mt, mais de um terço de toda a terra arável potencial do continente africano.

Tabela II. Quantidade de Terra Arável Potencial em países da África Subsaariana (Mha)

	Current cropland * 2009	Additional potential cropland**	Current as per cent of potential
Angola	4.29	20	18
Central African Republic	2.04	11	16
Chad	4.33	16	23
Congo	0.5	15	3
Democratic Republic of the Congo	7.45	102	7
Madagascar	3.55	19	15
Mozambique	5.3	29	16
Former Sudan	20.39	36	36
Tanzania	11.5	14	46
Zambia	3.9	26	13
Total	52.8	282	19

Fonte: Norse et al., 2014 com base em dados de Fischer & Shah, 2010.

2.17. A importância geopolítica dos recursos hídricos

Excluindo a preocupação que a reduzida quantidade de terra arável existente na China traz ao Partido Comunista, apenas a quantidade de recursos hídricos disponíveis no país é alvo de consternação equivalente. Albergar dentro de fronteiras 20% da população mundial e somente 10% da terra arável é um rário desafiante a vários planos, como já se viu em cima. No caso dos recursos hídricos, o país conta apenas com 7% do total disponível mundialmente, sendo que os 2,206 m³ de água disponíveis *per capita* representam um dos rários mais baixos em países populosos, com apenas a Índia a apresentar um registo pior, com 1,754 m³ (Shalizi, 2006, p. 4). Esta dotação obriga a um repensar contínuo do uso doméstico dos recursos. O encarecimento do custo da água para uso agrícola para que seja reflectida a escassez no preço e o seu uso racionado parece uma hipótese remota tendo em conta o potencial de desestabilização que essa medida acarretaria.

A produção de um kilo de cereais num ambiente agroclimático favorável requer um a dois metros cúbicos de água, ou seja, 1000 a 2000kg de água. Num ambiente desfavorável a esse tipo de cultura (temperaturas altas e níveis de evapotranspiração altos), a mesma quantidade produzida de cereais requer 3000 a

5000kg de água (Hoekstra & Hung, 2002, p. 10). Assim, o uso indirecto de recursos hídricos na definição de políticas agrícolas futuras é merecedor de atenção, em particular pelo uso intensivo de água (e terra) que diferentes culturas cerealíferas comportam.

Usando os valores de referência avançados em Zimmer & Renault (2003), são necessários 2752 m³ de água para obter uma tonelada de soja (m³/T); o óleo de soja, côco ou palma requerem entre 5405 a 5500 m³/T. Vegetais e fruta solicitam entre 100 a 400 m³/T, dependendo da variedade e local (Zimmer & Renault, 2003). Considerando que, em 2012, 62 dos 66.7 milhões de hectares de terra poupados pela substituição via importação correspondeu a culturas oleaginosas, continuar a importar este tipo de bem alimentar parece ser a decisão acertada (Guoqiang & Hongzhou, 2014, p. 5).

Os recursos hídricos chineses passam inevitavelmente pela questão tibetana e o seu planalto. Nele nascem seis rios diferentes, entre os quais o Rio Amarelo e o Rio Yangtze (3º e 6º rios mais extensos do mundo, respectivamente). A bacia hidrográfica do planalto tibetano estende-se pela Índia, Paquistão, Nepal, Butão, Vietname e Mianmar, vivendo quase metade da população mundial em áreas servidas pelos cursos de água que nascem na Região Autónoma do Tibete e dependendo destes para irrigação agrícola (Lehmann & Ninkovic, 2013). Posto isto, a adopção de medidas preemptivas no domínio agrícola, onde se insere a importação de produtos agrícolas com um custo virtual de água elevado, possibilitaria à China baixar o seu nível de dependência relativamente aos recursos hídricos que possui e a afastar-se de um cenário de emergência - e eventual conflito - que a fizesse ponderar o desvio de cursos de água (i.e. construção de barragens) para uso doméstico (Zhang & Mingjiang, 2014, p. 59). Passar de um espectador relutante a um membro efectivo da Comissão do Rio Mekong poderia também ser um passo importante para a China e a sua relação com os países vizinhos, pela importância que o país localizado a montante da bacia hidrográfica tem nos cursos de água.

2.18. A ligação entre o crescimento populacional, o panorama agrícola e a vertente *Going Out* chinesa

Atentando no que foi exposto ao longo deste capítulo, estamos aptos para responder às perguntas derivadas 1 e 2, que abarcam a dimensão interna do tema principal do trabalho: que relação existe entre a evolução populacional da RPC, o panorama agrícola da China e a vertente agrícola do investimento estrangeiro por parte desta. Optamos por uma resposta conjunta dada a ligação íntima entre a questão populacional e a questão agrícola.

Nesse sentido, apesar de o crescimento populacional da RPC ainda não ter estabilizado e as políticas demográficas mais recentes de reversão dos limites impostos à natalidade procurarem colmatar as consequências indesejadas que a Política do Filho Único teve, é a maior afluência da população chinesa e a transformação dos hábitos alimentares da mesma que exercem uma maior pressão sobre os recursos naturais de que a exploração agrícola faz uso.

A dotação de factores produtivos para produção agrícola não permite ao país a manutenção de níveis de auto-suficiência como os que eram preconizados antes da integração da RPC na economia internacional sem que isso acarrete custos enormes (entre eles, o custo de oportunidade). Esses custos eram tidos como necessários pela classe dirigente da RPC quando considerações políticas e ideológicas tinham primazia sobre a dimensão económica.

Aproveitando a abertura ao investimento estrangeiro e ao investimento no estrangeiro que a perda de primazia da esfera ideológica anteriormente negava, a problemática sempre sensível da segurança alimentar e cerealífera do país tem vindo a ser lentamente suavizada, operando o governo chinês e actores privados uma expansão verdadeiramente global. A interdependência deixa de poder ser evitada por completo, mas o alcance das relações estabelecidas pela RPC mundo fora é de magnitude tal que a pluralidade de actores envolvidos garantem à China muitas opções de fornecimento e parcerias para o mesmo produto agrícola.

A população volta a ser marginalmente considerada se for tido em linha de conta que o foco do sector agrícola nas suas vantagens comparativas traz vantagens tangíveis aos diferentes agentes envolvidos, de onde se destaca a vasta classe agrícola deixada para trás em prol da população urbana nas primeiras décadas do período de reforma. Resultando, o potencial de apaziguamento da instabilidade social criada pela

disparidade sócio-económica que a reforma trouxe pode ser significativa. Funcionando, o abrandamento do crescimento económico da RPC na última década pode ser contrariado, garantindo a legitimidade que os números certos conferem ao Partido Comunista Chinês.

CAPÍTULO III. A ESTRATÉGIA DE *GOING OUT*

3.1. A Dimensão externa

Numa tentativa de aprofundar a integração económica da China com o resto do mundo, o governo chinês lança em 2001, sob a égide do Décimo Plano Quinquenal (2001-2005), a estratégia de investimento no exterior *Going Out* (GO). A par com a entrada da China para a Organização Mundial do Comércio e com o colapso dos mercados regionais afectados pela crise asiática de 1997, a estratégia GO afigura-se como um passo lógico na procura por novos mercados e vantagens comparativas. Nos Planos Quinquenais subsequentes (XI e XII), os apelos para uma continuada aposta no exterior têm reclamado um espaço e importância cada vez maiores. Neles é cimentado o apoio político à estratégia GO para escoamento da crescente reserva de dívidas estrangeiras detida pela RPC e respectiva aplicação em corporações transnacionais para que estas sejam mais competitivas e sustentem o crescimento da economia chinesa. Por outro lado, o procedimento para aprovação de novos projectos de investimento no âmbito da estratégia GO é sucessivamente facilitado e descentralizado, aliciando entidades privadas (Garcia-Herrero et al., 2015, p. 15).

Segundo Lin Hongyu, a estratégia GO é o terceiro passo no processo de integração da China na economia global. O primeiro passava por vendas directas no exterior (直式, *zhixiao shi*); o segundo passo por um posicionamento no exterior através de acordos contratuais (合同式, *hetong shi*) e o terceiro passo é a formalização da estratégia *Going Out* através do investimento directo no exterior (投式, *touzi shi*) (Vendryes, 2012).

A postura negocial da RPC em relação ao país que acolhe o investimento é olhada pela RPC como trazendo uma situação de ganho mútuo para as partes envolvidas (雙贏, *shuang ying*), onde os objectivos são primariamente económicos e onde as consequências políticas não são equacionadas formalmente (Vendryes, 2012). Contudo, as incompatibilidades entre os interesses partilhados na relação “RPC – Estado anfitrião” e os interesses fundamentais da RPC podem dificultar a promoção de um “mundo harmonioso” quando estes últimos são colocados em causa (Grieger, 2016, pp. 11-12). Essas incompatibilidades estão mais presentes em zonas fisicamente próximas da China pois, apesar das semelhanças étnicas e culturais (assim como o

guanxi), facilitarem o estabelecer de relações comerciais, a provável intransigência da RPC no tocante a disputas territoriais é também maior.

Quando é tirada da equação a disputa territorial, outra dificuldade parece surgir: não apenas a língua, mas o desfasamento entre a cultura corporativa dos actores chineses e a outra parte envolvida. Desde 1994 que o Ministério do Comércio Externo e Cooperação Económica (MOFTEC) juntamente com a Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) promovem um programa de treino para gestores chineses com o objectivo de colmatar falhas resultantes não só da chegada tardia da China aos mercados internacionais (后来者, *houlaizhe*), mas principalmente pelas múltiplas diferenças que existem do ponto de vista fiscal, aduaneiro, financeiro, linguístico, corporativo, cultural e político entre os trâmites a que os gestores chineses estão acostumados e as diferenças presentes nos mercados visados por estes (Cai, 1999, p. 874).

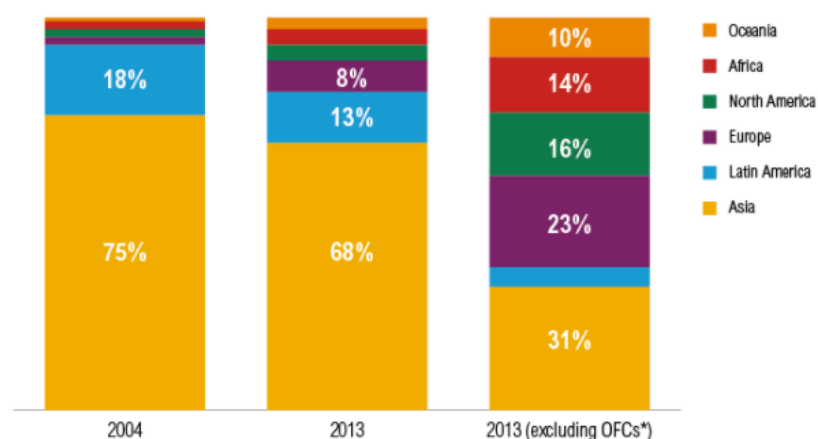
O caso da construção de uma auto-estrada na Polónia pelo consórcio chinês China Overseas Engineering Group (COVEC) é paradigmático dessas discrepâncias. O projecto do grupo chinês foi aceite pelo governo polaco em Setembro de 2009 depois daquele ter apresentado a proposta mais competitiva (leia-se, mais baixa). Depois de ganhar o concurso, os valores da proposta foram revistos em alta dadas as condições meteorológicas no terreno, as taxas de câmbio desfavoráveis e os custos das matérias-primas envolvidas, o que originou um processo da União Europeia por práticas anti-competitivas. A falha do grupo chinês em tomar em consideração os custos decorrentes das variáveis legais, económicas e políticas próprias da região onde iria operar revelaram-se determinantes para o fracasso da incursão, acabando o projecto por ser cancelado em Junho de 2011 (Van, 2012). Os investidores de outros países que não a China têm na flutuação do preço das matérias-primas o motivo maior para que os seus investimentos no exterior falhem; os investimentos dos actores chineses têm nesse factor parte da razão, sendo o restante explicado pela falta de preparação decorrente do não uso de consultores para avaliação do risco envolvido e pela falta de experiência generalizada. O facto de a estratégia GO ter sido encabeçada nos primeiros tempos (antes de 2003) maioritariamente por actores estatais explicará também a falta de cuidado que não foi tida nessa preparação, visto os actores estatais terem em mãos quantias muito grandes para investimento sem a mesma expectativa ou responsabilidade na obtenção de lucros que firmas privadas (Chun, 2014).

Finalmente, quando se retiram da equação as disputas territoriais e os hábitos divergentes dos actores com quem os agentes chineses encetam contacto, fica ainda por referir o risco político presente em muitos dos investimentos da China no exterior, concorrendo para isso dois factores já mencionados: a chegada tardia aos mercados internacionais empurra os grupos chineses para zonas onde os países desenvolvidos não têm necessidade ou interesse em estar (quer seja por risco político ou por considerações éticas) e, por outro lado, o facto de EECs estarem por detrás de muitos dos investimentos, onde a possibilidade de perda não é sinónimo de falência e onde, caso a aposta seja ganha, o retorno é muitas vezes proporcional ao nível de risco envolvido.

3.2. Alocação de OFDI: distribuição geográfica e sectores de actividade

A distribuição geográfica do OFDI chinês em 2013 era, oficialmente, a seguinte: 68% na Ásia; 13% na América Latina; 8% na Europa; 4% na América do Norte; 4% em África e 3% na Oceania. Contudo, esta distribuição esconde o facto de a maioria da percentagem de investimento alocada à Ásia ser enviada para Hong Kong mas esse não ser o destino final dos investimentos na maior parte dos casos, antes servindo propósitos fiscais benéficos visto ser um centro financeiro *offshore* (Zhou & Leung, 2015). Como pode ser observado no gráfico IX, a distribuição de percentagem de OFDI chinês destinada ao continente asiático desce de 68% para 31% quando são tidos em conta o destino final do capital que passa pelas *offshore*. Quando esse reajuste é feito, a importância dos continentes europeu, norte americano e africano sobressai.

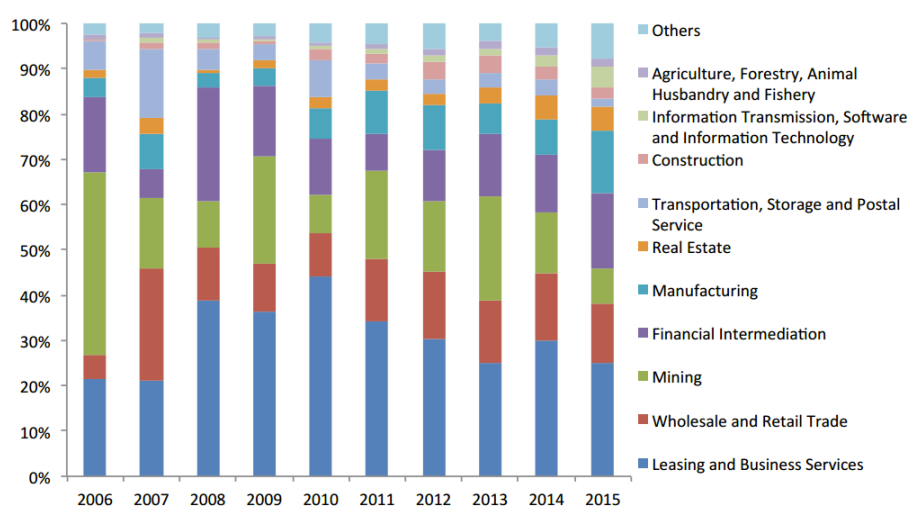
Gráfico IX. Distribuição geográfica do OFDI chinês 2004-2013



Fonte: Zhou & Leung, 2015.

Já a distribuição do investimento chinês no estrangeiro por sectores de actividade entre 2006 e 2015 assistiu a grandes alterações na sua composição. Em 2006, o predomínio do sector mineiro irá evidente, perfazendo 40.3% do valor total. Já em 2015 não foi além dos 7.7% e o sector imobiliário passou de 1.8% do total para 5.7%. No geral, pode-se concluir que o investimento chinês no estrangeiro se diversificou e começou a incidir cada vez mais no sector terciário (gráfico X):

Gráfico X. Distribuição por sector de actividade do OFDI chinês 2006-2015



Fonte: Li & Zhang, 2017, p. 11

3.3 O sector agrícola na estratégia *Going Out*

Apesar de a estratégia GO ter sido anunciada oficialmente em 2001, a primeira menção de que o sector agrícola seria um dos sectores contemplados na estratégia só acontece cinco anos depois, em 2006, e o enfoque era maioritariamente no comércio agrícola e fomentação de um mercado de exportações e importações, sem existir qualquer pista de investimento fora de fronteiras (May, 2013, pp. 51-52). É em 2008 que a primeira menção a uma ideia de cooperação no exterior surge, estando a ela associadas componentes não só de cooperação, mas também de ajuda humanitária e propósitos comerciais (May, 2013, pp. 51-52). As condições para que a cooperação agrícola no exterior aconteça de forma sustentada só são formalizadas a 29 de Junho de 2012, quando o sector agrícola passa a fazer parte dos sectores de actividade elegíveis para subsídios de apoio à expansão no exterior, apesar destes já existirem desde 2005 (Steele, 2013, p. 34). O Documento Central Nº 1 de 2014 reforça a necessidade de ser o país a alimentar os seus cidadãos, mas abrindo as portas a importações que complementem o sector agroalimentar doméstico (Xinhua, 2014). Abertura faseada (*“Borrowing foreign chicken to lay golden eggs”* (Wan, 2014)) com a auto-suficiência possível (*“Taking good control of its own bowl is a fundamental principle the government must stick to over a long period of time”* (Mikesell, 2014)).

Oficializado o apoio ao sector agrícola, é possível que se assista a um ligeiro aumento da importância relativa do mesmo no montante total de investimentos no estrangeiro protagonizados por actores chineses. Em 2010, por exemplo, apesar de em termos absolutos o investimento exterior da China no sector agrícola ter sido o terceiro maior mundialmente, totalizando 2.6 mil milhões de dólares (atrás apenas dos EUA e do Canadá), em termos relativos o sector agrícola representava menos de 1% do total (Smaller et al., 2012, p. 5). A atenção que os investimentos agrícolas da China no exterior recebem é desproporcional à importância económica que os mesmos representam e às motivações que os impelem. O Japão tem acesso ao triplo da quantidade de terra arável no exterior do país do que domesticamente e o nível de escrutínio ou atenção gerados por esse facto é baixo (Freemantle & Stevens, 2013, p. 188). A dimensão reportada e a apetência dos agentes chineses por investimentos agrícolas em regiões pobres ou de elevada instabilidade política e risco de violência contribuem para que sejam frequentes acusações de usurpação de terrenos agrícolas quando a realidade é mais multifacetada (Goetz, 2015, pp. 214-217; 263-268; Horta,

2014). Os receios veiculados pela comunicação social ocidental tendem também a ser exarcebados pela distância cultural que existe entre esta e a China (Vendryes, 2012).

3.4 Motivação do *Going Out* agrícola

A vertente agrícola da estratégia *Going Out* é consequência da crescente integração e interdependência da China no mundo. Impelida pela crise asiática de 1997 e pela adesão à OMC numa primeira fase, a saída para o exterior passou posteriormente a considerar a agricultura e segurança alimentar chinesas visto a dotação doméstica de factores produtivos (nomeadamente água e terra) não conseguir servir em pleno uma população crescente e com novos hábitos alimentares. Desta feita, a abertura ao exterior permite conjugar uma aposta sustentada na economia agrícola do país, respeitando as vantagens comparativas que possui com as oportunidades que as relações com o exterior lhe oferecem.

O pragmatismo inerente à explicação de que o investimento agrícola chinês no exterior tem como objectivo controlar toda a cadeia de produção dos alimentos de que necessita (propriedade da terra no estrangeiro, cultivo, colheita e transporte para ser consumido na China) não explica o leque mais vasto de motivações que norteiam as acções dos actores chineses no exterior. E, dependendo da região do globo e tipo de actor envolvido, é diferente a motivação subjacente a cada investimento, como já visto em Chen (2015).

Posto isto, embora a segurança alimentar do país permaneça resolutamente como objectivo cimeiro, os meios para alcançá-la são distintos, parecendo haver alguma unanimidade sobre três abordagens principais dentro do sector agrícola, com variações entre si no tocante à orientação ou não para o lucro e pela forma mais ou menos directa com que se relacionam com o objectivo de assegurar a segurança alimentar da China (Gooch & Gale, 2015; May, 2013; Smaller et al., 2012). São elas:

- (i) a transferência de conhecimento técnico e ajuda agrícola com vista a um aumento global da quantidade de comida disponível para consumo;
- (ii) o controlo da cadeia de abastecimento agrícola, nomeadamente através do investimento em terrenos agrícolas para maior controlo sobre as várias etapas por que passam as importações agrícolas;
- (iii) o investimento das reservas de divisa estrangeira em bens produtivos, nomeadamente através de fusões e aquisições (F&A) de empresas do ramo

agroalimentar para reconhecimento de marca e transferência de conhecimento e propriedade intelectual.

Os instrumentos “ii” e “iii” parecem comportar as motivações avançadas em Dunning (1993), que olha para o OFDI como instrumento de investimento no exterior para obtenção de recursos naturais, de novos mercados e eficiência dos processos produtivos. A utilização de OFDI enquanto ferramenta de escape como avançado em Witt & Lewin (2007) parece também aplicar-se, visto a saturação do mercado doméstico impelir actores estatais e privados a encontrar novos mercados e eficiências que lhes garantam vantagens comparativas doméstica, regional e globalmente. Dos três instrumentos identificados em cima, os dois primeiros são eminentemente agrícolas. A terceira abordagem é transversal aos sectores em que a China investe no estrangeiro, onde se inclui o sector agroalimentar.

A Ajuda e a Cooperação técnica

Nos primórdios da interacção da China com o exterior, em especial com países africanos, a componente de ajuda e partilha de conhecimento técnico na área agrícola já se encontrava presente. Data de 1956 o estabelecer de relações diplomáticas entre a China e o Egipto (Chinadaily, 2014) e de 1959 a primeira interacção agrícola (na forma de envio de bens alimentares) entre a China e a Guiné (Alden, 2013). Até meados da década de 1980, a interacção agrícola da China com outros países baseava-se em projectos de cooperação através da construção de centros de demonstração e de quintas de domínio estatal de grande dimensão (Smaller et al., 2012). Daí para a frente, começou-se a delinear um tipo de relação mais próxima dos contornos que tem hoje: relações de benefício mútuo que combinam a ajuda através de centros de demonstração com objectivos comerciais. Até ao final de 2009, tinham sido concluídos com sucesso 221 projectos agrícolas: 35 quintas, 47 estações de experimentação e promoção agrotecnológicas, 11 projectos de criação pecuária, 15 projectos relacionados com pesca, 47 focados na conservação e irrigação de recursos hídricos e 66 outros projectos (Bernasconi-Osterwalder et al., 2013, p. 24). Numa perspectiva de ajuda humanitária no campo alimentar, a China tem contribuído com vastas somas de dinheiro e envio de técnicos para diferentes iniciativas humanitárias, bem como para o alívio ou a anulação de dívida que alguns países tenham para com a

China (Bernasconi-Osterwalder et al., 2013, p. 24). Indissociável da componente de ajuda e transferência de conhecimento técnico que caracteriza grande parte do investimento chinês no estrangeiro é a retórica Sul-Sul e o papel da diplomacia e *soft power* chineses. A componente de ajuda e partilha de conhecimento técnico não é puramente altruísta, antes olhando para uma meta a longo prazo em que a relação de ajuda prestada numa fase inicial evolui e é capitalizada por agentes chineses que procuram novos mercados de onde importar e para onde exportar (Kuo, 2016). O *soft power* que resulta dessa componente de ajuda servia, no princípio, para garantir reconhecimento global ao país através da adesão dos parceiros à Política de Uma Só China (em que Taiwan é tida como parte integrante da RPC) e como alternativa à ajuda prestada por países ocidentais (Buckley, 2012). Actualmente, esta vertente parece assente na intenção da China se mostrar como um *stakeholder* com responsabilidades e interesses globais, havendo pistas dessa intenção nas declarações mais recentes de Xi Jinping, que advoga para a China um papel de maior relevo na construção de uma ordem internacional multipolar mais justa e razoável (Huang, 2017).

O Controlo da cadeia de abastecimento agrícola

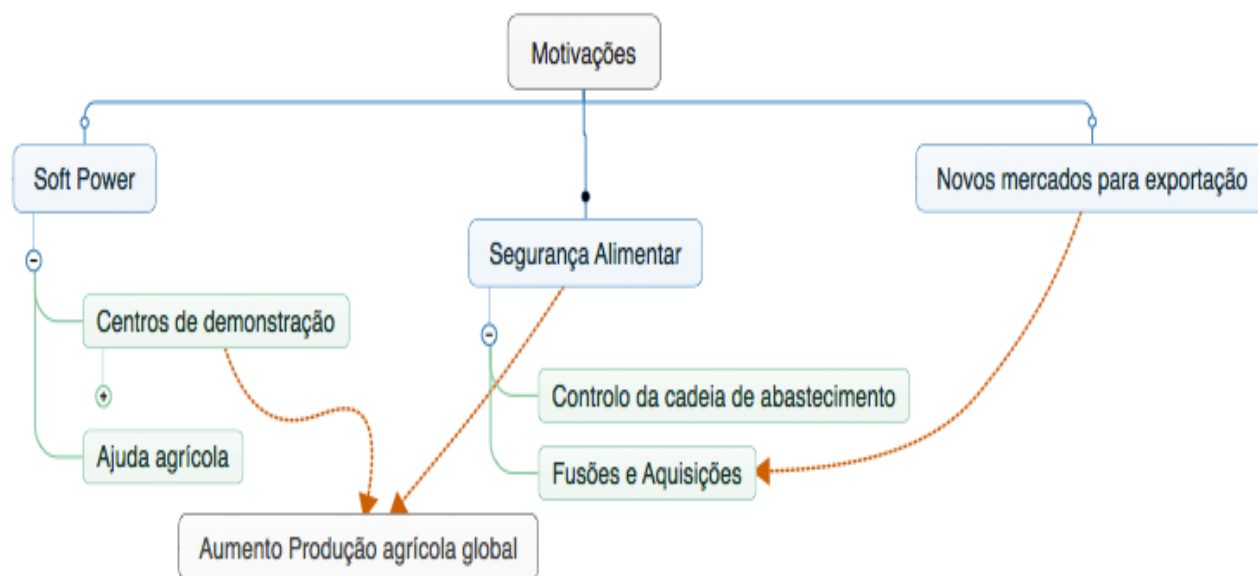
Apesar de já ter sido demonstrado com o exemplo da soja que, quando necessário, os mercados internacionais respondem a solicitações de maior procura através de um aumento da quantidade total produzida, a aquisição desta cultura através de um dos quatro maiores distribuidores mundiais – ADM Co, Cargill Inc, Bunge Ltd e a Louis Dreyfus SAS – tem um custo acrescido que pode variar entre os 18 e os 24%, de acordo com Hu Junlie, presidente do grupo Chongqing Grain Group Co Ltd (Chinadaily, 2011). Considerando a quantidade absoluta de bens alimentares importados pela China (em 2010 a China importava 9% do total de bens agrícolas transaccionados mundialmente (Smaller et al., 2012, p. 3)), o circundar de intermediários (e custos associados) através do controlo total da cadeia de abastecimento, existindo meios, pode ser justificado. Em 2009, o então ministro da agricultura Nin Dun mostrava-se particularmente céptico sobre a hipótese de o seu país depender de terra no estrangeiro para garantir a sua segurança alimentar (Blas, 2009). O custo alto associado ao transporte dos bens alimentares de volta para a China

poderá ser uma das razões por esta solução ser tida como pouco viável ou apenas complementar.

As Fusões e aquisições

As décadas iniciais de abertura da RPC ao investimento estrangeiro permitiram a esta amealhar a maior reserva mundial de divisa estrangeira, na ordem dos 3 triliões de dólares americanos (SCMP, 2017). Segundo Laura Tyson, antiga Presidente do Conselho de Conselheiros Económicos do Presidente dos EUA durante a administração Clinton, a China teve interesse em investir parte da reserva de divisa estrangeira acumulada dado o maior retorno associado a activos produtivos do que a certificados de tesouro americano (Tyson, 2012). Posição partilhada pela investigadora Hongying Wang do *Center for International Governance Innovation*, que menciona a crise financeira de 2008 como um dos eventos que propeliram a diversificação de investimentos de que as reservas de divisa estrangeira faziam uso (Wang, 2016). Esse investimento coaduna-se com parte da estratégia GO relativa à aquisição de tecnologia, conhecimento e marcas que garantam aos agentes chineses uma posição de vantagem na cadeia de valores global. Parte dessas aquisições são concretizadas pelo fundo soberano *China Investment Corporation* (CIC), criado em 2007 para gerir e aplicar parte dos, à altura, 1.4 triliões de dólares que a RPC possuía em reservas de divisa estrangeira (actualmente esse valor é mais de o dobro) (Shambaugh, 2013, pp. 183-184).

Gráfico XI. Interligação dos instrumentos de investimento utilizados pela RPC no exterior



Fonte: criação do autor.

Apresentados os instrumentos de que os agentes chineses fazem uso no sector agroalimentar no exterior, será agora feita uma análise de cada um dos 3 instrumentos principais. Esta opção é preterida à análise geográfica onde a retórica Sul-Sul marca presença (África / Sudeste Asiático / América Latina) visto a abordagem da China à questão da segurança alimentar ser holística na sua natureza e esta ver como cada vez mais inter-relacionadas a sua segurança alimentar e a segurança alimentar global (principalmente desde a crise financeira de 2008 e a desestabilização dos preços de bens alimentares que se lhe seguiu). O plano de análise Sul-Sul excluiria o terceiro instrumento de análise (Fusões e Aquisições), visto este acontecer maioritariamente em mercados desenvolvidos e ocidentais (onde há mais tecnologia, cadeia de valores, conhecimento, propriedade intelectual e reconhecimento de marca) e deixaria de fora uma peça importante da estratégia agroalimentar chinesa.

Na análise da componente de ajuda e cooperação técnica, será tida em conta a natureza dos investimentos; se a retórica Sul-Sul de benefício mútuo se encontra presente; a localização geográfica; os actores envolvidos; de quem partiu a iniciativa; o tipo de cultura visada pelos centros de demonstração e os resultados obtidos.

Na análise do segundo instrumento de investimento, de controlo da cadeia de abastecimento agrícola, serão analisadas as culturas visadas pelos investimentos; o tamanho das propriedades agrícolas envolvidas; o destino da produção agrícola

resultante da exploração; a recepção por parte das populações locais à presença chinesa e a importância estratégica dos investimentos.

Finalmente, a análise do instrumento F&A levará em linha de conta os actores envolvidos, os produtos visados, as possíveis intenções subjacentes ao investimento e os montantes envolvidos nos negócios concluídos.

Na análise do primeiro instrumento de investimento olhamos para os casos relacionados com 8 países diferentes junto de 4 fontes bibliográficas distintas. São eles: o centro de demonstração sediado no Ruanda, investigado por Lily Kuo (2016); os centros em actividade na Tanzânia, Etiópia, Zimbabué e Moçambique estudados por Xu et al. (2016) e Lixia et al. (2015) e os casos da Nigéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau, abordados por Jiali (n.d.).

O segundo instrumento de investimento sob análise, mais difícil de balizar no seu alcance e ramificações, apoia-se em dados de projectos agregados em quatro fontes bibliográficas diferentes: Goetz (2015), Smaller (2012), Land Matrix (2017) e Economy & Levy (2014).

Já a análise do terceiro instrumento irá basear-se nos casos constantes em Ernest & Young (2015) e mais outras seis ocorrências apuradas em separado ao longo de literatura sobre o tema.

3.4.1 A Ajuda e a cooperação técnica

Dos três instrumentos elencados, a componente de ajuda e cooperação técnica entre a China e países africanos afigura-se como o instrumento mais desligado das preocupações que o país tem com a sua segurança alimentar. Apesar da atenção que os investimentos chineses em solo africano arrastam automaticamente consigo, os mesmos têm um cariz mais estratégico que pragmático. A atenção em volta dos investimentos chineses agrícolas em África deve-se, em grande parte, à associação destes a polémicas relacionadas com a usurpação de terrenos agrícolas tendo por fim a exportação das colheitas produzidas de volta para a China, em particular desde o início da crise financeira global de 2008. Contudo, há a mencionar que diferentes projectos de ajuda agrícola surgem de forma indiferenciada em bases de dados que conotam qualquer investimento que faça uso de porções consideráveis de terra como configurando usurpação (*land grabs*); a maioria dos projectos iniciaram-se antes do

eclodir da crise de 2008, sendo também verdade que parte desses projectos nasceram por iniciativa de governos africanos, não raras vezes através da reactivação de quintas anteriormente utilizadas pelo governo de Taipei (Goetz, 2015, p. 67; Bräutigam & Zhang, 2013, p. 1691).

Como já referido, a RPC possui relações diplomáticas com África desde meados da década de 1950, datando de finais dessa década a primeira missão de ajuda alimentar ao continente, mais concretamente em 1959 à Guiné (Alden, 2013). Apesar de, formalmente, ambos os países só terem estabelecido relações diplomáticas a 14 de Outubro de 1959 (china.org.cn, 2006), em Abril desse ano o Ministro da Economia guineense, Beafji, solicitou através da embaixada chinesa na Suíça o envio de arroz por parte da RPC, tendo no mês seguinte chegado à Guiné cinco toneladas de arroz (Zhou & Xiong, 2017, p. 115). Quando Kappa Mamady, chefe da delegação da Federação dos Sindicatos da África Subsaariana, quis agradecer o gesto do governo chinês, o Presidente Liu Shaoqi deixou clara a motivação por detrás da ajuda prestada:

Kappa: I express gratitude to the Chinese government for the provision of five thousand tons of rice to Guinea.

Shaoqi: Not at all. The five thousand tons of rice are not worth mentioning. If possible, we shall provide more assistance. We shall help each other. Your actions in Africa are of great benefit to us. Your fight against imperialism and your causing trouble for the imperialist countries will benefit China. Our struggle against imperialism is also good for you. Thus, we help each other, and a few tons of rice are not worth mentioning. If we have things needed by your country, we will sell them to you; and if you have what China requires we will purchase it from you. We help each other if possible, but this is only a secondary matter. The top issue is our fight against imperialism (Zhou & Xiong, p.115-116).

Este episódio demonstra que considerações políticas enformam o reatar das relações diplomáticas da China com o continente africano desde os primeiros momentos. O culminar dessa aproximação dá-se em 1971, quando a República Popular da China toma o lugar de Taiwan na ONU, com 26 dos 76 votos a favor a pertencerem a países africanos, levando inclusive Mao Tsé Tung a clamar “*it is our African brothers who have carried us into the UN*” (Hanauer & Morris, 2014, p. 7).

Durante as décadas de 1960, 70 e 80, a interacção da RPC com países africanos prendia-se com a obtenção de apoio para que o reconhecimento da República Popular da China como governo legítimo fosse formalizado, ao mesmo tempo que tinha interesse em travar a influência soviética no continente africano (Hess & Aidoo, 2010, pp. 380-381). Essa criação de relações tinha como base uma política externa específica para países em desenvolvimento que, com maior ou menor flexibilidade, contemplava três princípios maiores: (i) a retórica de benefício mútuo e solidariedade “Sul-Sul” entre nações em desenvolvimento, com foco num passado comum de subjugação a que a China e África foram forçadas na época colonial; (ii) o respeito pela soberania dos países parceiros, através do princípio da não-interferência e (iii) a observância, por parte dos países parceiros, da Política de Uma China, onde a RPC (e não a República da China (ROC), sediada em Taipei) é tida como o único Estado chinês legítimo e onde Taiwan é parte integrante da China (Hanauer & Morris, 2014, pp. 5-9).

A escassez e a dificuldade de acesso a informação sobre as relações formalizadas pela China em contexto “Sul-Sul”, tornam incompleta e preliminar qualquer primeira impressão. Pese embora a ressalva, parece haver consenso no facto de a retórica “Sul-Sul” não ser equivalida na prática, antes assemelhando-se institucionalmente ao tipo de relações celebradas entre países africanos e agentes ocidentais, independentemente de serem países ou organizações (Goetz, 2015, p. 255). Dennis Tull avança que não é claro que as relações China-África estejam a ter um impacto positivo no sentido de reduzir a dependência do continente por bens primários e de preço volátil, que em 2006 representavam 73% das receitas de exportação dos países africanos (Tull, 2006, p. 471). Na óptica do académico, a narrativa de solidariedade e altruísmo é secundária quando comparada com a natureza competitiva (porque não complementar) de ambos os lados: procura por novos mercados e investimentos com incidência na manufatura para exportação, onde o factor trabalho é intensivo (Tull, 2006, p. 472-473). A contribuição da análise de Bettina Gransow em 2013, já mais distanciada dos momentos iniciais da política *Go Out*, não chega a conclusões drasticamente diferentes daquelas a que chegou Tull vários anos antes sobre a dimensão solidária e igual das relações “Sul-Sul” estar a ser cumprida no terreno. Não só reforça a ideia de os países hospedeiros aparecerem esmagadoramente associados ao fornecimento de matérias-primas e novos mercados para exportação, como alerta para o impacto que o sucesso económico e a ajuda

(aparentemente apolítica) concedida pela China a países africanos pode ter na promoção de uma imagem positiva da índole autoritária daquele país (Gransow, 2013, p. 4).

A narrativa “Sul-Sul” está ainda presente nos Tratados Bilaterais de Investimento celebrados entre a China e outros países do G77. E, ainda que estes não sejam instrumentos de ajuda e cooperação, não parecem distanciar-se dos modelos utilizados durante as décadas de 1950 e 1960 por países ocidentais, de onde consta uma definição lata daquilo que é a entidade investidora e o objecto de investimento, bem como de noções vagas daquilo que são as garantias de tratamento equitativo, a compensação por expropriação e o arbitrar de disputas decorrentes dos investimentos (Malik, 2010, p. 4). Para Tomaso Ferrando, os princípios basilares da cooperação “Sul-Sul” (igualdade, solidariedade, desenvolvimento mútuo e complementariedade), parecem sucumbir à privatização de bens outrora públicos, agora tornados comercializáveis (Ferrando, 2014).

Outro factor que distingue a interacção da China com países africanos da intereacção destes com países e instituições ocidentais, é a promoção do princípio de não interferência nos assuntos internos dos Estados hospedeiros. Uma clara demarcação face ao Consenso de Washington enquanto modelo de ajuda condicional posto em prática pelos Estados Unidos da América e instituições financeiras internacionais, primeiro na América Latina e depois à escala global (Hess & Aidoo, 2010, p. 369). Este factor diferenciador da postura chinesa em África pode, contudo, vir a ser cada vez mais difícil de assegurar à medida que a presença e interesses da China no continente se aprofundam.

No essencial, a China precisa de estabilidade e segurança nos locais onde investe e tem cidadãos seus a viver e trabalhar, mas a presença chinesa em regiões muitas vezes voláteis obriga a que se confira algum tipo de flexibilidade à doutrina de não intervencionismo para que esta se coadune com aquilo que são os interesses do país. Segundo a investigadora Yunnan Chen, isto significará que a China terá que se preocupar com questões de governança e relações Estado-Sociedade dos países onde opera, o que trará alguma convergência com o modelo de desenvolvimento praticado pelo ocidente (Chen, 2014).

Da mesma forma que a abordagem caso-a-caso é utilizada na vertente de ajuda e cooperação ao continente africano, também existem variações quando se trata da aplicação do princípio de não interferência junto de diferentes países africanos,

mesmo que a intenção seja sempre a de salvaguardar a estabilidade das relações económicas e diplomáticas da China (Hess & Aidoo, 2015, pp. 109-110). Quando se trata de regimes não democráticos, Pequim desenvolve laços fortes com actores incumbentes e apoia esforços contra forças opositoras. Já em países democráticos, Pequim forja relações com os partidos incumbentes bem como com as forças da oposição em jeito de antecipação a eventuais alterações na liderança dos países (Hess & Aidoo, 2015, p. 109).

As reservas da China no uso de força para proteger os seus interesses e cidadãos pelo continente africano têm sido parcialmente circundadas através da contribuição para os esforços de manutenção de paz (*peacekeeping*) da Organização das Nações Unidas, onde é, desde 2016, o segundo maior contribuidor financeiro deste departamento, com 10.29% do orçamento total (UN, 2016). Em 2002 o contingente chinês na ONU era de 123 tropas, tendo em 2016 chegado às 3044. O intensificar da presença militar chinesa tem como objectivo o eliminar de ameaças que não sejam conducentes aos interesses de expansão global da China, ao mesmo tempo que permite ao People's Liberation Army recolher informações de diferentes áreas de conhecimento (i.e. contra-terrorismo, agricultura), ganhar experiência militar (visto não estar presente num teatro de guerra desde 1979, no Vietname) e melhorar a sua imagem internacional e a da RPC enquanto forças pela paz e estabilidade regionais (Duchâtel et al., 2016, pp. 9-10).

O desafio com que a China se depara no continente africano consiste assim em conseguir imprimir a flexibilidade mínima indispensável ao seu conceito de não interferência sem que isso coloque a descoberto contradições demasiado óbvias que firam a imagem de diferenciação que a China promove enquanto parte integrante do grupo de países do denominado “Terceiro Mundo”.

O estabelecer de relações económicas, comerciais, de ajuda ou cooperação entre a China e qualquer Estado (africano ou não) é necessariamente precedido pelo estabelecer de relações diplomáticas, a partir das quais se desenvolvem depois as primeiras. Para que Pequim aceda em estabelecer relações diplomáticas nos moldes “Sul-Sul” descritos acima, é estritamente necessário que os seus parceiros adiram à Política de Uma Só China e cessem quaisquer laços diplomáticos que possuam com Taiwan. Dentro do continente africano, apenas o Burkina Faso, São Tomé e Príncipe e a Suazilândia possuem actualmente relações diplomáticas com Taiwan (Hanauer & Morris, 2014, p. 7).

A não observância da Política de Uma Só China por um país é, por isso, factor eliminatório para a atribuição de ajuda ao desenvolvimento por parte de Pequim ou, como escreve Deborah Bräutigam “*China’s aid follows the needs of diplomacy, not natural resources*” (Bräutigam, 2011, p. 216). E exemplos dessa diferença de tratamento podem ser encontrados tanto nas relações bilaterais que a RPC mantém, como nas organizações internacionais a que pertence e onde não se coíbe de tentar mostrar os efeitos que o reconhecimento de Taipei em detrimento de Pequim podem ter. O Malawi, pouco depois de reconhecer a ROC como parte integrante da RPC em janeiro de 2008, testemunhou um fluxo de investimento chinês no país que incluiu a construção de estradas, escolas, um novo edifício parlamentar e um centro de conferências nacional (Hanauer & Morris, 2014, p. 7). No caso da sua presença no Conselho de Segurança da ONU, a RPC foi criticada por ter ameaçado usar o seu poder de veto para impedir missões na Guatemala, Macedonia e Haiti, todos com laços estabelecidos com Taiwan (Duchâtel et al., 2016, p. 9).

Esta precondição mostra como a agenda chinesa de construção de influência e apoio internacional subjaz a qualquer tipo de interacção com o exterior, estando ou não em jogo fins comerciais. Tull (2006) sentencia que “*the harsh reality is that China is no less self-serving than any other state.*”

3.4.1.1. Premissas da ajuda e cooperação agrícola

No que toca a parcerias de ajuda e cooperação agrícolas, os três principais objectivos declarados pela China quando enceta relações com um país em desenvolvimento são: a redução da pobreza; o aumento da produtividade agrícola (com um enfoque na quantidade produzida por hectare de terra) e a capacitação agrícola local para o longo prazo (Morton, 2012, p. 29).

Como demonstram as declarações do Ministro da Agricultura chinês em 2012 (“*if African states can grow more food themselves, they will be less reliant upon the international market, creating more space for China to import food*”), a linha de discurso oficial para justificar a presença chinesa em países africanos na forma de ajuda e cooperação agrícolas aponta para que o aumento da produtividade agrícola em África torne o continente menos dependente de mercados internacionais, criando mais espaço para que a China importe comida (Morton, 2012, p. 26). Wu Keqiang, representante nacional da CAMC-Engineering em Angola, também olha para África

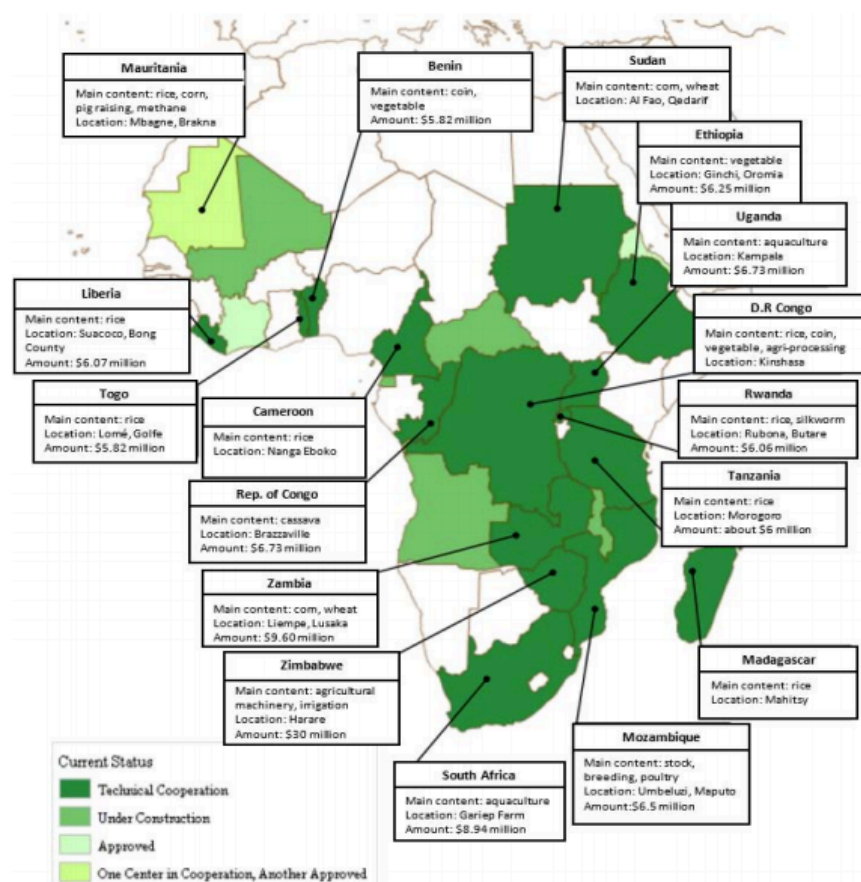
como uma peça importante da estratégia de segurança alimentar da China, acrescentando que o seu país beneficia indirectamente se a segurança alimentar no continente africano estiver garantida, dada a relação que existe com a estabilidade do preço dos bens alimentares nos mercados internacionais (Jinyan, 2015, p. 4). Nesse aspecto, embora não sendo totalmente desinteressada, a cooperação com vista a uma maior autonomia dos países hospedeiros vai de encontro aos princípios fundacionais da cooperação “Sul-Sul” (United Nations Office for South-South Cooperation, n.d.; G77, 2009).

A baixa produtividade da actividade agrícola no continente africano é a razão que Xiaoyun et al. (2013, p. 2) apontam para explicar o paradoxo de uma região com terra arável em abundância ser simultânea e cronicamente insegura do ponto de vista alimentar. O facto da dotação de factores de produção e resultados obtidos pelo sector agrícola africano serem diametralmente opostos aos da experiência chinesa, demonstrado pela capacidade da RPC em alimentar 20% da população mundial com 9% da quantidade total de terra arável mundial ao longo das últimas décadas, autoriza e legitima a China, segundo a classe decisora desta, a partilhar a sua experiência com os países africanos (The Information Office of the State Council, 2010).

A materialização da componente de ajuda e cooperação alicerçada à estratégia *Going Out* começa a delinear-se em 2006, quando se dá em Pequim a 3ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Aí, fica definida a intenção de se criarem 10 centros de demonstração de tecnologia agrícola (ATDCs na sigla inglesa) no continente africano ao longo do triénio 2007-2009, juntamente com o envio de 100 peritos chineses em agricultura para o continente. Os números redondos constantes do Plano de Acção de Pequim (2007-2009) aparecem reforçados no *White Paper* publicado pelo governo chinês intitulado “*China’s Africa Policy*” (Lopes et al., 2009, p. 90). Em 2009, aquando da 4ª Conferência da FOCAC na cidade egípcia de Sharm El Sheikh, o número de ATDCs planeados para o período 2010-2012 sobe para 20 (FOCAC, 2009). Em 2010, durante a reunião do Plenário de Alto Nível sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a China anuncia também a intenção de convidar 5.000 técnicos africanos para formação no seu país (Bernasconi-Osterwalder et al., 2013, p. 24). Essa promessa é a formalização do Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos que a reunião inaugural da FOCAC no ano 2000 já previa (FOCAC, 2000). Até meados de 2016 estavam em funcionamento 14 centros de

demonstração, sendo que 11 se encontravam em construção ou sob processo de aprovação, como pode ser observado na Imagem I (Zhang et al., 2016, p. 4).

Figura I. Centros de demonstração de tecnologia agrícola em África



Fonte: Zhang et al., 2016, p. 4.

As operações dos ATDCs podem ser divididas em três fases distintas. Em primeiro lugar a construção do centro ao longo de um ou dois anos. Depois, três anos de cooperação técnica financiados na totalidade pelo governo chinês onde se exploram modelos de sustentabilidade para o projecto. Para estas duas fases iniciais é alocado um orçamento de 5 a 6 milhões de dólares. Por fim, a terceira fase tem como objectivo correr as operações no terreno já de uma forma auto-sustentável, passando o governo chinês a gestão do centro para uma empresa escolhida por si (Zhang et al., 2016, p. 4; Xu et al., 2016, p. 84).

Os três objectivos da abordagem de ajuda e cooperação agrícola chinesa têm correspondência com o formato que as ATDCs adquiriram, edificando-se um modelo

que promove a transferência de competências e a autonomia dos centros de demonstração. No que concerne ao objectivo de redução da pobreza, o mesmo é decorrência dessa capacitação e autonomia. Com 70% da sua população a viver em zonas rurais e com a actividade agrícola a corresponder a 30% do produto interno bruto dos países africanos, desbloquear a questão agrícola é um passo fundamental para a redução da pobreza (Jiali, n.d., p. 23). Essa perspectiva está também espelhada no ponto 131 do programa do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África), programa da União Africana para o desenvolvimento económico:

“Improvement in agricultural performance is a prerequisite of economic development on the continent. The resulting increase in rural people’s purchasing power will also lead to higher effective demand for African industrial goods. The induced dynamics would constitute a significant source of economic growth.” (NEPAD, 2001, p. 33)

A lógica para a existência de fins lucrativos associados aos projectos desenvolvidos pelos agentes chineses em África são próprios da visão da China no que toca a garantir que, depois de prestado o apoio nos primeiros anos de vida do projecto, estejam criadas as condições para que o projecto prossiga quando os fundos chineses acabam (Buckley, 2013, p. 7). A dimensão dos investimentos, o longo período de produção, os retornos lentos e os lucros comparativamente baixos característicos da actividade agrícola são alguns dos desafios que os projectos têm de enfrentar quando o financiamento chinês finda. A partir daí, urge garantir a sustentabilidade que permita continuar com as operações de investigação e formação dos centros (Jiali, n.d., p. 26).

Dos 14 ATDCs em funcionamento no continente africano, foi possível apurar detalhes relacionados com 8 países diferentes junto de 4 fontes bibliográficas distintas. São eles: o centro de demonstração sediado no Ruanda, investigado por Lily Kuo (2016); os ATDCs em actividade na Tanzânia, Etiópia, Zimbabué e Moçambique estudados por Xu et al. (2016) e Lixia et al. (2015) e os casos da Nigéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau, abordados por Jiali (n.d.).

3.4.1.2 Ruanda

No caso do ATDC no Ruanda, a área total abrangida no distrito de Huye é de 22 hectares e é liderada e financiada por elementos da Universidade Agrícola de Fujian. O foco da demonstração é em estirpes de arroz *bt* (geneticamente modificado) e na técnica *juncao* de plantação de cogumelos, que tem na facilidade de crescimento (em oito dias alcança uma rentabilidade por metro quadrado, quando o sorgo ou milho precisam de seis meses), alto teor proteico e prevenção da erosão do solo as principais vantagens (Kuo, 2016).

Os obstáculos encontrados por Lily Kuo tanto são de ordem económica como cultural. Do lado chinês, o facto de os especialistas agrícolas acumularem funções de gestão para as quais não possuem formação e a impossibilidade generalizada de conseguirem vender tecnologia agrícola (cara para os agricultores ruandeses), são apontadas como as principais dificuldades que o projecto enfrenta para monetizar esta iniciativa. Yun Sun, investigadora da Brookings Institution, refere que aquilo que os chineses querem de África não é comida, mas oportunidades de negócio e espaço de mercado para empresas agrícolas chinesas. Contudo, condicionantes locais têm impedido que esses fins se alcancem com a rapidez prevista inicialmente, aos quais se soma o facto de a dieta ruandesa não ter por hábito consumir cogumelos pela superstição associada ao seu veneno bem como pelo preço dos mesmos, habitualmente inacessível a uma grande parte da população (Kuo, 2016).

3.4.1.3 Nigéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau

Os três projectos abordados por Li Jiali (n.d.), Directora Geral do Centro de Cooperação Económica Externa do Ministério da Agricultura da China, revelam melhorias substanciais no que toca à produtividade por hectare produzido.

Na Serra Leoa, a espécie híbrida de arroz “*Liangyoupeijiu*” alcançou as 10.1 toneladas por hectare e na Guiné-Bissau a produtividade por hectare subiu 300%. A experiência nigeriana alcançou um aumento de produtividade por hectare de 107%, poupando 30% da quantidade de sementes necessárias para obter esse resultado. Colheitas anteriores não chegaram à meta dos 3000 kg/ha, tendo o projecto conseguido alcançar os 8512 kg/ha (Jiali, n.d., pp. 12-13).

Li Jiali realça dois problemas com que os projectos de demonstração agrícola se deparam em África, não especificando países: primeiro, a dificuldade em estender as técnicas e tecnologias presentes nos centros de demonstração à restante população dos países onde os ATDCs operam; depois, a inexistência de um modelo sistematizado de supervisão e monitorização de resultados, o que dificulta a identificação e correcção de eventuais falhas (Jiali, n.d., p. 14).

3.4.1.4 Tanzânia, Etiópia, Zimbabué e Moçambique

Os quatro casos de estudo de ATDCs activos na Tanzânia, na Etiópia, no Zimbabué e em Moçambique, compilados em Xu et al. (2016) e Lixia et al. (2015), mostram que os centros utilizam extensões de terreno entre os 52 e os 109 hectares, e que as tecnologias em demonstração são as seguintes:

- Tanzânia: arroz, milho, vegetais e maquinaria;
- Etiópia: milho, trigo, vegetais, cogumelos, pecuária;
- Zimbabué: batatas, milho, cereais, feijão, maquinaria agrícola;
- Moçambique: arroz, milho, algodão, vegetais.

Na Tanzânia, a ATDC explorada por uma empresa da província de Chongqing parece centrar os seus esforços na demonstração do arroz através da criação de mercado para a venda das suas sementes proprietárias, embora Xu et al. (2016) tenham apurado que milho e vegetais também estariam na lista de tecnologias por demonstrar. O foco da empresa em mostrar a alta produtividade (3 a 4 vezes superior aos níveis de produtividade alcançados pelos agricultores tanzanianos) não consegue ultrapassar o ceticismo e baixa aceitação da cultura. Por localmente a frangência ser um aspecto importante do arroz (que a variedade chinesa não possui), pelo preço, pela associação a cerimónias pontuais e a classes sociais mais abastadas (Xu et al., 2016, p. 87).

Quando a equipa de investigadores questionou o líder do projecto sobre a razão para a preponderância do arroz sobre o milho, que localmente é mais consumido, a resposta foi de que as variedades de arroz são a grande especialidade da companhia-mãe seleccionada para encabeçar o projecto, sendo por isso onde residem as maiores vantagens e não na produção de milho (Xu et al., 2016). As expectativas - goradas - por detrás da escolha era de que a qualidade do arroz fosse tal que tivesse

uma recepção capaz de se sobrepor aos hábitos e tradições ligados ao consumo do milho, já que o sucesso do centro de demonstração está directamente relacionada com a criação de espaço de mercado para essa cultura.

A intenção de promover tecnologia agrícola avançada deparou-se com dificuldades nos quatro países estudados, dado no contexto africano actual as mesmas não serem comportáveis financeiramente. Um estudo do Banco Mundial adianta que tecnologia avançada introduzida em países em desenvolvimento alcança uma penetração de 5% antes de estagnar, não se disseminando até que tecnologias anteriores e mais fundacionais sejam primeiro adoptadas (Zhang et al., 2016, p. 5). Considerando que os projectos da Tanzânia e do Zimbabué viam na promoção e demonstração da maquinaria onde têm vantagens competitivas uma das formas de tornar o centro auto-suficiente, a dificuldade em encontrar novos mercados pode, no limite, hipotecar o futuro do projecto.

O carácter distintivo da ajuda chinesa, onde os programas de ajuda, operados por empresas, têm objectivos comerciais associados, mostra-se difícil de conciliar com as expectativas que ambos os lados têm sobre o fim mais fundamental dos projectos implementados. O desajuste está bem patente nas palavras do representante do Ministério da Agricultura do Zimbabué relativamente ao centro de demonstração em actividade no seu país: *“They should not forget why they are here; not for business, but for providing public services. To identify local farmers’ needs and working with them”* (Xu et al., 2016, p. 88).

No estudo de caso do Zimbabué, levado a cabo pelos investigadores do Future Agricultures Consortium (FAC), fica mais claro como, do lado chinês e pela forma como esta nova componente de ajuda foi arquitectada, os incentivos em tornar o centro de demonstração lucrativo se sobrepõem ao elemento de ajuda e demonstração, já que os salários de quem opera o centro são pagos pela empresa chinesa que ganhou o concurso para explorá-lo e não por uma entidade desinteressada e distante (Lixia et al., 2015, p. 7).

3.4.1.5 A componente de ajuda enquanto meio de promoção do *soft-power* chinês

Dos três instrumentos de investimento e interacção agrícola da China com o exterior, a componente de ajuda e cooperação técnica é aquela que mais directamente se relaciona com a ideia de construção e projecção de *soft-power* chinês. Isto porque a primazia dos interesses económicos em projectos de ajuda deixa de ser exclusiva, passando a existir alguma abertura para que os agentes chineses promovam aspectos relacionados com a sua cultura, ideias e tradições. A identificação oficial e professada da classe política chinesa com a ideia de pertencer ao “Terceiro Mundo” por ter sido governada numa lógica colonial, é terreno comum aproveitado pela elite chinesa para justificar a aproximação. O rápido desenvolvimento económico e social da China desde 1978 (onde se inclui o sector agrícola), através de um modelo de crescimento com características próprias dá, aos olhos do PCC, legitimidade para que este estabeleça relações e aconselhe os países africanos sobre como obter resultados e aliviar a pobreza que grassa pelo continente.

A essa narrativa junta-se um contexto global favorável à aproximação. Sook-Jong Lee (2009, p. 8), presidente do East Asia Institute, aponta o descrédito das directivas de ajuda ao desenvolvimento promovidas pelo FMI e pelos EUA em África como uma oportunidade para a China promover o seu *soft-power* e se conseguir distanciar dos agentes ocidentais. Katherine Morton (2012, p. 28) vê na redução do investimento agrícola ocidental em África, em particular desde a crise financeira de 2008, uma oportunidade estratégica para a China se afirmar enquanto parceira dos países africanos. E He Wenping acredita que o continente africano é o único sítio onde a promoção do *soft-power* chinês tem condições para se desenvolver, uma vez que a ideia de ameaça chinesa não tem a mesma força que possui noutros locais (Wenping, 2009, citado em Corkin, 2014, p. 60).

A reciprocidade e igualdade enquanto princípios a respeitar nas relações “Sul-Sul”, conferem uma consistência retórica sólida à presença chinesa em África. Isto porque os objectivos económicos dos centros de demonstração são alavancados à necessidade de garantir a sua sustentabilidade e autonomia a longo prazo. E a auto-suficiência que esta abordagem sugere alinha-se com os princípios que enformam as relações entre países em desenvolvimento. Na prática, contudo, diferentes factores

concorrem para que a dimensão diplomática e política das relações de ajuda encetadas pela China com países africanos não faça jus ao seu potencial. Realçam-se três.

Por um lado, a multiplicidade de actores envolvidos nos projectos de ajuda e cooperação agrícola não permite concluir que as motivações dos actores chineses envolvidos são uniformes e passíveis de generalização. Independentemente da proximidade ao Estado chinês que as empresas que encabeçam o *Going Out* agrícola possam ou não ter, cada uma age tendo por base prioridades comerciais próprias (Gu et al., 2016, p. 32). Chao Shaofeng (2011, p. 622-623) encontrou o mesmo desfasamento entre a política energética estatal chinesa e os objectivos das Empresas de Petróleo Nacionais (EPN) seleccionadas para a estratégia *Going Out* no sector energético. No caso dos centros de demonstração agrícola, a pressão que advém da necessidade de se garantir a autonomia dos centros em três anos, relegam eventuais objectivos políticos para segundo plano. De resto, não parece existir um esforço central e concertado de escolha dos agentes chineses enquanto representantes do Estado chinês, mas apenas como agentes competitivos com uma agenda e imperativos económicos únicos (Buckley, 2012).

Em segundo lugar, os efeitos adversos que uma abordagem económica mal executada podem ter no apoio político e na imagem de parceira justa que a China procura cultivar pelo continente africano. Wenping (2007) ilustra este ponto com o caso do impacto das exportações de têxteis chineses na África do Sul. Apesar do autor reconhecer que os mais de 850 milhões de potenciais consumidores presentes no continente são um factor atractivo para a procura por novos mercados e sobrecapacidade industrial chinesas, quando as exportações chinesas competem com indústrias locais, o resultado é frequentemente negativo para o país africano que compete com a China. No caso da África do Sul, a entrada de têxteis chineses no seu mercado (que em 2004 representava 80% da quantidade total de exportações da China para a África do Sul) levou à perda de 25.000 postos de trabalhos nessa indústria ao longo do biénio 2005-2006 (Wenping, 2007, p. 26).

Por fim, resta mencionar a dificuldade que os agentes chineses têm em instrumentalizar o impacto sócio-económico dos seus investimentos quando estes dão mostras de ser positivos para as comunidades onde acontecem. Huang Hongxiang (2014) vê na relutância das empresas chinesas em comunicarem com a sociedade civil local uma das principais razões para que a imagem da China sofra um maior desgaste. Exemplo disso são as greves e disputas laborais que empresas chinesas enfrentam

mais frequentemente que outras companhias estrangeiras, mesmo quando os níveis salariais e condições gerais de trabalho são semelhantes. A forma como a estratégia das empresas chinesas é apresentada em vez da importância dada às somas envolvidas (Donald, 2016); a vantagem de os resultados concretos dos investimentos serem divulgados e enaltecidos em prol da diplomacia e imagem dos agentes envolvidos (Jianbo & Xiaomin, 2009, p. 18) e a capacidade das empresas em relacionarem o desenvolvimento local com os resultados das suas empresas (Hongxiang, 2014) são algumas das adaptações que podem beneficiar a imagem da China fora de portas.

Os cursos de formação de técnicos africanos em solo chinês promovidos pelo MOFCOM em conjunto com diferentes universidades e companhias privadas chinesas, estudados por Tugendhat & Alemu (2016), dão pistas ambíguas quanto aos resultados obtidos. Por um lado, foram apurados impactos positivos na imagem da China enquanto país na vanguarda da tecnologia agrícola em contraposição com a ideia de um país onde apenas abundam produtos de baixa qualidade. Também os conteúdos programáticos das formações gozaram de uma baixa supervisão por parte do MOFCOM, tendo a pluralidade de ideias e experiências abertas ao debate sido bem recebidas (Tugendhat & Alemu, 2016, pp. 76-78). Por outro lado, os investigadores referem a desadequação de alguns conteúdos leccionados às necessidades do público alvo. À semelhança do que acontece em alguns ATDCs em África, as entidades responsáveis pela formação focam-se nas tecnologias em que são especialistas. No caso dos cursos leccionados em províncias mais frias do norte da China, como Shandong, o foco em práticas relacionadas com a produção em estufa tem poucas consequências práticas, visto os instruendos provirem de países como o Gana, onde a necessidade de controlo de temperatura não existe na mesma magnitude e onde os custos de adopção da tecnologia por parte dos agricultores locais são demasiado altos (Tugendhat & Alemu, 2016, p. 78).

3.4.1.6 Ajuda – quão desinteressada?

Mesmo que a variedade de cenários, actores, motivações e dificuldades impossibilite uma conclusão indutiva, existem alguns pontos transversais à experiência de ajuda e cooperação chinesas em África.

A primazia da aceitação de condicionalidades políticas para que sejam estabelecidas relações diplomáticas, às quais se seguem todas as outras. Significa isso

que a componente de ajuda e cooperação nunca é realmente apolítica ou desinteressada. Os laços algo fracos entre os aspectos comerciais e de ajuda dos centro de demonstração em actividade pelo continente africano, resultam do planeamento estratégico a longo prazo que o apoio político em geral requer e o investimento no sector agrícola em particular exige.

O processo de selecção das empresas chinesas que incorporam o esforço de *Going Out* agrícola, ao ser maioritariamente mensurado ao nível da competitividade num cenário doméstico, prova-se muitas vezes inadequado às realidades no terreno, dada a falta de auscultação das necessidades locais em incorporar sensibilidades culturais e económicas no seu planeamento e abordagem. Melhorar o processo de selecção, de forma a torná-lo mais pertinente para as necessidades locais, talvez garanta uma maior probabilidade de sucesso quando o período inicial de financiamento chinês de 3 anos acaba.

A narrativa da presença chinesa em África estar relacionada directa e exclusivamente com a sua própria segurança alimentar também parece não ser comprovável. A maioria dos actores envolvidos demonstra ter objectivos comerciais únicos, onde a procura por novos mercados para escoamento de produção e maquinaria agrícola e a maximização do lucro, são os factores que verdadeiramente norteiam as suas acções, pelo que o destino final da produção agrícola resultante dos investimentos em África tanto pode ser local, global, como a própria China (embora esse raramente seja o caso).

3.4.2 Controlo da cadeia de abastecimento agrícola

3.4.2.1 O extremo oriente russo

A zona extensa e subaproveitada do extremo oriente russo faz fronteira com as províncias chinesas de Heilongjiang e da Mongólia Interior. Esta zona tem vindo a ser visada para investimento agrícola chinês desde 2002, ano em que o governo russo passou a Farm Land Bill, onde se passa a permitir o aluguer de terrenos agrícolas por parte de agentes estrangeiros até ao período máximo de 49 anos (Gidadhubli & Mohanty, 2002).

A dotação de factores produtivos dos dois países é completar, com a Rússia a possuir uma vasta extensão de terra arável ou baldia para cultivar ou converter,

respectivamente, mas um baixo número de trabalhadores disponíveis para o fazer. Por outro lado, as sanções económicas impostas à Rússia pelos países da União Europeia, EUA, Canadá e Austrália tornam o investimento chinês mais atractivo (The Sentinel Analytical Group, 2015). Até à imposição das sanções, o investimento chinês no sector primário russo não parecia ser particularmente bem visto pelos oficiais russos, dado a RPC não ter sido incluída no lote de cinco países a quem seriam atribuídos projectos de investimento agrícola pelo governo russo, conforme anunciado no encontro da APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation) no verão de 2012 (Zhou, 2015).

Uma pista que aponta para o facto de a presença de agricultores chineses em áreas russas próximas da fronteira com a China se reger pela procura de vantagens competitivas que se traduzam em maiores margens de lucro encontra-se no facto de, em finais de 2014, com a queda abrupta do valor do rublo russo, a maior parte dos agricultores chineses terem trazido os bens produzidos de volta para a China em vez de os venderem nos mercados locais (dimsums, 2014). No caso da soja, por ter um custo duas vezes superior na China do que na Rússia, é menos sensível a variações cambiais, sendo transportada pelos agricultores chineses de volta para a China independentemente do valor do câmbio e mesmo tendo em conta os altos custos aduaneiros, fiscais e de transporte envolvidos (dimsums, 2014).

Este tipo de comportamento dos actores chineses em solo russo, norteador pela maximização das margens de lucro, encontra reforço nas palavras do Director de Planeamento do grupo Dongning Huaxin sobre as actividades agrícolas em solo russo da companhia que representa: “This is pure business; as of now it has nothing to do with China’s food security strategy” (Zhou, 2015, p. 21). A Armada, parceria conjunta entre o grupo chinês e o governo russo na Zona de Cooperação Económica e Agrícola de Primorsky Krai, a 20 quilómetros da fronteira com a China, iniciou-se em 2004 e abrange 50.000 ha (Chinadaily, 2013). O excedente de trabalhadores, a maquinaria parada e a tecnologia de cultivo amadurecida sem mais terra onde cultivar impeliram o grupo chinês a procurar novas zonas para onde orientar a sua produção e factores de produção (Zhou, 2015, p. 20).

O caso do investimento da Zoje Resources Investment através da sua subsidiária Huae Sinban é o mais mediático dos investimentos chineses na Rússia até à data, dada a extensão total das áreas envolvidas, mesmo só se encontrando concluído o acordo verbal que compromete ambos os lados a averiguar custos e riscos

associados ao projecto (BBC, 2015). O projecto envolve a cedência por 49 anos de 115.000 ha na zona de Transbaikal que não são usados para exploração agrícola há mais de vinte anos, tendo o governo russo disponibilizado outros 85.000 ha se a reconversão para prática agrícola da extensão original for bem sucedida nos primeiros três anos (Eurasian Business Briefing, 2015). Esta requalificação tem um custo inicial de 24 mil milhões de rublos e, se bem sucedida, servirá para plantar cereais e oleaginosas bem como para exploração pecuária.

A médio prazo as vantagens parecem estar do lado russo, visto estar acordado que 75% da força de trabalho envolvida tem de ser russa e o carácter não contíguo da extensão total envolvida não permitir influência chinesa excessiva (The Sentinel Analytical Group, 2015). Apesar da área envolvida ser francamente elevada, apenas quando (e se) o projecto arrancar será possível saber se a produção agrícola servirá para abastecer o mercado da região de produção ou se a intenção será importar os alimentos para o mercado chinês.

No caso da presença agrícola chinesa em território russo, exceptuando o mercado da soja, a maioria dos bens agrícolas tendem a destinar-se aos mercados locais dados os elevados custos de transporte e alfandegários envolvidos, em parte resultante da existência de infra-estruturas pouco desenvolvidas. A pouca terra para exploração agrícola em território chinês, nomeadamente em Heilongjiang, província altamente mecanizada (o que pressupõe a existência de terrenos agrícolas de média e grande dimensão e a menor necessidade de trabalho humano) levam empresas locais a procurar novos mercados e vantagens competitivas noutras zonas, onde se incluem áreas fronteiriças.

Assim, a presença chinesa em território russo tem obedecido mais a princípios base da teoria de OFDI (novos mercados, novas vantagens comparativas, melhores margens de lucro, maior potencial para expansão e internacionalização) do que a uma lógica política assente na contribuição para a segurança alimentar chinesa. A debilidade das infra-estruturas de que é necessário fazer uso para trazer a produção agrícola de volta para território chinês é ainda considerável. Poderão estar no horizonte melhorias a esse nível visto o investimento em infra-estruturas ser muitas vezes considerado como moeda de troca nos projectos em que actores chineses são parte envolvida. Esse desenvolver de infra-estruturas poderá servir (ou ser acelerado por) o projecto *One Belt One Road* (OBOR).

3.4.2.2. *One Belt One Road (OBOR)*

A iniciativa *One Belt One Road* foi dada a conhecer por Xi Jinping quando este visitou o Cazaquistão em 2013, e pretende unir os países que no passado fizeram parte da Rota da Seda (vertente terrestre) e das expedições lideradas pelo almirante Zheng He entre 1405 e 1433 (vertente marítima) (Pestana, 2016). Esta iniciativa, que tem tanto de ambiciosa como de arriscada, a ser bem sucedida, irá abranger 65% da população mundial, cerca de um terço do P.I.B. mundial e um quarto de todos os bens e serviços movimentados pelo mundo (McKinsey, 2016).

A fase embrionária da empreitada não possibilita uma análise substancial do impacto que poderá ter, embora o investigador Fred Gale, por exemplo, sugira que a estratégia *Going Out* venha futuramente a ser alicerçada à iniciativa OBOR (Gale, 2016). Dada a sobreposição que existe entre a presença que a China já detém em diferentes mercados espalhados pelo mundo e as zonas geográficas sobre as quais a OBOR incide, parece plausível uma fusão entre as duas iniciativas.

No que concerne aos países abrangidos pela vertente terrestre da iniciativa OBOR, a China já possui laços económicos (e agrícolas) na zona da Eurásia, servindo a materialização da OBOR para agilizar, intensificar e embaratecer as trocas comerciais encetadas. Senão vejamos:

- o Tianjin State Farms Agribusiness Group está presente na Bulgária desde finais de 2011, de onde exporta para a China lacticínios, milho, vinho e tabaco (Gooch & Gale, 2015; Xiaoming, 2014);
- em 2013 o primeiro-ministro Li Keqiang assinou com Victor Ponta, o seu homólogo romeno, uma declaração conjunta para reforçar as ligações comerciais entre os dois países, com um enfoque na criação de gado (Gyton, 2014) e, por outro lado, a aquisição da Nidera pela COFCO em 2014 trouxe consigo o controlo do porto de Constança, importante no acesso aos mercados cerealíferos da Roménia mas também da Sérvia e da Hungria (dimsums, 2016);
- a Ucrânia destronou os EUA enquanto maior exportador de milho para a China, tendo no biénio 2014/15 fornecido mais de $\frac{3}{4}$ da quantidade total de milho importada pela RPC (dimsums, 2015) e, aparte o potencial agrícola, a sua localização estratégica, entre a China e a Europa (dos maiores importadores e exportadores mundiais de comida,

respectivamente), tornam as relações com a antiga república soviética em algo a nutrir e aprofundar;

- no Tajiquistão a China já controla 100.000 ha de terra e no Cazaquistão a E.E.C. Jilin Grain Group está em negociações com o governo local para a cedência de 1.000.000 ha para cultivo de soja (Hongzhou, 2014).

Em janeiro de 2016 partiu da Ucrânia o primeiro comboio de carga com destino à China, tendo chegado à fronteira Cazaquistão-China ao fim de 15 dias (Mykal, 2016) e a partir deste ano está planeada a inauguração de uma rota ferroviária regular tendo como destino a China (Chinaag.com, 2016). Apesar de bem sucedida e com margem para que o tempo de viagem baixe para dez dias, no médio e longo prazo os dois grandes desafios da iniciativa prender-se-ão com os custos associados e a insegurança envolvida.

A extensão da rota, por zonas instáveis e com fracas infra-estruturas, cria um desafio sem precedentes do ponto de vista da segurança, diplomacia e custos envolvidos. Kevin Sneader e Joe Ngai, da McKinsey Hong Kong, estimam que a iniciativa *One Belt One Road* seja 12 vezes maior que o Plano Marshall e, apesar da participação já confirmada do Asian Infrastructure Investment Bank, do Silk Road Fund e do New Development Bank, as contribuições (anunciadas) destas três entidades para o total anual necessário situam-se nos 240 mil milhões de dólares face aos 2 a 3 triliões de dólares que se estimam ser necessários anualmente (McKinsey, 2016).

O risco macroeconómico dos países da Ásia Central envolvidos na OBOR (volatilidade das taxas de câmbio, risco de recessão, instabilidade de preços e taxas de juro), é calculado pela The Economist Intelligence Unit como sendo 45 a 65% mais elevado do que aquele que a China apresenta (25%) (The Economist Intelligence Unit, 2016, p. 19). Em questões de segurança há a considerar o facto de a rota abranger ainda dentro de fronteiras a província de Xinjiang e países como o Afeganistão, o Paquistão e o vale de Fergana, habitual foco de instabilidade e violência na Ásia Central. Só o Paquistão, a título de exemplo, tem alocadas 100.000 tropas para proteger investimentos chineses no país (Wang, 2016).

Numa iniciativa que só paga dividendos se mantida intacta no longo prazo, os inúmeros riscos e custos associados serão um desafio sem precedentes para as partes envolvidas. Do ponto de vista económico e geoestratégico os benefícios potenciais

são incomparáveis, estando em jogo – no limite – o controlo da *Heartland*, como denominada pelo geógrafo inglês John Mackinder em 1904 (Clarke, 2015; Wong et al., 2017).

3.4.2.3. América Latina

A motivação maior da presença chinesa na América Latina, principalmente na Argentina e no Brasil, prende-se com o fornecimento de soja e, a uma escala menor, existe interesse chinês no açúcar e carne de vaca sul americana. Em 2014 a China foi o país que mais importou bens agrícolas brasileiros, totalizando 22.07 mil milhões de dólares, dos quais 17.01 mil milhões foram soja (Macauhub, 2015). No ano seguinte, as importações chinesas de soja chegaram aos 82 milhões de toneladas, ou o equivalente a 88% do total da procura interna chinesa por este tipo de grão, com a grande maioria da procura a ser satisfeita pelo Brasil (Liping, 2016).

O forte interesse da China na soja proveniente da América Latina levou a uma série de tentativas de compra ou aluguer de terrenos agrícolas por parte de empresas estatais e alguns actores privados. Dos dez projectos apurados pelo International Institute of Sustainable Development que implicavam a compra ou aluguer de terrenos agrícolas na América Latina por parte da China, até 2012, oito projectos eram destinados ao cultivo de soja (Smaller et al., 2012, pp. 26-27). Desses oito projectos, cinco visavam o Brasil, dois visavam a Argentina e um a Bolívia, estando apenas dois projectos em actividade (no Brasil). Os restantes seis ou tinham sido suspensos, ou estavam na fase de planeamento, ou não existia informação sobre o estado actual do projecto (Smaller et al., 2012, pp. 26-27).

A inclusão de projectos que não estão em actividade nas agregações feitas por diferentes entidades (seja por negociações falhadas, suspensas ou falta de informação pública), leva a uma disparidade considerável no tamanho total das explorações reportadas, o que pode, mesmo que em abstracto e absoluto, deformar a análise e a narrativa. Isto porque uma grande parte dos projectos que envolvem extensões de terreno acima dos 100.000 ha não parece ter saído da fase de negociações (Myers & Jie, 2015), não obstante o interesse em extensões desse tamanho ter existido nalgum ponto dos respectivos processos. É por isso que a base de dados GRAIN refere a existência de mais de um milhão de hectares sob algum tipo de controlo chinês na

América Latina, a iniciativa Land Matrix meio milhão de hectares e o IISD aponta para 800.000 ha. Em contraposição, Myers & Jie, cingindo-se às explorações simultaneamente apuradas e activas, chegaram somente aos 70.000 ha (Myers & Jie, 2015).

Este trabalho, embora apoiando-se nos números a que chegaram Myers & Jie (2015), vê nos projectos que estão suspensos ou foram cancelados uma demonstração do apetite chinês, mesmo que gorado, pela posse de terrenos agrícolas. Mesmo que não tenham sido concluídos, tiveram consequências legais (nos países hospedeiros) e estratégicas (para a China).

Apesar de no Índice Internacional de Direitos de Propriedade, dos 128 países analisados, a Argentina e o Brasil surgirem, respectivamente, nos lugares 122º e 83º no que concerne aos Direitos de Propriedade Física (International Property Rights Index, 2016), foram preocupações de natureza soberana (e também ambiental) que travaram o avanço de alguns dos maiores projectos de cariz agrícola na América Latina.

Em 2008, a E.E.C. Chongqing Grain Group avançou com uma proposta para o arrendamento de 200.000 ha de terra na Bahía, Brazil, para cultivo e processamento de soja com destino à China. Enquanto as negociações aconteciam, em 2010 o governo brasileiro anunciou uma reinterpretação das leis respeitantes à posse de terra, que passava a proibir a compra da mesma por grupos estrangeiros salvo como parte minoritária de uma parceria conjunta (Economy & Levi, 2014, p. 86). O período de tempo que separa ambos os episódios sugere que a intenção de refrear o apetite da China no Brasil estaria presente na decisão judicial.

No caso argentino, a tentativa de arrendamento de 300.000 ha de terra por parte do grupo Beidahuang Nongken na província de Rio Negro por um período de 20 anos, motivou a suspensão do projecto por parte do Tribunal Superior da província visada. A inexistência de testes para avaliação do impacto ambiental do projecto bem como o historial doméstico de degradação ambiental que a China tem, foram outros dos pontos levantados contra o avançar do projecto. Em dezembro de 2011 o Congresso argentino aprovou legislação que proibia companhias ou indivíduos estrangeiros de possuir mais do que 1000 hectares de terra, sendo elegíveis para posse estrangeira 15% da quantidade total de terra no país (Economy & Levy, 2014, p. 86).

A fraca receptividade (e até mesmo oposição) ao investimento chinês na forma de aquisição de terrenos agrícolas originou uma mudança de estratégia do governo

chinês que, através do Ministério da Agricultura, recomendava que as aquisições directas tivessem menos peso na estratégia associada à cadeia de abastecimento de comida. Para tomar o seu lugar, contavam-se entre as medidas recomendadas o investimento em infra-estrutura e logística agrícola e o estabelecer de parcerias bilaterais (Myers & Jie, 2015, p. 9).

Do ponto de vista da intensificação das relações comerciais bilaterais, com a Argentina a China aprovou a importação de milho e fruta, sendo que no caso do milho aceitou o primeiro envio de milho transgénico em agosto de 2013 (Myers & Jie, 2015, p. 9). E com o Brasil, em 2015, levantou o embargo sob a carne de vaca imposto em 2012, tendo-se tornado em 2016 o maior exportador de carne de vaca para a China, suplantando a Austrália (Nan, 2016).

A aposta em infra-estruturas surtiu efeito logo a partir de 2011, quando foram anunciados planos para a construção de duas linhas ferroviárias que facilitassem o escoamento de produção agrícola e mercadorias no geral. A primeira seria projectada no interior do Brasil no sentido sul-norte através da construção de dois mil quilómetros de ferrovia entre Cuiabá e Santarém, visando o transporte mais eficiente da soja produzida no interior do país (Fariello, 2011). A segunda funcionaria como uma alternativa mais rápida ao Canal do Panamá, ligando Cartagena (do lado Atlântico da Colômbia) com o Porto de Buenaventura (do lado Pacífico da Colômbia) (Gustini, 2011).

Já a aposta em logística agrícola foi avançada pelo governo e, posteriormente, financiada por este através do China Development Bank (CDB) e do Agricultural Bank of China (ABC), com fundos para aplicar em aquisições na ordem dos 10 mil milhões de dólares (Myers & Jie, 2015, p. 9). Deste valor, foi a China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (COFCO), maior fabricante, processador e vendedor de bens alimentares chinês quem mais beneficiou.

3.4.2.4 COFCO

As aquisições levadas a cabo pela COFCO em 2014, ao adquirir posições maioritárias (51%) na Noble Agri (Singapura) e na Nidera (Holanda), vieram contribuir para o reforço do controlo da cadeia de abastecimento agroalimentar da empresa de domínio estatal e, por isso, do país.

O grupo Noble tem no mercado dos minérios a sua maior fonte de lucros, mas o sector agrícola, apesar de só equivaler a 22% das receitas totais, corresponde a 38% dos lucros do grupo (Murphy et al., 2012, p. 43). Dentro deste, processa volumes significativos de sementes oleaginosas, açúcar e óleo de palma (usado, por exemplo, em comidas instantâneas, leite em pó e margarina) (Murphy et al., 2012, p. 43). Está presente na Argentina desde 2000, onde se foca na construção de estruturas para armazenamento e processamento de soja, tendo uma capacidade de instalada em Rosário (província de Santa Fé) de 9,500 toneladas/dia, ou 5.5% da capacidade total argentina de moagem deste grão (Wilkinson et al., 2015, p. 13). No Brasil está presente desde 2004 através da unidade para moagem de soja instalada em Rondonópolis (unidade federativa do Mato Grosso), com uma capacidade total de 4,000 toneladas/dia e 300 milhões de toneladas anuais de biodiesel (Wilkinson et al., 2015, p. 14). A Noble Agri detém ainda cinco portos (dois no Brasil, um na Argentina, um no Uruguia e um no Paraguai), o que ajuda na exportação das mercadorias que detém (Wilkinson et al., 2015, p.26)

Já a Nidera oferece serviços de I&D, financeiros e logísticos ao longo da cadeia de abastecimento agrícola, do agricultor até ao consumidor, tendo uma presença forte no mercado argentino, o que contribui para fortalecer a posição chinesa nesse mercado, onde já é responsável por 10% do total de cereais exportados pelo país (Clarín, 2014). No Brasil, a Nidera adquiriu a Brasil Óleo de Mamona (BOM) e, em 2005, adquiriu as operações de soja e oleaginosas da Bayer, criando depois a Nidera Seeds, o que lhe deu controlo de 10% do mercado de sementes de soja transgénicas (Wilkinson et al., 2015, p. 14) .

Tanto a Nidera como a Noble têm presenças sólidas em regiões importantes do mundo do ponto de vista cerealífero, como o Brasil, a Argentina, Estados Unidos e a Ucrânia, todos eles mercados importantes para a China no que toca à importação de soja e milho (ver Figura II).

Brasil ou na Argentina, como já exposto, mas também nas Filipinas, onde um projecto da empresa privada Jilin Fuhua, que envolvia um milhão de hectares para produção e exportação para a China de arroz, milho e sorgo foi cancelado dada a forte oposição local (Smaller et al., 2012, p. 8).

A partir de 2010-2012 a estratégia chinesa começou a mudar, alinhando-se com aquilo que os principais grupos intermediários mundiais fazem há várias décadas: dominar as infra-estruturas necessárias de todo o processo produtivo de forma a assegurar uma relação directa com os produtores agrícolas sem dar ênfase à (mais sensível) posse efectiva dos terrenos agrícolas onde a produção ocorre. Nesta estratégia contam-se a gestão e construção das vias de transporte, unidades de processamento agrícola, portos e armazéns necessários. A iniciativa *One Belt One Road* ambiciona funcionar como elemento aglutinador e amplificado desta nova visão estratégica, ainda que, dada a magnitude da mesma, estejam em jogo múltiplas relações bilaterais e não o domínio unilateral que a RPC consegue parcialmente garantir quando o contexto é regional, como o comprovam as aquisições da Nidera e da Noble Agri.

Por fim, o exemplo da incursão chinesa por território russo reforça a ideia de que as “importações moderadas” continuam a ter esse mesmo peso, moderado, sendo a soja a excepção estratégica. De resto, identificam-se princípios de expansão económica naturais em qualquer economia com sobrecapacidade industrial, com um mercado doméstico sobrelotado e uma economia que começa a crescer a um ritmo mais lento.

3.4.3 Fusões e aquisições

Até 2012, as fusões e aquisições concluídas por actores chineses no mercado agroalimentar internacional tinham uma expressão quase insignificante, tanto por ser um sector que só recentemente começou a ter o aval do PCC para investir no estrangeiro, como pela dificuldade, nos primeiros anos, em finalizar várias das aquisições em que tinha interesse (i.e. as tentativas de aquisição da australiana CSR; da britânica United Biscuits ou da francesa Yoplait entre 2010 e 2011 (Wan, 2014)). Em 2012 foram concluídos 8 acordos de fusão e aquisição no ramo agroalimentar com um valor total de 1.3 mil milhões de dólares. Em 2013, foram fechados o dobro dos acordos com um valor total de 9.1 mil milhões de dólares. Em 2014, 15 acordos

com um valor total de 4.8 mil milhões de dólares (Ernst & Young, 2015, p. 7). Os conglomerados estatais COFCO e Bright Foods surgem como os actores mais destacados desta modalidade de investimento no exterior, o que será compreensível dado o tipo de acesso a capital que é necessário para fechar várias das aquisições em que existe interesse.

Esta subsecção irá, assim, olhar para alguns dos 20 casos apurados de fusões e aquisições, apoiado em 12 casos presentes no relatório de 2015 da consultora Ernest & Young intitulado *Riding the Silk Road: China sees Outbound Investment Boom* e em 8 outros casos encontrados através de pesquisa própria, após concluir junto de especialistas na área que não deverá existir uma lista que compile todos os casos de F&As chinesas no sector agroalimentar (Kevin Higgins e David Fusaro, editores do site www.foodprocessing.com e Fred Gale, economista sénior do Departamento de Agricultura dos EUA).

As 20 fusões e aquisições estendem-se ao longo do período 2006-2016 e são encabeçadas por nove actores diferentes, cinco privados e quatro estatais. Apesar da divisão equilibrada relativamente ao número de actores presentes na amostra, dos 20 investimentos apurados, apenas seis são encabeçados por actores privados, com a Shuanghui International a ser a única empresa privada a liderar dois investimentos. Na tabela III pode-se constatar que a maioria dos países visados pelas F&As se encontra na Europa e na Austrália, embora marquem presença companhias originárias de Israel, Singapura, EUA e Vietname.

Tabela III. Fusões e aquisições de empresas chinesas no sector agroalimentar 2006-2016

Ano	Tipologia	Adquirente	Adquirido	Posição (%), Valor (\$)	Mercado
2006	EEC	ChemChina	Adisseo (FRA)	400M	Tecnologia agroquímica
2010	EEC	Bright Food	Synlait Milk (AUS)	51%	Lacticínios
2011	EEC	Bright Food	Manassen Food (AUS)	75%, 516M	Retalho
2011	EEC	ChemChina	Makhteshim Agan Industries (ISR)	60%, 3.4bn	Tecnologia agroquímica
2011	Privada	CP Pokphand	CP Vietnam	70.82%, 609M	Ração

			Livestock Co. (VIE)		animal
2012	EEC	Bright Food	Weetabix (UK)	60%, 1.2bn	Cereais
2012	EEC	Bright Food	Diva (FRA)	70%, montante não divulgado	Vinhos
2012	EEC	COFCO	Tully Sugar Lda. (AUS)	140M	Açúcar
2013	Privada	Shuanghui International	Smithfield Food (USA)	4.7 bn (7.1 bn incluindo dívida)	Carne de porco
2013	Privada	Shuanghui International	Campofrío (ESP)	37%	Carne processada
2013	Holding	China Fishery Group Ltd.	Copeinca ASA (PER)	858M	Peixe
2014	EEC	COFCO	Noble Agri (SING)	51%, 1.5bn e restantes 49% por 750M em 2015	Açúcar, Soja, Trigo
2014	EEC	COFCO	Nidera (HOL)	51%	Produtos agrícolas
2014	EEC	Bright Food	Mundella (AUS)	100%	Lacticínios
2014	EEC	Bright Food	Salov (ITA)	90%	Azeite
2014	EEC	Bright Food	Tnuva (ISR)	56.1%	Lacticínios e congelados
2014	Privada	Hony Capital	Pizza Express (UK)	1.54 bn	Comida processada
2014	Privada	Fosun	Osborne (ESP)	20%, montante não revelado	Fiambre, Vinhos
2014	EEC	Yingda Investment Company	Hollick (AUS)	Posição maioritaria	Vinhos
2016	EEC	ChemChina	Syngenta (SUI)	43 bn	Tecnologia agroquímica / OGMs

Fonte: (Hongzhou, 2016), (Ernst & Young, 2015), (Thomas, 2011), (Compass Partners, 2011), (cpp.hk, 2011), (Daneshkhu, 2012), (The Food Futurist, 2013), (Reuters, 2013), (Kit, 2015), (Wan, 2014), (Waldmeir, 2014), (Stein, 2014), (Cheng, 2014), (Wu, 2014), (Yap, 2015), (Dow Jones Newswires, 2014), (Woodard, 2014), (Toplensky, 2017).

Fusões e aquisições de sucesso garantem às companhias chinesas diferentes benefícios nos mercados doméstico e internacional em simultâneo. A aquisição de marcas com créditos firmados globalmente permite cobrar preços superiores no mercado doméstico e ultrapassar o cepticismo que uma parte crescente dos

consumidores chineses possui relativamente a produtos feitos dentro da China, como é o caso do sector dos lacticínios.

3.4.3.1. Indústria dos lacticínios

Os problemas enfrentados pelo sector dos lacticínios em 2008 (pela melamina detectada no leite em pó comprado em grande parte pela E.E.C. Sanlu Group Co., Ltd) levaram, num primeiro instante, a um fluxo grande de importação de lacticínios para o mercado chinês (ChinaAg, 2016) e, posteriormente, à aquisição de marcas do sector por gigantes chinesas. O conglomerado Bright Food adquiriu, em 2010, 51% da neozelandesa Synlait Milk por ¥ 382 milhões de *renminbis* (embora em Janeiro de 2017 a participação tivesse descido para 39.06% (Ministry of Business, Innovation and Employment of New Zeland, 2017), tendo no ano seguinte estreado uma nova fórmula de leite em pó para bebés direccionada para o mercado chinês (Liu, 2015). Em 2014 a Manassen Foods (subsidiária da Bright Food) adquiriu a totalidade da Munde Foods, líder australiana do sector dos lacticínios (Ernst & Young, 2015, p. 9). E no mesmo ano, a Bright Food comprou ainda uma posição maioritária (56.1%) na israelita Tnuva, oriunda de um país conhecido pelas suas “super vacas”, que produzem, em média, mais 10% de leite que as vacas norte-americanas e mais 50% que as alemãs (Levitt, 2014). Os desafios que ambos os países enfrentam no tocante à dotação de recursos (baixa quantidade de terra arável e de recursos hídricos *per capita*) aproximam a China daquele que é um dos países líderes na área da tecnologia agrícola, não sendo de estranhar as visitas anuais da Dairy Association of China (DAC) a Israel (Wan, 2014). Um país líder em tecnologia mas com um mercado pequeno a aprofundar relações com um país com um mercado interno enorme sem a tecnologia necessária para o servir (Freund, 2016).

3.4.3.2 Tecnologia agroquímica

As fusões e aquisições ocorridas no mercado da tecnologia agroquímica foram todas lideradas pela E.E.C. ChemChina, visando em 2006 a francesa Adisseo, em 2011 a israelita Makhteshim Agan Industries e em 2016 a suíça Syngenta. Os montantes

envolvidos no período de 10 anos decorrido entre as três aquisições também mudou bastante: de 400 milhões de dólares em 2006 para 43 mil milhões de dólares dez anos depois.

No caso da francesa Adisseo, eram visados os aditivos para ração animal comercializados pela marca, desde enzimas para ajuda na digestão da ração com uma menor perda de nutrientes no processo digestivo, a aminoácidos que evitam problemas de crescimento e atrofia muscular do animal, passando por suplementos específicos para criação de aves (Adisseo, 2017).

A aposta da ChemChina em empresas israelitas começou três anos antes da aquisição da Tnuva por parte da - também estatal - Bright Food e antes das visitas de grupos de trabalho chineses a Israel ganharem uma periodicidade quase semanal e versarem sobre matérias que incluem a área das tecnologias de informação e inteligência artificial (Freund, 2016). Em 2011 a ChemChina adquiriu 60% da Makhteshim Agan Industries pela tecnologia e quota de mercado que possui no sector de produtos fitossanitários, onde é a sétima maior empresa mundial (The Jerusalem Post, 2011).

A aquisição mais avultada dentro do sector agroalimentar por parte de uma empresa chinesa aconteceu em 2016 com a aquisição da suíça Syngenta pela ChemChina, num negócio que ascendeu aos 43 mil milhões de dólares e só agora está a ser finalizado, visto a Comissão Europeia e o Comité para o Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos (CIFUS) terem estado durante o último ano a analisar a possível concorrência desleal decorrente desta aquisição (Kirchfeld et al., 2017). Com a conclusão desta aquisição, uma empresa estatal chinesa passa a ter posição maioritária numa das mais importantes empresas do sector agroalimentar mundial, onde se contam a liderança no mercado dos fertilizantes agrícolas mas, mais importante que isso, porque a Syngenta possui uma das maiores carteiras mundiais de sementes da indústria de organismos geneticamente modificados, onde se incluem 6.800 variedades proprietárias (Hongzhou, 2016). A propriedade intelectual da Syngenta junta-se assim à de milhares de empresas do sector na China, cuja especialização na culturas do algodão e do arroz são mundialmente reconhecidas nas suas estirpes Bt. As implicações que esta aquisição pode ter para a segurança alimentar da China são consideráveis: a tecnologia GMO tem encontrado alguma resistência doméstica, encabeçada pelo People's Liberation Army (PLA), por ser vista por este como uma arma biológica usada pelos EUA contra a China (Hongzhou,

2016). Por outro lado, o Documento Central nº1 de 2016 incentivava a um maior investimento do país nesta tecnologia. A aquisição da Syngenta pode contrabalançar esta narrativa ao dar um canal mais seguro (porque dominado pela RPC) de acesso a uma tecnologia que lhe interessa, ainda que com um alto custo associado.

3.4.3.3. Carne de porco

A segunda maior aquisição em valores absolutos por parte de uma empresa chinesa no sector agroalimentar aconteceu em 2013, quando a Shuanghui International adquiriu a norte-americana Smithfield Food por 4.7 mil milhões de dólares. E, à semelhança do sector dos lacticínios, também os escândalos relacionados com a carne de porco durante o ano de 2011 parecem ter pesado na decisão de adquirir a gigante norte-americana. Nesse ano, a detecção de clenbuterol, ractopamina e outros aditivos ilegais em explorações de báculos na província de Henan, em carne comercializada pelo grupo Walmart e pela própria Shuanghui International (maior produtora de carne de porco da China), abalaram sucessivamente a confiança dos consumidores naquela que é a maior fonte de proteína da população chinesa (Tao & Xie, 2015).

Com esta aquisição, a Shuanghui ultrapassa mais rapidamente a desconfiança dos consumidores chineses e garante o acesso da Smithfield ao maior mercado de carne de porco mundial, que em 2012 representava 50.2% do consumo mundial e é seis vezes maior que o mercado norte-americano (Tao & Xie, 2015). Sem esta aquisição, a penetração da Smithfield no mercado chinês continuaria em muito dificultada, visto os apoios dados pelo governo chinês à Shuanghui (44.8 milhões de dólares em 2012) distorcerem o mercado em favor desta. O facto de esta aquisição incidir sobre tecnologia e propriedade intelectual do sector alimentar norte-americano obrigou a uma revisão do acordo por parte do CIFUS que, passados 30 dias do prazo original para examinação e 45 da prorrogação, aprovou a aquisição a 6 de setembro de 2013 (Gayathri, 2013).

Com a aquisição da marca norte-americana, veio associada a multinacional espanhola de carnes processadas Campofrío, onde a Smithfield tinha uma posição de 22.4% desde 2004 (Mulligan, 2008). Essa posição funcionaria como acordo preliminar para futura aquisição da empresa espanhola pela norte-americana mas, ao invés disso, em 2015 a Smithfield acabou por vender a posição por inteiro ao

conglomerado mexicano Alfa (Shih, 2015). Essa mudança de planos deveu-se, segundo a porta-voz do grupo, ao facto de os lucros gerados pela Campofrío em 2014 se terem situado pouco acima dos 10 milhões de dólares, defraudando as expectativas que a aquisição traria para o grupo chinês (Reed, 2015). Desta forma, a presença chinesa no mercado europeu de carne processada passará a ser delegada nas subsidiárias que a Smithfield possui na Polónia e na Roménia, sendo que a Campofrío domina o mercado espanhol e francês (Reed, 2015).

3.4.3.4. Vinhos e azeite

Apesar de possuir uma expressão muito reduzida face ao mercado das bebidas espirituosas, o mercado de vinhos na China tem um potencial de crescimento muito grande por desenvolver. Em 2012, a Bright Food, através da subsidiária SSCW (Shanghai Sugar Cigarette and Wine), adquiriu 70% da marca de vinhos francesa Diva (Reuters, 2012). À data da aquisição, 50% das vendas do grupo francês já tinham como destino o mercado chinês. A necessidade de capital para expansão por parte da Diva, impeliu esta a aceitar proposta do conglomerado chinês, possibilitando à marca francesa aceder directamente às mais de 60.000 lojas que a SSCW tem espalhadas pelo país (Anson, 2012). A isto, junta-se a possibilidade de serem desenvolvidos vinhos especificamente para o mercado chinês e refreiam-se receios associados à comercialização de vinhos falsificados (Daneshkhu, 2012).

Outro hábito de consumo que começa a desenvolver-se junto da classe média chinesa é a incorporação do azeite na confecção culinária e a procura por dietas mais saudáveis. E se em 2003 a China importava 1 milhão de dólares em azeite, em 2013 esse valor ascendia a 184 milhões (Pozzebon, 2014). Assim, a aquisição de 90% da italiana Salov pela E.E.C. Bright Food, permite à China assegurar mais um canal seguro de importação para um produto cuja procura interna se mantém em trajectória ascendente. A Salov está presente em 60 países, com vendas anuais de 417 milhões de dólares, e é líder de mercado na Grã-Bretanha e EUA, sendo que com a aquisição a produção se mantém em Itália (Reuters, 2014).

3.4.3.5. Fusões e Aquisições ou a aprendizagem acelerada

Apesar da expressão ainda reduzida que o sector alimentar tem no cômputo geral dos investimentos chineses fora de portas, em 2014 representou 17% do total de fusões e aquisições consumadas nesse ano, não muito longe dos 20% que o sector energético reclamou para si (Daneshkhu & Massoudi, 2014).

Para além de suprir necessidades do mercado interno chinês (pela maior exigência dos consumidores chineses e pelos escândalos que assolaram o sector alimentar do país), a aquisição de tecnologia e modelos de negócio de empresas experimentadas em mercados competitivos e amadurecidos, permite às empresas chinesas passar várias etapas de consolidação à frente e expandir-se para mercados a que anteriormente teriam acesso limitado (Ernst & Young, 2015, p. 9). O mesmo é verdade para as marcas adquiridas, dada a possibilidade de acesso facilitado a um mercado onde reside um quinto da população mundial com uma classe média em crescimento, factor que ajuda a firmar negócios, mesmo que tidos como potencialmente arriscados pelas instituições reguladoras.

O aumento dos custos de produção no sector agroalimentar explicam também o apetite dos agentes chineses por marcas e a tecnologia e reconhecimento associados às mesmas, fenómeno que permite fixar preços mais elevados e, consequentemente, aumentar as margens de lucro, como avança o presidente do fundo de capital privado A Capital, André Loesekrug-Pietri (Gumbel, 2013). Havendo capital disponível e interesse em investi-lo em bens activos em vez de certificados de Tesouro norte-americano, como já vimos anteriormente ser o caso, obter o controlo de marcas com alcance e reconhecimento mundiais é, no longo prazo, uma aposta legítima, visto a criação desse reconhecimento e ligação de raiz dentro da China poder levar muitos anos a ser conseguida. Acresce a isso a posição de desvantagem de onde partiriam as marcas interessadas em fazê-lo, dados os sucessivos escândalos que assolam o sector alimentar do país. Camillo Greco, chefe de assessoria da JPMorgan para F&As na Europa, Médio Oriente e África, menciona que após aquisição, é frequente serem desenvolvidos produtos direccionados para o mercado chinês (Daneshkhu & Massoudi, 2014), sendo exemplos disso a nova fórmula de leite em pó para bebés da Synlait, os novos vinhos da Diva para o mercado chinês e a nova versão de cereais para pequeno almoço da britânica Weetabix.

Concluindo, parece existir uma pletora de motivações associadas às fusões e aquisições promovidas pelos actores chineses no exterior: desde a procura por novos mercados para exportação, passando pela obtenção de tecnologia, propriedade intelectual e *know-how* empresarial até ao contornar de escândalos no sector alimentar doméstico através da aquisição de marcas do sector abalado, com créditos firmados e índices de confiança globais intactos. Diferentes aquisições têm, por isso, motivações distintas. A existência de uma componente estratégica é-lhes transversal, mas se a índole é comercial, política ou ambas, varia de caso para caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho propusémo-nos olhar para os investimentos e parcerias de cariz agrícola que a China tem celebrado ao abrigo do programa de investimento *Going Out* desde o início do milénio até 2016. A narrativa dominante aponta para que a RPC procura oportunidades de investimento agrícola, fora de portas, com o intuito de garantir a sua segurança alimentar, para fazer face a recursos naturais escassos e ambientalmente degradados. Tudo isto tendo em conta que o tamanho da sua população compromete, à primeira vista, a capacidade do país se alimentar a si próprio.

Perante este quadro, analisámos as duas variáveis que representam a dinâmica interna do país. Primeiro, caracterizando a população na sua composição, perspectivas de evolução e hábitos de consumo alimentares. Depois, olhando para o sector agrícola chinês, focando-nos na sua adequação à procura doméstica, tendo em conta as limitações naturais, tecnológicas, políticas e sociais.

Esse esforço capacitou-nos para responder às duas primeiras questões derivadas apresentadas no primeiro capítulo: 1º De que forma a evolução populacional da RPC influencia a vertente agrícola da estratégia *Going Out* e como é que o panorama agrícola nacional está ligado à expansão do investimento agrícola chinês no exterior. Conclui-se que o país tem conseguido alimentar a sua população sem depender grandemente de trocas comerciais com o exterior, embora se depare com desafios de magnitude e natureza distintas e cuja tendência é de agravamento. A predisposição autárquica dos anos de Mao Zedong deram lugar, a partir de 1979, a um regime político que tem sabido tirar proveito do alívio do peso que a doutrina tinha no enformar da política económica. Desde a abertura da China ao exterior, a população chinesa tem crescido no sentido inverso da disponibilidade de recursos naturais e, ainda assim, a adaptação às circunstâncias menos favoráveis tem resultado numa redução drástica da pobreza e da sustentação de níveis de auto-suficiência alimentar bastante altos. Mesmo que pelo meio tenham sido abaladas concepções de família, igualdade e justiça.

A presença e investimento chinês no exterior, na viragem do milénio, decorre mais da evolução natural da sua economia - ao aliar um mercado doméstico

sobrelotado e sobrecapacidade industrial à perda de vantagens competitivas - do que de preocupações com a sua segurança alimentar. A narrativa dominante sobre a China, enquanto usurpadora de terrenos agrícolas no exterior, é refutada, continuamente, quando os investimentos são colocados em perspectiva e o seu peso e cronologia analisados. O sector agrícola só começou a ter representação dentro do programa *Going Out* a partir de 2006 e, até 2011, não representava mais do que 0,8% do valor total de investimento chinês no estrangeiro. Por outro lado, a narrativa que sugere que a intensificação da presença chinesa no exterior tem como objectivo fazer uso de factores produtivos que escasseiam no plano doméstico para depois trazer a produção agrícola de volta para a China, não encontra sustentação ao longo da literatura. Os custos de transporte suplantam largamente o eventual lucro, e a primazia de imperativos económicos numa área sensível como esta, dão mais força à tese de que a comida produzida no exterior é encaminhada para o mercado que melhor maximize o seu potencial de lucro, seja esse destino local, regional ou mundial. China ou Europa.

Assim, mais do que o impacto do tamanho absoluto da população chinesa, conclui-se que os dois maiores factores de pressão para a segurança e níveis de auto-suficiência alimentar chinesas provêm da melhoria generalizada dos níveis de vida dos cidadãos chineses e da deteriorização dos recursos naturais necessários à prática agrícola. A baixa quantidade e qualidade de terra arável disponível dentro da China, obrigou a ganhos de produtividade agrícola que, eventualmente, estagnarão. Tendo partido de uma base baixa, cujo potencial de crescimento era enorme, inovações institucionais, como o Sistema de Responsabilidade Familiar e a adopção de tecnologia agrícola avançada, como os fertilizantes à base de nitrogénio, permitiram acompanhar o rápido crescimento populacional característico de países na fase de desenvolvimento sócio-económico em que a China se encontrava durante a segunda metade do século XX. A Política do Filho Único, apesar de todas as distorções que causou, também serviu para atenuar a relação da população chinesa com os recursos naturais ao seu dispor.

As alterações dos padrões de consumo alimentares observados na maioria da população chinesa, juntamente com a emergência de uma classe média com comportamentos e expectativas semelhantes ao de muitos países desenvolvidos do Ocidente, colocam uma grande pressão na quantidade e tipo de comida obrigatoriamente disponível. Em particular, pelo consumo habitual de carne e o que

isso representa ao nível da ração animal, nomeadamente do milho e da soja. Esta questão tem sido contornada recorrendo ao exterior. Com a abertura da China ao mundo, a ideia de segurança alimentar - pondo de lado se o conceito chinês abarca apenas os cereais historicamente estratégicos ou um cabaz mais vasto de alimentos - deixou de ter correspondência directa com noções de auto-suficiência. Resulta disso da flexibilização das metas centrais sobre níveis de auto-suficiência óptimos, possibilitada por uma maior integração da China na economia mundial. A importação exponencial de soja por parte da China a partir de 1996 é disso exemplo, demonstrando, também, como os mercados internacionais se adaptam a solicitações do lado da procura e que olhar para o seu *output* presente enquanto medida fixa de resposta pode ser enganador. Junta-se a isso a grande quantidade de terra arável e ganhos de eficiência agrícola por obter ao longo de todo o hemisfério sul, com especial destaque para o continente africano e o sudeste asiático.

A interacção da China com países em desenvolvimento do hemisfério sul, com que a China diz identificar-se pelo passado comum de sofrimento às mãos de potências ocidentais, e por a própria China se ver como “o maior país em desenvolvimento do mundo”, é parte integrante deste trabalho e constitui a terceira pergunta derivada. Mais concretamente, qual o papel que a política “Sul-Sul” tem no cariz cooperativo da vertente agrícola da estratégia *Going Out*. Chega-se à conclusão de que o envolvimento da China em parcerias de cooperação e ajuda ao desenvolvimento não acontece de forma apolítica nem desinteressada. E, ainda que o continente africano não represente todos os países “Sul-Sul”, por limitações de espaço, a resposta a esta pergunta focou-se apenas no continente africano, deixando de lado países do G77 espalhados ao longa da América Latina e do sudeste asiático.

Posto isto, condicionantes políticas e diplomáticas precedem qualquer aprofundar de relações bilaterais, como o sejam o reconhecimento da Política de Uma China e o princípio da não-interferência nos assuntos internos dos Estados hospedeiros. Destas duas, a primeira é condição *sine qua non*, mas a segunda goza já de uma flexibilidade maior, em evolução paralela com os interesses chineses pelo continente africano fora. Da crescente presença militar do *People's Liberation Army* para protecção de cidadãos e investimentos chineses até ao apoio de facções políticas favoráveis à presença chinesa, estejam no poder ou na oposição, uma maior imiscuição da China nos assuntos internos dos Estados africanos parece inevitável.

Os princípios definidores das relações “Sul-Sul”, como a igualdade, a complementariedade, a auto-suficiência e desenvolvimento mútuos são, a espaços, cumpridos no terreno, como é o caso do foco da China na capacitação agrícola para o longo prazo e a ligação que existe com o princípio da auto-suficiência e da complementariedade. Deve ser acautelado que a conformidade aparente da retórica “Sul-Sul” com a agenda de ajuda capacitadora da China para África poder não ser intencional.

Os casos dos centros de demonstração analisados no capítulo III, mostram que existe uma dessincronização entre as expectativas das partes envolvidas. O lado africano, ao olhar para os agentes chineses como uma entidade cujos objectivos devem ser apenas de ajuda, constatando-se uma desadequação notória entre as vantagens competitivas de várias empresas chinesas na liderança dos centros de demonstração e aquilo que são as necessidades, hábitos e poder de compra locais. O lado chinês, ao orientar a sua acção com vista à criação de novas necessidades nos consumidores locais e oportunidades de negócio. O continente africano, ao ser casa para mais de 850 milhões de pessoas, distribuídas por mais de cinquenta países, é um mercado muito apetecível para várias indústrias chinesas, para além de um importante aliado da China na Organização das Nações Unidas. Quando as necessidades da China e de países africanos não são complementares, a maior dimensão, amadurecimento e economias de escala torna difícil aos segundos competir em pé de igualdade. O impacto dos têxteis chineses nos níveis de desemprego do sector na África do Sul são um exemplo disso.

Além da cooperação técnica e ajuda ao desenvolvimento enquanto ferramentas de investimento no exterior, contam-se ainda o controlo da cadeia de abastecimento agrícola e as fusões e aquisições de empresas chinesas no ramo agroalimentar, dando-nos os elementos que faltavam para responder à quarta pergunta derivada: em que moldes é estabelecida a presença da RPC em países parceiros.

O controlo da cadeia de abastecimento agrícola pauta-se por uma variedade de mecanismos. Pode incluir a aquisição ou aluguer de terrenos agrícolas, o controlo de portos estratégicos, unidades de moagem de grãos, propriedade efectiva de armazéns ou qualquer outra etapa por que passe a produção agrícola desejada. Minizando riscos e reduzindo custos que, de outra forma, teriam de ser pagos aos intermediários que a China passa a substituir. Ainda assim, apenas a soja motiva sistematicamente investimentos que acompanham todas as etapas de produção, visto o seu destino ser

frequentemente a própria China. Nas restantes culturas observadas ao longo da literatura, o destino é tendencialmente local ou regional, ocasionalmente global. Custos de transporte e aduaneiros altos, menor necessidade doméstica e reduzidas margens de lucro explicam o destino mais curto destes bens.

As fusões e aquisições encetadas por agentes chineses demonstram ter no seu seio considerações igualmente pragmáticas, possibilitadas pela liquidez estatal que se encontra por detrás de muitas delas. As exigências dos consumidores da nova classe média chinesa e os escândalos do sector alimentar são duas das forças motrizes maiores. Acresce a isso o facto de a China ter acumulado a maior quantidade de reservas de divisa estrangeira do mundo, nomeadamente de certificados de Tesouro norte-americano e, desde a Crise Financeira de 2008, querer investir o capital acumulado em bens activos. No sector agroalimentar, a aquisição de marcas estabelecidas é uma estratégia mais segura e preferível à desvalorização que as reservas de divisa estrangeira estavam a sofrer.

Quais são, então, as motivações e os resultados obtidos pela estratégia de investimento *Going Out* na sua vertente agrícola? A estratégia *Going Out* tem sido central para o crescimento da China nos últimos anos, sendo que o objectivo principal quando foi criada era aumentar a competitividade das empresas chinesas, incentivá-las a investir em áreas prioritárias definidas pelo governo e em novos mercados a nível global.

O *Going Out* da RPC na vertente agrícola segue os mesmos mecanismos que em outras áreas, como a energia, através da combinação do apoio diplomático e financeiro (bancos estatais) às empresas chinesas. Distingue-se de outros sectores mormente pela sensibilidade política associada a investimentos agrícolas (visto muitas vezes ocorrerem em países cujo Estado de Direito é frequentemente fraco e o desalinhamento dos interesses dos dirigentes e da população) e ao retorno financeiro demorado. No entanto, este trabalho permite-nos concluir que o que propela a vertente agrícola da estratégia *Going Out* da RPC é uma combinação de factores cujo grau de ligação à segurança alimentar do país é variável. Isto é, apesar do reconhecimento da segurança alimentar como eixo central da estratégia *Going Out*, a mesma insere-se num contexto que suplanta uma noção redutora de segurança alimentar enquanto preocupação desligada e egoísta. Antes se insere numa forma holística e interligada da China olhar para o regime agrícola global. Combinando esforços simultâneos de investimento e ajuda no sector agrícola, ambos estão

orientados para o mesmo propósito: o de minimizar incertezas no mercado agrícola global. Nesse sentido, a visão da China é, de facto, de benefício mútuo, onde os ganhos de um lado beneficiam o outro, mesmo que, por vezes, possam não ser imediatamente quantificáveis. Essa característica é representativa de uma linha de pensamento de longo prazo, ambiciosa mas paciente.

Exemplo de um instrumento de investimento com uma relação algo desconexa com questões de segurança alimentar mas fortemente relacionada com questões de apoio político e promoção de *soft power*, é a cooperação chinesa com países africanos. Tanto nos centros de demonstração agrícola que opera pelo continente (muitas vezes a pedido de líderes africanos), como pelos programas de intercâmbio que promove. Através destes, a RPC dá passos importantes na sua afirmação enquanto poder responsável e de alternativa aos modelos de ajuda e investimento ocidentais, na procura por uma configuração mais multipolar do Sistema Internacional. O vínculo desta abordagem à sua segurança alimentar é relativamente baixo, apostando antes na capacitação de países cujo sector agrícola apresente um potencial de crescimento inexplorado. Os efeitos indirectos dessa aposta são o aumento da quantidade de bens agrícolas produzidos e a estabilidade de preços que resulta de uma melhor adequação da oferta à procura, ambos conducentes aos interesses chineses de estabilidade dos mercados internacionais agrícolas.

Já com um grau de ligação mais directo à segurança alimentar chinesa, contam-se os investimentos orientados para a construção de um canal de abastecimento abrangente e mais seguro, onde se incluem instalações de armazenamento, portos, canais de processamento e integração em redes comerciais. À semelhança daquilo que o financiamento estatal possibilita no caso das fusões e aquisições de marcas reconhecidas globalmente, a aquisição da Nidera e da Noble Agri pela COFCO dá a esta uma quota de mercado que a aproxima das firmas históricas ABCD. Eliminando agentes intermediários, reduzem-se as implicações destes no encarecimento dos bens transaccionados e no maior grau de incerteza associado.

Os resultados obtidos pela estratégia de investimento *Going Out* na sua vertente agrícola são diferenciados e podem ser sumarizados da seguinte forma: primeiro, a estratégia GO está a permitir investimentos em novos mercados para escoamento imediato ou prospectivo de produtos chineses, nomeadamente de produtos manufacturados, maquinaria e tecnologia agrícola, já que são três tipos de

produtos onde a China apresenta vantagens comparativas. Desta forma, balançam-se os limites que a sobrecapacidade industrial e a saturação do mercado doméstico impõem ao crescimento da China, naturais da fase de desenvolvimento e expansão económica em que se encontra. De mencionar que, apesar da criação de novas oportunidades para os agentes chineses no exterior, estes têm-se deparado com muitas dificuldades em vender produtos mais caros ou sofisticados, dado o baixo poder de compra da maior parte dos agricultores dos países visados. Essa desadequação existe também nos centros de demonstração agrícola, onde as práticas demonstradas não têm utilidade imediata para os agricultores locais, o que demonstra que o processo de selecção das empresas escolhidas para a expansão no exterior não é o mais indicado.

Segundo, esta estratégia permite obter *know how* e capital intelectual através das fusões e aquisições consumadas por empresas chinesas, o que, por sua vez, permite-lhes obter uma maior maturidade na gestão multinacional e utilizar esse conhecimento para desenvolvimento da produção agroalimentar na China. Como referido anteriormente, muitas das aquisições no ramo agroalimentar contemplavam a criação de produtos adaptados aos consumidores chineses. O prestígio das marcas adquiridas permite também que sejam cobrados preços mais altos, sinónimo de maiores margens de lucro para os detentores das marcas adquiridas. Para além desta questão menos racional que a aquisição de marcas internacionais permite explorar, todo o conhecimento e experiência que se obtém provém de fórmulas já experimentadas, o que se traduz numa vantagem competitiva no plano doméstico e internacional. Consolidam-se etapas de desenvolvimento industrial de forma mais rápida e criam-se agentes económicos altamente competitivos, recuperando o atraso que pudesse existir quando a integração do país na economia internacional era quase nula.

Em terceiro lugar, esta estratégia apoia, através do aprofundamento das relações diplomáticas bilaterais e multilaterais que decorrem da interacção da China com o exterior, a promoção de ideias e concepções chinesas no geral, e do seu modelo de desenvolvimento em particular. A redução da pobreza em dimensões incomparáveis na História moderna (qualquer que seja a métrica utilizada) e, tacitamente, o cariz autoritário das mesmas, são elementos que ressoam por uma grande parte dos países que ainda se deparam com níveis de pobreza generalizada e cujos directivos ocidentais de ajuda pouco contribuíram para alterar. O cumprir das pré-condições de reconhecimento do Princípio de Uma China por parte dos Estados hospedeiros e que não há interferência nos assuntos internos destes por parte da China

parecem, à partida, estipulações mais fáceis de obedecer que os requisitos democratizantes e paternalistas que enformam a ajuda vinda de países ocidentais. Apesar disso, com o aprofundar dos seus interesses, começa-se a notar um posicionamento mais presente e interessado da China nos países onde anuiu não interferir, embora ainda não seja possível afirmar que o seu grau de envolvimento e requisitos se assemelhe aos de países e instituições ocidentais. Será um equilíbrio que interessará à China preservar para que não corra o risco de ser rotulada com termos que lhe retirem a aura de distinção que anuncia. No terreno, o formato de investimento chinês possui características que interessam às nações em desenvolvimento no hemisfério sul, por ir ao encontro das suas necessidades mais fundamentais: infraestruturas básicas e políticas de capacitação para o futuro. Infraestruturas tanto físicas como imateriais, portanto. O *Going Out*, na vertente agrícola, promove esse conjunto de ideias, ao mesmo tempo que exhibe uma China enquanto parceira justa, alternativa e desenvolvida. As impressões dos participantes africanos nos programas de intercâmbio agrícola constantes do capítulo III atestam isso.

Simultaneamente, a RPC cria uma rede extensa e mais diversificada de contactos e parceiros comerciais, bem como de infraestruturas, o que contribui para o assegurar contínuo dos interesses chineses pelo mundo, ao mesmo tempo que reduz o impacto da actividade agrícola no plano doméstico, com todas as implicações que isso tem ao nível da protecção ambiental, da transferência virtual de recursos hídricos, até ao foco nas vantagens competitivas do sector agrícola chinês. Os efeitos dessa opção abrangem igualmente os agricultores e a coesão social que daí decorre, já que a especialização em produtos agrícolas onde existem vantagens comparativas coincide, no caso da agricultura chinesa, com um maior valor acrescentado e, no caso dos vegetais e da fruta, do menor uso que fazem de recursos hídricos escassos.

Adicionalmente, existe base para afirmar que a desarticulação entre as empresas escolhidas e o Estado chinês é considerável. Em qualquer um dos três instrumentos de investimento analisados existe uma constante: são motivados por interesses próprios e não se subjugam a uma orientação ou agenda política estatal. Ao mesmo tempo, o *Going Out* prova ser uma estratégia abrangente e mutável, adaptando-se às distintas realidades e sensibilidades no terreno, como demonstram as alterações à legislação brasileira e argentina com vista a proibir a detenção de grandes

porções de terra por entidades não nacionais e consequente mudança de estratégia encetada pelos agentes chineses.

As considerações que norteiam o processo decisório dos agentes chineses pelo mundo parecem, no geral, bastante pragmáticas. Essas considerações são de natureza económica e política. Não são de natureza ética. A relação custo-benefício molda a acção dos agentes bem como a adesão a princípios políticos estabelecidos pela China. A presença chinesa em países onde potências ocidentais não estão presentes por questões éticas acontece independentemente destas mas sempre relacionada com as primeiras.

Nos próximos anos, parece-nos razoável esperar que a iniciativa *One Belt One Road* se sobreponha à estratégia *Going Out*, cujas delimitações são cada vez mais esbatidas. A criação de novos mercados para as empresas chinesas e a possibilidade de exportação de um modelo de desenvolvimento encabeçado pelo Estado prometem aprofundar as relações diplomáticas da China com os países abrangidos pela rota. Dado o foco da iniciativa na criação de infraestruturas ao longo da rota, não é difícil ver como o sector agrícola poderá beneficiar amplamente com isso.

Tendo em conta que a iniciativa OBOR, lançada por Xi Jinping em 2013, se insere numa estratégia a longo prazo, com a criação de rotas comerciais, sugeríamos que estudos futuros procurassem analisar e acompanhar esta iniciativa e verificassem os seus objectivos e resultados na vertente agrícola chinesa.

BIBLIOGRAFIA

- Adisseo, 2017. Adisseo. [Online] Disponível em: <http://www.adisseo.com/en/>
- Aird, J.S., 1983. The Preliminary Results of China's 1982 Census. *The China Quarterly*, 96, pp.613-40.
- Alden, C., 2013. China and the long march into African agriculture. *Cahiers Agricultures*, 22(1), pp.16-21.
- Al-Rodhan, K.R., 2007. A Critique of the China Threat Theory: A Systematic Analysis. *Asian Perspective*, 31(3), pp.41-66.
- Al-Sadig, A.J., 2013. WP/13/52 Outward Foreign Direct Investment and Domestic Investment: the Case of Developing Countries. Paper.
- Althaus, C.E., 2005. A Disciplinary Perspective on the Epistemological Status of Risk. *Risk Analysis*, 25(3), pp.567-88.
- Anon, 1964. Interjections At A Briefing By Four Vice-Premiers. [Online] Disponível em: http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-9/mswv9_19.htm [Consultado a 23 de Dezembro de 2012].
- Anon., 1980. China's Law on Joint Ventures. *Contemporary Southeast Asia*, 2(1), pp.65-68.
- Anson, J., 2012. China's Bright Food buys Bordeaux negociant DIVA. [Online] Disponível em: <http://www.decanter.com/wine-news/chinese-company-buys-bordeaux-negociant-diva-28545/> [Consultado a 4 de Março de 2017].
- Australian National University, 2011. Chinese – ǺnquǺn. [Online] Australian National University Disponível em: <http://asiapacific.anu.edu.au/blogs/languagesofsecurity/2011/05/27/chinese-security/> [Consultado a 2 de Outubro de 2012].
- Aven, T. & Renn, O., 2009. On risk defined as an Event Where the Outcome is Uncertain. *Journal of Risk Research*, 12(1), pp.1-11.
- Aven, T., 2010. On How to Define, Understand and Describe Risk. *Reliability Engineering and System Safety*, (95), pp.623-31.
- Aven, T., 2012. The Risk Concept - Historical and Recent Development Trends. *Reliability Engineering and System Safety*, (99), pp.33-44.
- Banco Mundial, 1986. 9275 Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries. Policy Paper. Washington, D.C.: Banco Mundial Banco Mundial.
- BBC, 2015. Chinese firm to rent Russian land in Siberia for crops. [Online] Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-asia-33196396> [Consultado a 6 de Março de 2017].
- Bennett, M.K., 1941. Wheat in National Diets. *Wheat Studies*, 18(2), pp.37-76.

- Bernasconi-Osterwalder, N., Johnson, L. & Zhang, J., 2013. Chinese Outward Investment: An emerging policy framework. A Compilation of primary sources. Winnipeg, Manitoba, Canada: IISD and IIER The International Institute for Sustainable Development.
- Bernstein, P.L., 1998. Against the Gods: The Remarkable Story of Risk. 2nd ed. Nova Iorque, Estados Unidos da América: John Wiley & Sons, Inc.
- Blas, J., 2009. China rules out pursuit of African farmland. [Online] Disponível em: <https://www.ft.com/content/9d2cdee8-2dcf-11de-9eba-00144feabdc0> [Consultado a 20 de Dezembro de 2016].
- Bloomberg, 2014. China Wages Seen Jumping in 2014 Amid Shift to Services. [Online] Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2014-01-06/china-wages-seen-jumping-in-2014-amid-shift-to-services-.html> [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Bräutigam, D. & Zhang, H., 2013. Green Dreams: Myth and Reality in China's Agricultural Investment in Africa. *Third World Quarterly*, 34(9), pp.1676–96.
- Bräutigam, D., 2011. Chinese Development Aid in Africa What, where, why, and how much? In J. Golley & L. Song, eds. *Rising China Global Challenges and Opportunities*. The Australian National University Press. p.338.
- Brown, L., 1995. Who Will Feed China. 1st ed. Nova Iorque; Londres: W. W. Norton & Company.
- Buckley, L., 2012. Chinese agriculture goes global: food security for all?. Report. Londres: IIED - The International Institute for Environment and Development IIED - The International Institute for Environment and Development.
- Buckley, L., 2013. Narratives of ChinaAfrica Cooperation for Agricultural Development: New Paradigms? Working Paper 053.
- Buckley, P.J. et al., 2007. The determinants of Chinese outward foreign direct investment. *Journal of International Business Studies*, 38(4), pp.499-518.
- Cai, K.G., 1999. Outward Foreign Direct Investment: A Novel Dimension of China's Integration into the Regional and Global Economy. *The China Quarterly*, 160, pp.856-80.
- Chan, J., 2006. Beijing abolishes centuries-old agricultural tax. [Online] International Committee of the Fourth International (ICFI) Disponível em: <https://www.wsws.org/en/articles/2006/01/chin-j17.html> [Consultado a 3 de Janeiro de 2017].
- Chan, K.-M., 2010. Harmonious Society. In H.K. Anheier, S. Toepler & R. List, eds. *International Encyclopedia of Civil Society*. 1st ed. New York, NY: Springer. pp.821-25.
- Chan, K.W. & Buckingham, W., 2008. China Abolishing the Hukou System? *The China Quarterly*, 195, pp.582–606.
- Chen, C., 2015. Determinants and motives of outward foreign direct investment from China's provincial firms. *Transnational Corporations*, 23(1), pp.1-28.

- Chen, Y., 2014. China's non-interventionist aid stance on the way out. [Online] Disponível em: <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7293-China-s-non-interventionist-aid-stance-on-the-way-out> [Consultado a 2 de Abril de 2017].
- Cheng, A.T., 2014. Chinese Companies Are The New Force in Global M&A. [Online] Disponível em: <http://www.institutionalinvestor.com/Article/3374735/banking-and-capital-markets-emerging-markets/chinese-companies-are-the-new-force-in-global-m-a.html#.WLarEhLyAx> [Consultado a 1 de Março de 2017].
- Cheng, G., 2007. China's Agriculture within the World Trading System. In Sheldon, I., ed. IATRC International Symposium. Beijing, 2007.
- Chih-yu, S. & Jiwu, Y., 2013. Between Core National Interest and a Harmonious World: Reconciling Self-Role Conceptions in Chinese Foreign Policy. *The Chinese Journal of International Politics*, 6, pp.59-84.
- Chin, G. & Thakur, R., 2010. Will China Change the Rules of Global Order? *The Washington Quarterly*, 33(4).
- China Daily, 2008. China Daily. [Online] Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2008-10/13/content_7098609.htm [Consultado a 28 de Dezembro de 2016].
- China Daily, 2010. China to transform from labor- to talent-intensive development. [Online] Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2010-06/06/content_10070020.htm [Consultado a 13 de Março de 2014].
- China Daily, 2010. Counting the cost of rising wages in Chinese industry. [Online] Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2010-06/30/content_10039309_5.htm [Consultado a 13 de Março de 2014].
- china.org.cn, 2006. Guinea. [Online] Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183525.htm> [Consultado a 24 de Março de 2017].
- china.org.cn, 2011. Deng Xiaoping's South China tour (Jan. 1992). [Online] Disponível em: http://www.china.org.cn/china/CPC_90_anniversary/2011-04/19/content_22392494.htm [Consultado a 10 de Janeiro de 2017].
- ChinaAg, 2016. The Evolution Of China's Dairy Industry And The Outlook For Foreign Suppliers. [Online] Disponível em: <http://www.chinaag.org/2016/06/29/the-evolution-of-chinas-dairy-industry-and-the-outlook-for-foreign-suppliers/> [Consultado a 13 de Fevereiro de 2017].
- Chinaag.com, 2016. Ukraine Expresses Interest in China's Silk Road Initiative. [Online] Disponível em: <http://www.chinaag.org/2016/11/23/ukraine-expresses-interest-in-chinas-silk-road-initiative/> [Consultado a 16 de Março de 2017].
- Chinadaily, 2011. CGG is setting up a soybean base in Brazil. [Online] Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/business/2011-11/24/content_14154127.htm [Consultado a 12 de Outubro de 2016].

- Chinadaily, 2013. Agricultural joint venture bears fruit. [Online] Disponível em: http://www.china.org.cn/world/XiJinping_2013_visit/2013-03/23/content_28337222.htm [Consultado a 10 de Março de 2017].
- Chinadaily, 2014. Development of China-Africa relations (1956-present). [Online] Chinadaily Disponível em: http://english.gov.cn/policies/infographics/2014/09/02/content_281474985248816.htm [Consultado a 9 de Fevereiro de 2017].
- Chun, Z., 2014. Why does no one like Chinese companies overseas? [Online] Londres, Pequim, UK, China: chinadialogue Available at: Disponível em: <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7299-Why-doesn-t-anyone-like-Chinese-companies-overseas-> [Consultado a 19 de Maio de 2016].
- CIA World Factbook, 2014. CIA. [Online] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> [Consultado a 10 de Fevereiro de 2014].
- Clarín, 2014. Los chinos ya se quedan con el 10% de los embarques de granos. [Online] Disponível em: http://www.clarin.com/empresas-y-negocios/chinos-quedan-embarques-granos_0_rJPLa7AcPQx.html [Consultado a 5 de Março de 2017].
- Clarke, M., 2015. Understanding China's Eurasian Pivot. [Online] Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/09/understanding-chinas-eurasian-pivot/> [Consultado a 16 de Março de 2017].
- Comité Central do Partido Comunista da China, 1963. Proposta Acerca da Linha Geral do Movimento Comunista Internacional. [Online] Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/06/14.htm> [Consultado a 22 de Dezembro de 2012].
- Compass Partners, 2011. ChemChina/Makhteshim Agan Agreement. [Online] Disponível em: http://compasspartners.com/news_articles/chemchinamakhteshim-agan-agreement/ [Consultado a 3 de Março de 2017].
- Connelly, M., 2008. Fatal Misconception. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Corkin, L.J., 2014. China's rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations. Revista Brasileira de Política Internacional, 57, pp.49-72.
- [cpp.hk](http://www.cpp.hk), 2011. C.P. Pokphand acquires integrated livestock and aquaculture market leader in Vietnam for HK\$4.73 billion. [Online] Disponível em: http://www.cpp.hk/en/communications.do?method=detail&mappingName=C orCom_LatestNews&id=4b463c1b3039eb31013043cdc8c30002 [Consultado a 1 de Março de 2017].
- Crowe, R.M. & Ronald, H.C., 1967. The Meaning of Risk. The Journal of Risk and Insurance, 34(3), pp.459-74.

- Daneshkhu, S. & Massoudi, A., 2014. China's hunger for foreign food groups soars. [Online] Disponível em: <https://www.ft.com/content/4a1490fe-ed67-11e3-8a1e-00144feabdc0> [Consultado a 6 de Março de 2017].
- Daneshkhu, S., 2012. China's Bright Food buys Diva Bordeaux. [Online] Disponível em: <https://www.ft.com/content/78af0842-bf9f-11e1-bb88-00144feabdc0> [Consultado a 2 de Março de 2017].
- Daneshkhu, S., 2012. China's Bright Food buys Diva Bordeaux. [Online] Disponível em: <https://www.ft.com/content/78af0842-bf9f-11e1-bb88-00144feabdc0> [Consultado a 4 de Março de 2017].
- Das, M. & N'Diaye, P., 2013. WP/13/26 Chronicle of a Decline Foretold: Has China Reached the Lewis Turning Point? Working Paper. FMI.
- Diário de Notícias, 2011. Diário de Notícias. [Online] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1746905 [Consultado a 12 de Março de 2014].
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003. "auto-suficiente". In Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Portugal.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003. "risco".
- dimsums, 2014. Chinese Farmers in Russia Hit by Ruble Crash. [Online] Disponível em: <http://dimsums.blogspot.pt/2014/12/chinese-farmers-in-russia-hit-by-ruble.html> [Consultado a 10 de Março de 2017].
- dimsums, 2015. Ukraine is China's Main Corn Supplier. [Online] Disponível em: <http://dimsums.blogspot.pt/2015/06/ukraine-is-chinas-main-corn-supplier.html> [Consultado a 15 de Março de 2017].
- Dimsums, 2016. CASDE Dec 2016. [Online] Disponível em: <http://dimsums.blogspot.pt/2016/12/casde-dec-2016.html> [Consultado a 20 de Dezembro de 2016].
- dimsums, 2016. China Company Cements Eastern Europe Grain Sources. [Online] Disponível em: <http://dimsums.blogspot.pt/2016/06/china-company-cements-eastern-europe.html> [Consultado a 14 de Março de 2017].
- Donald, J.M., 2016. China's most aggressive dealmaker started at home, now reaches overseas. [Online] The Seattle Times Disponível em: <http://www.seattletimes.com/business/chinas-most-aggressive-dealmaker-started-at-home-now-reaches-overseas/> [Consultado a 7 de Fevereiro de 2017].
- Dow Jones Newswires, 2014. China Secures Global Supply Chain. [Online] Disponível em: <http://www.thisisnoble.com/in-the-press/348-china-secures-global-supply-chain.html> [Consultado a 5 de Março de 2017].
- Duchâtel, M., Gowan, R. & Rapnouil, M.L., 2016. Into Africa: China's Global Security Shift. Policy Brief. Londres: European Council on Foreign Relations (ECFR) European Council on Foreign Relations.
- Eberstadt, N., 2011. nº5 World Population Prospects and the Global Economic Outlook: The Shape of Things to Come. Working Paper. The American Enterprise Institute Working Paper Series on Development Policy.

- Eberstadt, N., 2011. Swiss Re Centre for Global Dialogue. [Online] Disponível em: http://cgd.swissre.com/library/Demographic_risks_to_China.html [Consultado a 13 de Fevereiro de 2014].
- Economist, 2015. China's inefficient agricultural system. [Online] Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2015/05/economist-explains-27> [Consultado a 26 de Dezembro de 2016].
- Economy, E. & Levi, M., 2014. *By All Means Necessary: How China's Resource Quest is Changing the World*. New York, NY, USA: Oxford University Press.
- Economy, E.C., 2010. *The River Runs Black*. 2nd ed. Cornell University Press.
- Edlund, L., Li, H., Yi, J. & Zhang, J., 2007. 3214 Sex Ratios and Crime: Evidence from China's One-Child Policy. Discussion Paper. Bona: The Institute for the Study of Labor The Institute for the Study of Labor.
- Eicher, C.K., 1990. Baltimore, Maryland, Estados Unidos da América: John Hopkins University Press.
- Ernst & Young, 2015. *Riding the Silk Road: China sees outbound investment boom Outlook for China's outward foreign direct investment*. Report. Ernst & Young.
- Eurasian Business Briefing, 2015. Trans-Baikal signs 49-year agricultural land lease deal with Chinese investors. [Online] Disponível em: <http://www.eurasianbusinessbriefing.com/trans-baikal-signs-49-year-agricultural-land-lease-deal-with-chinese-investors/> [Consultado a 9 de Março de 2017].
- Fallows, J., 2016. China's Great Leap Backward. [Online] Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2016/12/chinas-great-leap-backward/505817/> [Consultado a 4 de Janeiro de 2017].
- Fan, S.G. & Zhang, X., 2006. Production and Productivity Growth in Chinese Agriculture: New National and Regional Measures. *China's Agricultural Development: Challenges and Prospects*, pp.129-51.
- Fang, C. & Beghin, J.C., 2000. Working Paper 99-WP 223 Food Self-Sufficiency, Comparative Advantage, and Agricultural Trade: A Policy Analysis Matrix for Chinese Agriculture. Paper. Ames, Iowa: Iowa State University.
- Fang, C. & Meiyan, W., 2011. East Asia Forum. [Online] Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2011/01/29/chinese-wages-and-the-turning-point-in-the-chinese-economy/> [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Fang, C. & Wang, D., 2005. Demographic transition: implications for growth. In R. Garnaut & L. Song, eds. *The China Boom And Its Discontents*. 1st ed. Adelaide, Australia: Asia Pacific Press. p.267.
- Fang, C., 2010. Lewis Turning Point & Reorientation of Public Policy Towards Migrants. [Online] Disponível em: <http://www.cpc.ac.uk/resources/documents/esrccassjune2010/caifang.pdf> [Consultado a 13 de Março de 2014].
- FAO, 1975. Report of the World Food Conference, 5-16 Novembro, 1974. Nova Iorque, 1975. FAO.

- FAO, 1996. Rome Declaration On World Food Security. In World Food Summit. Roma, 1996. FAO.
- FAO, 1996. Food Security Issues at Country Level. [Online] Disponível em: HYPERLINK "http://www.fao.org/wfs/index_en.htm" http://www.fao.org/wfs/index_en.htm [Consultado a 17 de Dezembro de 2012].
- FAO, 2002. Chapter 2. Food security: concepts and measurement. [Online] Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm#fn26> [Consultado a 16 de Dezembro de 2012].
- FAO, 2008. An Introduction to the Basic Concepts of Food Security. [Online] Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/al936e/al936e00.pdf> [Consultado a 15 de Dezembro de 2012].
- FAO, 2009. Africa's sleeping giant. [Online] Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/20964/icode/> [Consultado a 31 de Março de 2017].
- FAO, 2012. 37 Irrigation in Southern and Eastern Asia in figures. FAO Water Reports. Roma: FAO FAO.
- FAO, 2013. Mechanization for Rural Development: A review of patterns and progress from around the world. Report. Roma: FAO FAO.
- FAO, 2014. FAO STATISTICAL YEARBOOK 2014. Report. Bangkok: FAO FAO.
- Fariello, D., 2011. China quer construir ferrovia de R\$ 10 bi de Cuiabá a Santarém. [Online] Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/china-quer-construir-ferrovia-de-r-10-bi-de-cuiaba-a-santarem/n1597186139774.html> [Consultado a 20 de Março de 2017].
- Fernandes, A.H. & Duarte, A.P., 1999. Da Hostilidade à Construção de Paz. Para uma Revisão Crítica de Alguns Conceitos Estratégicos. Nação e Defesa, (91), pp.95-127.
- Ferrando, T., 2014. Beyond the BRIC's Rhetoric: An Inquiry on South-South Land Grabbing. [Online] Disponível em: <http://triplecrisis.com/beyond-the-bricss-rhetoric-an-inquiry-on-south-south-land-grabbing/> [Consultado a 31 de Março de 2017].
- Findlay, A., 1995. Population Crises: The Malthusian Specter? In P.J.T.M.J.W. R. J. Johnson, ed. Geographies of Global Change. Blackwell Publishers. pp. 167-68.
- Fischer, G. & Shah, M., 2010. Farmland Investments and Food Security. Laxenburg, Austria: International Institute for Applied Systems Analysis.
- Fischhoff, B., Hope, C. & Watson, S.R., 1984. Defining Risk. Policy Sciences, (17), pp. 123-39.

- Fleisher, B.M. & Liu, Y., 1992. Economies of scale, plot size, human capital, and productivity in Chinese agriculture. *Quarterly Review of Economics and Finance*, 32(3), pp. 112-23.
- FOCAC, 2000. Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation. [Online] Disponível em: <http://www.focac.org/eng/wjjh/hywj/t157833.htm> [Consultado a 20 de Abril de 2017].
- FOCAC, 2009. FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION SHARM EL SHEIKH ACTION PLAN(2010-2012). [Online] FOCAC Disponível em: <http://www.focac.org/eng/ltada/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm> [Consultado a 3 de Abril de 2017].
- Freeman, D., Holslag, J. & Weil, S., 2008. China's foreign farming policy. Paper. Bruxelas: BICCS Brussels Institute of Contemporary China Studies.
- Freemantle, S. & Stevens, J., 2013. China's food security challenge: what role for Africa? In F. Cheru & R. Modi, eds. *Agricultural development and food security in Africa The impact of Chinese, Indian and Brazilian investments*. Londres, Nova Iorque: Zed Books. p.263.
- Freund, S., 2016. What's Next For China-Israel Investments?. [Online] Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/shlomofreund/2016/09/22/whats-next-for-china-israel-investments/#84d0275ffacb> [Consultado a 1 de Março de 2017].
- G77, 2009. STATEMENT ON BEHALF OF THE GROUP OF 77 AND CHINA. [Online] G77 Disponível em: <http://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=091201> [Consultado a 30 de Março de 2017].
- Ganzel, B., 2009. Farm Boom of the 1970s. [Online] Disponível em: http://www.livinghistoryfarm.org/farminginthe70s/money_02.html [Consulta do a 16 de Dezembro de 2012].
- Garcia-Herrero, A., Xia, L. & Casanova, C., 2015. Chinese outbound foreign direct investment: How much goes where after roundtripping and offshoring? Working Paper. Hong Kong: BBVA.
- Garnett, T. & Wilkes, A., 2014. Appetite for change Social, economic and environmental transformations in China's food system. Report. Oxford : University of Oxford Oxford Martin School.
- Gaudreau, M., 2014. Seeds, Grain Trade, and Power Off-land: Chinese Agribusiness in Global Agrarian Change. In *Land grabbing, conflict and agrarian-environmental transformations: perspectives from East and Southeast Asia.*, 2014. Chiang Mai University.
- Gayathri, A., 2013. Smithfield Foods Shareholders Approve \$4.7 Billion Acquisition By China's Shuanghui. [Online] *International Business Times* Disponível em: <http://www.ibtimes.com/smithfield-foods-shareholders-approve-47-billion-acquisition-chinas-shuanghui-1410564> [Consultado a 4 de Março de 2017].
- Geping, Q. & Jinchang, L., 1994. *Population and the Environment in China*. 1st ed. Translated by J.B.&G. Ran. London: Lynne Rienner Publishers.

- Gidadhubli, R.G. & Mohanty, A., 2002. Farm Land Law of Russia: Changing Course of History? *Economic and Political Weekly*, 37(35), pp. 3587-90.
- Goebel, C. & Ong, L., 2012. Social Unrest in China. Report. Europe China Research and Academic Network (ECRAN).
- Goetz, A., 2015. Pushing the Limits: International Land Acquisitions in Comparative Perspective. PhD Thesis. Wilfrid Laurier University.
- Gooch, E. & Gale, F., 2015. Get Ready for Chinese Overseas Investment in Agriculture. [Online] Disponível em: <http://www.choicesmagazine.org/choices-magazine/theme-articles/2nd-quarter-2015/get-ready-for-chinese-overseas-investment-in-agriculture#sthash.qnVmegJe.dpuf> [Consultado a 14 de Maio de 2016].
- Gransow, B., 2013. China's South-South Relations. *China History and Society*, 42, pp.3-7.
- Greenhalgh, S. & Winckler, E.A., 2005. *Governing China's Population: From Leninist to Neoliberal Biopolitics*. California: Stanford University Press.
- Greenhalgh, S., 2003. Planned births, unplanned persons: "Population" in the making of Chinese modernity. *American Ethnologist*, 30(2), pp. 196-215.
- Grieger, G., 2016. PE. 586.608 One Belt, One Road (OBOR): China's regional integration initiative. Report. European Parliament.
- Gu, J., Chuanhong, Z., Vaz, A. & Mukwereza, L., 2016. Chinese State Capitalism? Rethinking the Role of the State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa. *World Development*, 81, pp. 24–34.
- Gui-Ying, C., 2001. 2 The Future Population of China: Prospects to 2045 by Place of Residence and by Level of Education. Research Paper. Singapura: National University Of Singapore. IIASA Interim Report IR-00-026
- Gumbel, P., 2013. Guess Who's Bullish on Europe? China's New Investment Play. [Online] Disponível em: <http://business.time.com/2013/06/03/europes-new-wave-chinese-acquisitions/> [Consultado a 6 de Março de 2017].
- Guoqiang, C. & Hongzhou, Z., 2014. China's Global Agricultural Strategy: An Open System To Safeguard The Country's Food Security. Working Paper No. 282. Singapura: S. Rajaratnam School of International Studies S. Rajaratnam School of International Studies.
- Gupta, M.D. et al., 2002. WPS2942 Why is Son Preference so Persistent in East and South Asia? A Cross-Country Study of China India, and the Republic of Korea. Policy Research Working Paper. Washington, DC, EUA: The World Bank.
- Gustini, R., 2011. Explaining China and Colombia's 'Alternative' Panama Canal. [Online] Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2011/02/explaining-china-and-colombia-s-alternative-panama-canal/342248/> [Consultado a 20 de Março de 2017].
- Gyton, G., 2014. Romania and China keen to develop livestock cooperation. [Online] Disponível em: <http://www.globalmeatnews.com/Industry-Markets/Romania->

- [and-China-keen-to-develop-livestock-cooperation](#) [Consultado a 14 de Março de 2017].
- Hai, W. & Zhong, K., 1999. The Impacts of The Asian Economic Crisis On China's Foreign Trade. [Online] Disponível em: <http://finance.sina.com.cn/d/20040611/1327809493.shtml> [Consultado a 20 de Janeiro de 2017].
- Hanauer, L. & Morris, L.J., 2014. Chinese Engagement in Africa Drivers, Reactions, and Implications for U.S. Policy. Report. RAND.
- Haub, C., 2011. Population Reference Bureau. [Online] Population Reference Bureau Disponível em: <http://www.prb.org/Publications/Articles/2011/china-census-results.aspx> [Consultado a 10 de Março de 2014].
- Haymes, Y.Y., 2009. On the Complex Definition of Risk: A Systems-Based Approach. *Risk Analysis*, 29(12), pp. 1647-54.
- Hesketh, T. & Xing, Z.W., 2006. Abnormal sex ratios in human populations: Causes and consequences. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 103(36), pp. 13271-75.
- Hess, S. & Aidoo, R., 2010. Beyond the Rhetoric: Noninterference in China's African Policy. *African and Asian Studies*, 9, pp. 356-83.
- Hess, S. & Aidoo, R., 2015. Non-Interference 2.0: China's Evolving Foreign Policy towards a Changing Africa. *Journal of Current Chinese Affairs*, 44(1), pp.107-139.
- Hoekstra, A.Y. & Hung, P.Q., 2002. "Virtual water trade." A quantification of virtual water flows between nations in relation to international crop trade. *VALUE OF WATER RESEARCH REPORT SERIES NO. 11*. Delft: IHE Delft.
- Holdaway, J., 2015. Urbanisation, rural transformations and food security: the view from China. Working Paper. Londres: IIED.
- Holton, G.A., 2004. Defining Risk. *Financial Analysts Journal*, 60(6), pp.19-25.
- Hongnan, M. & Rosenberg, E., 1998. Learning Womanhood in China. *Anthropology and Humanism*, 23(1), pp. 5-29.
- Hongxiang, H., 2014. Chinese companies stuck in image crisis overseas. [Online] chinadialogue Disponível em: <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7272-Chinese-companies-stuck-in-image-crisis-when-overseas> [Consultado a 20 de Maio de 2016].
- Hongzhou, Z., 2011. China and Global Food Security: Conflicting Notions. [Online] Disponível em: <http://www.rsis.edu.sg/publications/Perspective/RSIS0072011.pdf> [Consultado a 4 de Outubro de 2012].
- Hongzhou, Z., 2012. China's Economic Restructuring: Role of Agriculture. Working Paper No. 240. Singapura: RSIS.
- Hongzhou, Z., 2012. China's Food Security: Threats from Conflicts of Interest. [Online] Disponível em: <https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/rsis/1694->

- [chinas-food-security-threa/#.WJnHw7aLSAw](#) [Consultado a 3 de Fevereiro de 2017].
- Hongzhou, Z., 2012. Feeding the Asian: Agricultural R&D and Food Security. Report. Singapura: RSIS.
- Hongzhou, Z., 2014. China is Marching West for Food. [Online] Disponível em: <http://isnblog.ethz.ch/international-relations/china-is-marching-west-for-food> [Consultado a 15 de Março de 2017].
- Hongzhou, Z., 2016. China's Global Food Quest. [Online] Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/03/chinas-global-food-quest/> [Consultado a 2 de Março de 2017].
- Horta, L., 2014. Chinese Agriculture Goes Global. [Online] Disponível em: <http://yaleglobal.yale.edu/content/chinese-agriculture-goes-global> [Consultado a 30 de Janeiro de 2017].
- Huang, H., 2013. Signal Left, Turn Right: Central Rhetoric and Local Reform in China. Political Research Quarterly, pp. 0-43.
- Huang, J. & Ma, H., 2010. Capital Formation and Agriculture Development in China. Report. Roma: FAO FAO.
- Huang, J. & Rozelle, S., 2006. The emergence of agricultural commodity markets in China. China Economic Review, 17, pp. 266-80.
- Huang, J., Liu, Y., Martin, W. & Rozelle, S., 2009. Changes in trade and domestic distortions affecting China's agriculture. Food Policy, 34, pp. 407-16.
- Huang, J., Wang, X. & Qiu, H., 2012. Small-scale farmers in China in the face of modernisation and globalisation. Report. London/The Hague: IIED/HIVOS Chinese Academy of Science.
- Huang, J., Yang, J. & Rozelle, S., 2012. 'Changing Food Consumption Pattern and Demand for Agri-based Industrial Products in China: Implications for Southeast Asia's Agricultural Trade. In P.S.I. Jr., S. Oum & M.J.O. Simorangkir, eds. Agricultural Development, Trade and Regional Cooperation in Developing East Asia. Economic Research Institute for ASEAN and East Asia (ERIA).
- Huang, Z., 2017. Chinese president Xi Jinping has vowed to lead the "new world order". [Online] Quartz Disponível em: <https://qz.com/916382/chinese-president-xi-jinping-has-vowed-to-lead-the-new-world-order/> [Consultado a 22 de Fevereiro de 2017].
- Huiyao, W., 2013. China's National Talent Plan: Key Measures and Objectives. [Online] Disponível em: http://robohub.org/wp-content/uploads/2013/07/Brookings_China_1000_talent_Plan.pdf [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Hvistendahl, M., 2011. Unnatural Selection. Nova Iorque: Public Affairs.
- Ikenberry, J., 2008. The Rise of China and the Future of the West. Foreign Affairs, 87(1), p. 23.

- Information Office of the State Council Of the People's Republic of China, 1995. Permanent Mission Of The People's Republic Of China To The United Nations Office At Geneva And Other International Organizations In Switzerland. [Online] Beijing Disponível em: <http://www.china-un.ch/eng/bjzl/t176938.htm> [Consultado a 9 de Setembro de 2013].
- Information Office of the State Council Of the People's Republic of China, 1996. The Grain Issue in China. [Online] Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/grainissue/g-3.htm>.
- International Property Rights Index, 2016. International Property Rights Index. [Online] Disponível em: <http://internationalpropertyrightsindex.org/country?c=BRAZIL> [Consultado a 17 de Março de 2017].
- Jacoby, H.G., Li, G. & Rozelle, S., 2002. Hazards of Expropriation: Tenure Insecurity and Investment in Rural China. Working Paper. University of California Davis.
- Jeffery, R., 2009. Evaluating the 'China threat': power transition theory, the successor-state image and the dangers of historical analogies. *Australian Journal of International Affairs*, 63(2), pp. 309-324.
- Jiali, L., n.d. Sino-Africa Agricultural Cooperation Experience Sharing. [Online] Disponível em: <http://www.iprcc.org/userfiles/file/Li%20Jiali-EN.pdf> [Consultado a 7 de Abril de 2017].
- Jianbo, L. & Xiaomin, Z., 2009. China's African Policy and its Soft Power. *AntePodium*, pp. 1-18.
- Jiantang, M., 2011. Press Release on Major Figures of the 2010 National Population Census. Press Release. National Bureau of Statistics of China.
- Jin, S., Huang, J., Hu, R. & Rozelle, S., 2001. The Creation and Spread of Technology and Total Factor Productivity in China's Agriculture. *American Journal of Agricultural Economics*, 84(4), pp.916-30.
- Jinyan, Z., 2015. Neither 'Land Grab' nor 'Friendship Farm': Chinese Agricultural Engagement in Angola. In *Agricultural Investment in Africa: Land Grab' or 'Friendship Farm'*, 2015. SAIS China-Africa Research Initiative.
- King, G., 2012. *Smithsonian*. [Online] Disponível em: <http://blogs.smithsonianmag.com/history/2012/09/the-silence-that-preceded-chinas-great-leap-into-famine/> [Consultado a 8 de Setembro de 2013].
- Kirchfeld, A., Baigorri, M. & Ho, P., 2017. ChemChina Files for U.S. Antitrust Approval on Syngenta Deal. [Online] Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-01-20/chemchina-files-for-u-s-antitrust-approval-of-syngenta-deal> [Consultado a 1 de Março de 2017].
- Kit, T.S., 2015. Noble Group to sell remaining stake in farm unit to China's Cofco. [Online] Disponível em: <http://www.channelnewsasia.com/news/business/singapore/noble-group-to-sell/2371306.html> [Consultado a 1 de Março de 2017].

- Kleine-Ahlbrandt, S. & Small, A., 2008. China's New Dictatorship Diplomacy. *Foreign Affairs*, 87(1), pp. 38-56.
- Kuo, L., 2016. China is on a mission to modernize African farming—and find new markets for its own companies. [Online] Disponível em: <https://qz.com/788657/a-chinese-aid-project-for-rwandan-farmers-is-actually-more-of-a-gateway-for-chinese-businesses/> [Consultado a 16 de Fevereiro de 2017].
- Kuo, L., 2016. China is on a mission to modernize African farming—and find new markets for its own companies. [Online] Quartz Disponível em: <https://qz.com/788657/a-chinese-aid-project-for-rwandan-farmers-is-actually-more-of-a-gateway-for-chinese-businesses/> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2017].
- Land Matrix, 2017. Land Matrix. [Online] Disponível em: landmatrix.org.
- Lee, S.-J., 2009. China's Soft Power: Its Limits and Potentials. Issue Briefing. East Asia Institute.
- Lehmann, J.-P. & Ninkovic, N., 2013. PreviousNext Tibet and 21st Century Water Wars How will the Tibetan Plateau determine the course of Asia's future? [Online] Disponível em: <https://www.theglobalist.com/tibet-and-21st-century-water-wars/> [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017].
- Levitt, J., 2014. The Land of Milk: Israel's Super Cows Are the World's Most Productive. [Online] Disponível em: <http://www.algemeiner.com/2014/03/11/the-land-of-milk-israels-super-cows-are-the-worlds-most-productive-video/> [Consultado a 1 de Março de 2017].
- Li, C. & Zhang, X., 2017. China as a Global Investor: Recent Trends and Implications for Canada. Occasional Paper Series. Alberta: University of Alberta University of Alberta.
- Li, G., Feng, Z. & You, L., 2013. Re-examining the inverse relationship between farm size and efficiency: the empirical evidence in China. *China Agricultural Economic Review*, 5(4), pp. 473-88.
- Li, J.D.P., n.d. Rural land tenure reforms in China: issues, regulations and prospects for additional reform. Seattle, Washington: FAO FAO.
- Lin, J.Y., 1988. The Household Responsibility System in China's Agricultural Reform: A Theoretical and Empirical Study. *Economic Development and Cultural Change*, 36(3), pp. 199-224.
- Liping, G., 2016. China's soybean imports hit 81.7 mln tons. [Online] Disponível em: <http://www.ecns.cn/business/2016/04-14/206729.shtml> [Consultado a 15 de Março de 2017].
- Liu, C., 2015. Bright Food continues with overseas expansion. [Online] Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/world/2015-03/06/content_19732289.htm [Consultado a 5 de Março de 2017].
- Lixia, T. et al., 2015. Blurring the Lines between Aid and Business in the Agricultural Technology Demonstration Centre in Zimbabwe. Working Paper 129.

- Lopes, B.F., do Nascimento, D.C. & Vadel, J.A., 2009. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. Associação Brasileira de Relações Internacionais, 8(2), pp. 81-99.
- Lu, X. et al., 2013. A Review of Farmland Fragmentation in China. *Journal of Resources and Ecology*, 4(4), pp. 344-52.
- Lum, T., 2006. RL33416 Social Unrest in China. Report. Washington, DC: Cornell University Cornell University.
- Macauhub, 2015. China largest importer of farm products from Brazil in 2014. [Online] Disponível em: <http://www.macauehub.com.mo/en/2015/01/21/china-largest-importer-of-farm-products-from-brazil-in-2014/> [Consultado a 15 de Março de 2017].
- Malik, M., 2010. South-South Bilateral Investment Treaties: The same old story? In IV Annual Forum for Developing Country Investment Negotiators. Nova Déli, 2010. IISD.
- Malthus, T., 1798. An Essay On The Principle Of Population. London: Electronic Scholarly Publishing Project.
- May, K., 2013. Chinese agricultural overseas investment: trends, policies and CSR. *Transnational Corporations*, 22(3), pp. 43-75.
- Mazur, A. & Michalek, J., 1998. Marriage, Divorce, and Male Testosterone. *Social Forces*, 77, pp.315-30.
- McKinsey, 2016. China's One Belt, One Road: Will it reshape global trade? [Online] Disponível em: <http://www.mckinsey.com/global-themes/china/chinas-one-belt-one-road-will-it-reshape-global-trade> [Consultado a 14 de Março de 2017].
- Mikesell, S., 2014. Which Country Plans to "Take Control of Its Own Food Bowl"? [Online] Disponível em: <http://www.thecropsite.com/newsletter/155/which-country-plans-to-take-control-of-its-own-food-bowl-28th-january-2014/> [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017].
- Ministry of Business, Innovation and Employment of New Zealand, 2017. SYNLAIT MILK LIMITED (1600872) Registered. [Online] Disponível em: <https://www.companiesoffice.govt.nz/companies/app/ui/pages/companies/1600872/shareholdings> [Consultado a 24 de Fevereiro de 2017].
- Morton, K., 2012. 30 Learning by Doing: China's Role in the Global Governance of Food Security. Working Paper. Indiana University.
- Muhiudeen, C., 2013. Challenges of hiring the right talent. [Online] Disponível em: http://www.chinadailyasia.com/opinion/2013-05/03/content_15073710.html [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Mulligan, M., 2008. Campofrio confirms deal with Smithfield subsidiary. [Online] Financial Times Disponível em: http://www.ft.com/cms/s/0/74628154-4318-11dd-81d0-0000779fd2ac.html?ft_site=falcon&desktop=true#axzz4aYKUbtTrT [Consultado a 4 de Março de 2017].

- Murphy, S., Burch, D. & Clapp, J., 2012. Cereal Secrets: The world's largest commodity traders and global trends in agriculture. Oxfam Research Report. Oxford: Oxfam Oxfam.
- Myers, M. & Jie, G., 2015. China's Agricultural Investment in Latin America: A Critical Assessment. China and Latin America Report. The Dialogue.
- Mykal, O., 2016. Why China Is Interested in Ukraine. [Online] The Diplomat Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/03/why-china-is-interested-in-ukraine/> [Consultado a 12 de Março de 2017].
- Nações Unidas, 2013. ESA/P/WP.228 World Population Prospects: The 2012 Revision, Highlights and Advance Tables. Working Paper. Nova Iorque: Nações Unidas.
- Nan, Z., 2016. Brazil now China's biggest source of beef imports. [Online] Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2016-08/08/content_26379954.htm [Consultado a 16 de Março de 2017].
- Nash, P., 2012. China's "Going Out" Strategy. [Online] Disponível em: <http://www.diplomaticourier.com/china-s-going-out-strategy/> [Consultado a 29 de Janeiro de 2017].
- NBSC, 2016. National Bureau of Statistics of China. [Online] Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm> [Consultado a 4 de Janeiro de 2017].
- NEPAD, 2001. NEPAD Framework. [Online] Disponível em: <http://www.nepad.org/resource/new-partnership-africas-development> [Consultado a 9 de Abril de 2017].
- Norse, D., Lu, Y. & Huang, J., 2014. China's Food Security: Is it a National, Regional or Global Issue? In K. Brown, ed. China and the EU in Context. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan. pp. 251- 302.
- OCDE, 2012. China in Focus: Lessons and Challenges. Report. Paris: OCDE OCDE.
- OCDE/FAO, 2013. OECD-FAO Agricultural Outlook 2013. Report. OCDE Publishing.
- Palmer, M., 1996. Controlling Reproduction: Birth Limitation. In S. Lubman, ed. China's Legal Reforms. 1st ed. Nova Iorque: Oxford University Press.
- People's Daily, 2002. Full Text of Jiang Zemin's Report at 16th Party Congress. [Online] Disponível em: http://en.people.cn/200211/18/eng20021118_106984.shtml [Consultado a 30 de Janeiro de 2017].
- People's Daily, 2009. People's Daily Online. [Online] Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/90002/98666/98965/6820080.html> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2014].
- People's Republic of China, 2007. 1950 Marriage Law of People's Republic of China. [Online] Disponível em: <http://www.paulnoll.com/China/Mao/Marriage-Pages-1.html> [Consultado a 10 de Fevereiro de 2014].

- Pestana, L., 2016. Iniciativa de Cinturão e Rota - oportunidade para Portugal? [Online] Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2016-11/11/c_135822507.htm [Consultado a 14 de Março de 2017].
- Ping, L., 2008. CATO Institute. [Online] Disponível em: <https://www.cato.org/publications/commentary/chinas-no-1> [Consultado a 3 de Janeiro de 2017].
- Pletcher, K., 2010. Encyclopaedia Britannica. [Online] Disponível em: <http://www.britannica.com/topic/1710568/history> [Consultado a 10 de Setembro de 2013].
- Polaris, J., 1964. The Sino-Soviet Dispute: Its Economic Impact on China. *International Affairs*, 40(4), pp. 647-58.
- Poston, D., 2011. All Girls Allowed. [Online] Disponível em: <http://www.allgirlsallowed.org/blog/posts/dudley-poston-gendercide-and-its-implications-global-security> [Consultado a 10 de Fevereiro de 2014].
- Pozzebon, S., 2014. Chinese Cooking Is Suddenly Looking More Mediterranean. [Online] Disponível em: <http://www.businessinsider.com/bright-food-buys-italian-olive-oil-maker-salov-2014-10> [Consultado a 5 de Março de 2017].
- PwC, 2015. China's agricultural challenges Roads to be travelled. Paper. PWC.
- Qian, Y., 1999. The Process of China's Market Transition (1978-98): The Evolutionary, Historical, and Comparative Perspectives. In *Big-Bang Transformation of Economic Systems as a Challenge to New Institutional Economics*. Wallerfangen/Saar, 1999. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*.
- Qiu, H. & Veen, W.V., 2014. Matching China's agricultural supply and demand data. In ASSA-CES. Philadelphia, 2014.
- Reed, E., 2015. Smithfield eyes Europe expansion after Campofrio sale. [Online] Global Meat News Disponível em: <http://www.globalmeatnews.com/Industry-Markets/WH-Group-s-Smithfield-Foods-eyes-Europe-expansion-after-Campofrio-sale> [Consultado a 5 de Março de 2017].
- Reuters, 2012. Chinese group Bright Food buys Bordeaux wine exporter Diva. [Online] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/brightfood-wine-diva-idUSL5E8HN1Z920120623> [Consultado a 6 de Março de 2017].
- Reuters, 2013. Spain's Campofrio to be owned by Sigma and Shuanghui. [Online] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/spain-campofrio-sigma-idUSE8N0H602G20131223> [Consultado a 1 de Março de 2017].
- Reuters, 2014. China's Bright Food buys majority stake in Italian olive oil group. [Online] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-brightfood-italy-acquisition-idUSKCN0HW1LK20141007> [Consultado a 3 de Março de 2017].
- Reuters, 2015. China signals policy shift away from bumper harvests. [Online] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/china-agriculture-idUSL3N0WP2G820150323> [Consultado a 30 de Janeiro de 2017].

- Rice-Oxley, M., 2008. Christian Science Monitor. [Online] Disponível em: <http://www.csmonitor.com/World/2008/0603/p12s01-wogn.html> [Consultado a 16 de Dezembro de 2012].
- Roache, S.K., 2012. China's Impact on World Commodity Markets. WP/12/115. IMF.
- Roy, D., 1996. The "China Threat" Issue: Major Arguments. Asian Survey, 36(8), pp. 758-71.
- Ruthkowski, R., 2013. Peterson Institute Of International Economics. [Online] Disponível em: <http://blogs.piie.com/china/?p=2227> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2014].
- Sampson, R.J. & Laub, J.H., 1990. Crime and Deviance Over the Life Course: The Salience of Adult Social Bonds. American Sociological Review, 55(5), pp.609-27.
- Schiavenza, M., 2013. A Surprising Map of the World Shows Just How Big China's Population Is. [Online] Disponível em: <https://www.theatlantic.com/china/archive/2013/08/a-surprising-map-of-the-world-shows-just-how-big-chinas-population-is/278691/> [Consultado a 1 de Abril de 2017].
- Schneider, M. & Sharma, S., 2014. China's Pork Miracle? Agribusiness and Development in China's Pork Industry. Report. Institute for Agriculture and State Policy.
- SCMP, 2017. China's forex reserves drop below US\$3 trillion for first time in six years. [Online] Disponível em: <http://www.scmp.com/news/article/2068798/chinas-forex-reserves-drop-below-us3-trillion-first-time-6-years> [Consultado a 13 de Fevereiro de 2017].
- Scott, J. & Wilkinson, R., 2013. China Threat? Evidence from the WTO. Journal of World Trade, 47(4), pp. 761-82.
- Sen, A., 1981. Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements. The Quarterly Journal of Economics, 96(3), pp. 433-64.
- Sen, A., 1999. Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações. Translated by F.e. Silva. Lisboa: Terramar.
- Seto, K.C., 2013. What Should We Understand about Urbanization in China? [Online] Yale School of Management Disponível em: <http://insights.som.yale.edu/insights/what-should-we-understand-about-urbanization-in-china> [Consultado a 17 de Janeiro de 2017].
- Shalizi, Z., 2006. Addressing China's Growing Water Shortages and Associated Social and Environmental Consequences. Working Paper WPS3895. Washington, DC: World Bank
- Shambaugh, D., 2013. China Goes Global: The Partial Power. Oxford University Press.
- Shaofeng, C., 2011. Has China's Foreign Energy Quest Enhanced Its Energy Security? The China Quarterly, 207, pp. 600-25.

- Shapiro, J., 2001. *Mao's War Against Nature*. New York: Cambridge University Press.
- Shih, T.H., 2015. China's Smithfield Foods sells stake in Campofrio Food Group. [Online] Disponível em: <http://www.scmp.com/business/companies/article/1816174/chinas-smithfield-foods-sells-stake-campofrio-food-group> [Consultado a 4 de Março de 2017].
- Shuli, H., 2009, China Digs Deeper for 'San Nong' Reform. *Caijing*. [Online] Disponível em: <http://english.caijing.com.cn/2009-02-17/110069816.html> [Consultado a 26 de Dezembro de 2016].
- Smaller, C., Wei, Q. & Yalan, L., 2012. *Farmland and Water: China Invests Abroad*. Report. Winnipeg, Manitoba, Canada: International Institute for Sustainable Development International Institute for Sustainable Development.
- Smaller, C., Wei, Q. & Yalan, L., 2012. *Farmland and Water: China invests abroad*. Winnipeg, Manitoba: The International Institute for Sustainable Development The International Institute for Sustainable Development.
- Smolin, D.M., 2011. The Missing Girls of China: Population, Policy, Culture, Gender, Abortion, Abandonment and Adoption in East-Asian Perspective. *Cumberland Law Review*, 41(1).
- Sonntag, B.H., Huang, J., Rozelle, S. & Skerritt, J.H., 2005. *China's Agricultural and Rural Development In the Early 21st Century*. Canberra, Australia: Australian Centre For International Agricultural Research.
- Spence, J.D., 1990. *The Search For Modern China*. Nova Iorque, Londres: W. W. Norton & Company.
- Steele, J., 2013. Are Domestic Food Security Concerns the Primary Motivation for Chinese Companies to 'Go Out' and Invest in Agricultural Projects Abroad? In *The ACYA Journal of Australia-China Affairs*. Sidney, Australia: Australia-China Youth Association & University of Sydney China Studies Centre. pp.33-39.
- Stein, R., 2014. Tnuva and Bright Food seen reaching deal. [Online] Disponível em: <http://www.globes.co.il/en/article-tnuva-and-bright-food-seen-reaching-deal-1000937072> [Consultado a 27 de Fevereiro de 2017].
- Tan, M., M Robinson, G., Li, X. & Xin, L., 2013. Spatial and Temporal Variability of Farm Size in China in Context of Rapid Urbanization. *Chinese Geographical Science*, 23(5), pp. 607–19.
- Tan, M., M Robinson, G., Xiubin Li & Xin, L., 2013. Spatial and Temporal Variability of Farm Size in China in Context of Rapid Urbanization. *Chinese Geographical Science*, 23(5), pp. 607–619.
- Tao, H. & Xie, C., 2015. A Case Study of Shuanghui International's Strategic Acquisition of Smithfield Foods. *International Food and Agribusiness Management Review*, 18(1), pp. 145-66.
- The Concise Encyclopedia of Economics, W. Arthur Lewis, 2008. *Library of Economics and Liberty*. [Online] Disponível

- em: <http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Lewis.html> [Consultado a 14 de Março de 2014].
- The Economist Intelligence Unit, 2016. "One Belt One Road: An Economic Roadmap". Report. The Economist.
- The Food Futurist, 2013. Beyond the merger Shuanghui-Smithfield. [Online] Disponível em: <https://hfgfoodfuturist.com/2013/09/07/beyond-the-merger-shuanghui-smithfield/> [Consultado a 1 de Março de 2017].
- The Information Office of the State Council, 2010. China-Africa Economic and Trade Cooperation. [Online] The Information Office of the State Council Disponível em: <http://english.cri.cn/6909/2010/12/23/2741s611673.htm> [Consultado a 8 de Abril de 2017].
- The Jerusalem Post, 2011. Makhteshim Agan, ChemChina Complete Record \$2.4B Merger. [Online] Disponível em: <http://www.jpost.com/Business/Business-News/Makhteshim-Agan-ChemChina-complete-record-24b-merger> [Consultado a 2 de Março de 2017].
- The National People's Congress of the People's Republic of China, 1980. The National People's Congress of the People's Republic of China. [Online] Disponível em: http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/13/content_1384064.htm [Consultado a 8 de Setembro de 2013].
- The Sentinel Analytical Group, 2015. China Looks to Lease Large Tracts of Russian Land in Siberia. [Online] Disponível em: <http://thesentinel.ca/russia-approves-chinese-land-leasing-in-siberia/> [Consultado a 9 de Março de 2017].
- The Telegraph, 2017. Davos 2017: Chinese leader Xi Jinping says there will be 'no winners' in a trade war as World Economic Forum begins. [Online] Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/business/2017/01/17/davos-2017-breaking-news-updates-world-economic-forum-begins/> [Consultado a 17 de Janeiro de 2017].
- The Wall Street Journal, 2013. Rising Wages Pose Dilemma for China. [Online] Disponível em: <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424127887324767004578488233119290670> [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Thomas, D., 2011. China Bright Food to buy Manassen for over \$516 million. [Online] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-brightfood-manassen-idUSTRE77D19C20110814> [Consultado a 3 de Março de 2017].
- Toplensky, R., 2017. EU nears approval of ChemChina takeover of Syngenta. [Online] Disponível em: <https://www.ft.com/content/44777ada-ff5c-11e6-96f8-3700c5664d30> [Consultado a 3 de Março de 2017].
- Tugendhat, H. & Alemu, D., 2016. Chinese Agricultural Training Courses for African Officials: Between Power and Partnerships. *World Development*, 81, pp.71-81.
- Tull, D.M., 2006. China's Engagement in Africa: Scope, Significance and Consequences. *The Journal of Modern African Studies*, 44(3), pp. 459-79.

- Tung, M.T., 1945. We Must Learn To Do Economic Work. [Online] Disponível em: http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-3/mswv3_22.htm [Consultado a 20 de Dezembro de 2012].
- Tyson, L., 2012. The Benefits of Chinese FDI. [Online] Project Syndicate Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/the-benefits-of-chinese-fdi-by-laura-tyson> [Consultado a 1 de Abril de 2016].
- U.S. International Trade Commission, 2011. China's Agricultural Trade: Competitive Conditions and Effects on U.S. Exports. Investigation No. 332-518. Washington, DC: DIANE Publishing U.S. International Trade Commission.
- UN, 2016. Financing peacekeeping. [Online] Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml> [Consultado a 3 de Abril de 2017].
- UNEP, 2011. One Small Planet, Seven Billion People by Year's End and 10.1 Billion by Century's End. [Online] Disponível em: https://na.unep.net/geas/getUNEPPageWithArticleIDScript.php?article_id=71 [Consultado a 15 de Abril de 2014].
- UNFPA Asia and Pacific Regional Office, 2012. Sex Imbalances at Birth: Current trends, consequences and policy implications. Banguécoque: UNFPA UNFPA.
- UNIAP, 2009. United Nations Inter-Agency Project on Human Trafficking. [Online] Disponível em: <http://www.no-trafficking.org/china.html> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2014].
- UNIAP, n.d. Compulsory Education Law of the People's Republic of China. [Online] UNIAP Disponível em: http://www.no-trafficking.org/content/pdf/compulsory_education_law_of_the_people_republic_of_chi_1.pdf.
- UNICEF, 1990. E/ICEF/1990/L.6,) Março 1990 Strategy for Improved Nutrition of Children and Women in Developing Countries. Policy Review. Nova Iorque: UNICEF.
- United Nations Office for South-South Cooperation, n.d. What Is South-South Cooperation? [Online] United Nations Office for South-South Cooperation Disponível em: http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html [Consultado a 30 de Março de 2017].
- UN-WATER, 2005. Water: Facts and Trends. [Online] Disponível em: http://www.unwater.org/downloads/Water_facts_and_trends.pdf [Consultado a 22 de Dezembro de 2012].
- Van, J.L., 2012. A road accident: the inside story of the Polish highway that wasn't built by Chinese firms. Report. European Council.
- Veeck, G. & Shui, W., 2011. China's Chiet Agricultural Revolution: Policy and Programs of the New Millenium. Eurasian Geography and Economics, 52(2), pp.242-63.

- Veeck, G., 2013. China's Food Security: past success and future challenges. *Eurasian Geography and Economics*, 54(1), pp. 42-56.
- Vendryes, T., 2012. Facing the Risks of the "Going Out Strategy". Report. European Council on Foreign Relations.
- Waldmeir, P., 2014. China's Bright Food buys into Italian olive oil maker Salov. [Online] Disponível em: <https://www.ft.com/content/2ad15fc2-4e94-11e4-adfe-00144feab7de> [Consultado a 2 de Março de 2017].
- Wan, F., 2014. China's Food Security, 2.0 And Beyond. [Online] Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/fredawan/2014/05/21/china-food-security/#5beb8bf7fb07> [Consultado a 10 de Fevereiro de 2017].
- Wang, H., 1999. The Asian financial crisis and financial reforms in China. *The Pacific Review*, 12(4), pp. 537-556.
- Wang, H., 2016. A Deeper Look at China's "Going Out" Policy. [Online] Disponível em: <https://www.cigionline.org/publications/deeper-look-chinas-going-out-policy> [Consultado a 15 de Janeiro de 2017].
- Wenping, H., 2007. The Balancing Act of China's Africa Policy. *China Security*, 3(3), pp.23-40.
- Wexler, L., 2006. Allowing Girls to Hold Up Half the Sky: Combining Norm Promotion and Economic Incentives to Combat Daughter Discrimination in China. *Chicago Journal of International Law*, 7(1).
- Wilkinson, J., Junior, V.J.W. & Lopane, A.R.M., 2015. Brazil, the Southern Cone, and China: The Agribusiness Connection. Working Paper. BICAS.
- Winckler, E.A., 2005. Maximizing the Impact of Cairo on China. In W. Chavkin & E. Chesler, eds. *Where Human Rights Begin: Health, Sexuality, and Women in the New Millennium*. New Brunswick, New Jersey, United States of America: Rutgers University Press.
- Witt, M.A. & Lewin, A.Y., 2007. Outward foreign direct investment as escape response to home country institutional constraints. *Journal of International Business Studies*, 38, pp.579-94.
- Wolf, M., 2012. Como afastar as nuvens de tormenta que vêm da China. [Online] Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/como-afastar-as-nuvens-de-tormenta-que-vem-da-china_140954.html [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Wong, E., Chi, L.K., Tsui, S. & Tiejun, W., 2017. One Belt, One Road - China's Strategy for a New Global Financial Order. *Monthly Review*, 68(8).
- Woodard, A., 2014. Chinese investors target Australian wines. [Online] Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-australia-29609466> [Consultado a 2 de Março de 2017].
- Wu, H.-L. & Chen, C.-H., 2001. An Assessment of Outward Foreign Direct Investment from China's Transitional Economy. *Europe-Asia Studies*, 53(8), pp. 1235-54.

- Wu, S., 2014. China's Fosun Group buys stake in Spanish wine and ham producer [Online] Disponível em: https://www.decanterchina.com/en/news/china-s-fosun-group-buys-stake-in-spanish-wine-and-ham-producer_ [Consultado a 3 de Março de 2017].
- Xiaoming, Y., 2014. Bulgaria welcomes Chinese investment. [Online] Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/business/2014-11/10/content_18894501.htm [Consultado a 10 de Março de 2017].
- Xiaoyun, L. et al., 2013. What can Africa Learn from China's Experience in Agricultural Development?. IDS Bulletin, 44(4), pp.1-14.
- Xinhua, 2014. No.1 Central Document targets rural reform. [Online] Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-01/19/c_133057121.htm [Consultado a 29 de Janeiro de 2017].
- Xu, X. et al., 2016. Science, Technology, and the Politics of Knowledge: The Case of China's Agricultural Technology Demonstration Centers in Africa. World Development, 81, pp.82–91.
- Yap, C.-W., 2015. How China's Cofco Won Tully Sugar. [Online] Disponível em: <http://blogs.wsj.com/chinarealtime/2015/03/31/how-chinas-cofco-won-tully-sugar/> [Consultado a 6 de Março de 2017].
- Yelery, A., 2014. China's 'Going Out' Policy: Sub-National Economic Trajectories. Report. Delhi: Institute of Chinese Studies, Delhi.
- Zha, D. & Zhang, H., 2013. Food in China's international relations. Pacific Review, 26(5), pp.455-79.
- Zhang, H. & Mingjiang, L., 2014. Hunting for Food: A New Driving Force in Chinese Foreign Policy. Harvard Asia Quarterly, XVI(1), pp.46-59.
- Zhang, H., 2016. The GMO Controversy in China: More than Food Security. [Online] Disponível em: <http://ippreview.com/index.php/Home/Blog/single/id/70.html> [Consultado a 12 Janeiro de 2017].
- Zhang, S., 2013. Sons Over Daughters: Understanding Son Preference And Its Profound Impact On The Rights And Conditions Of Women In China.[Online] Disponível em: www.shaunzhang.com [Consultado a 3 de Janeiro de 2014].
- Zhang, X. & Daly, K., 2011. The determinants of China's outward foreign direct investment. Emerging Markets Review, 12, pp. 389–98.
- Zhang, Y. et al., 2016. Technical Promotion and Poverty Reduction: A Review of China's Efforts in Africa. Ann Agric Crop Sci, 1(2), pp. 1-10.
- Zhao, Z., 2011. China's Demographic Challenges from a Global Perspective. In J. Golley & L. Song, eds. Rising China Global Challenges and Opportunities. Camberra, Australia: ANU E Press.
- Zheng, Y. & Tok, S.K., 2007. "Harmonious Society" and "Harmonious World": China's Policy Discourse Under Hu Jintao. Briefing Series. Nottingham: The University of Nottingham China Policy Institute.

- Zhou, H. & Xiong, H., eds., 2017. China's Foreign Aid: 60 Years in Retrospect. Singapura: Springer.
- Zhou, J., 2015. Chinese Agrarian Capitalism in the Russian Far East., 2015. Chiang Mai University.
- Zhou, L. & Leung, D., 2015. China's Overseas Investments, Explained in 10 Graphics. [Online] World Resources Institute. Disponível em: <http://www.wri.org/blog/2015/01/china%E2%80%99s-overseas-investments-explained-10-graphics#fn:3> [Consultado a 21 de Junho de 2016].
- Zhu, A. & Cai, W., 2012. The Lewis Turning Point in China and its Impacts on the World Economy. Pequim, China, 2012. Tsinghua University. Tsinghua University.
- Zhu, J., 2010. Pay hikes good for 'long term'. [Online] China Daily. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2010-06/17/content_9983055.htm [Consultado a 13 de Março de 2014].
- Zimmer, D. & Renault, D., 2003. Virtual water in food production and global trade: Review of methodological issues and preliminary results. In Virtual water trade: Proceedings of the International Expert Meeting on Virtual Water Trade., 2003.
- Zweig, D., 1983. Opposition to Change in Rural China: The System of Responsibility and People's Communes. Asian Survey , 23(7), pp. 879-900.